Relatório de Atividades

Gestão 2015/2016

Políticas da Antropologia

Associação Brasileira de Antropologia
http://www.portal.abant.org.br/

APRESENTAÇÃO

O presente relatório dá conta, principalmente aos associados da Associação Brasileira de Antropologia, das atividades desenvolvidas pela diretoria Políticas da Antropologia ao longo do seu mandato à frente da Associação no período de 2015-2016.

Sendo esse um texto que passa a integrar o conjunto de registros históricos da Associação, é importante que ele documente a singularidade da conjuntura que atravessamos durante os dois anos da gestão. As intensas transformações porque a vida pública brasileira passou nesses anos levaram a algumas importantes inflexões em relação ao importante período inaugurado em 2000, de (re)solidificação e estabilidade institucional, em um cenário de crescimento, no qual a expansão e a democratização do ensino superior e técnico federal público foram elementos essenciais, com amplos reflexos na produção científica. Assim, para um melhor panorama desses anos, a consulta aos informativos da ABA é útil, senão imprescindível, dada a conjuntura volátil e os inúmeros desafios colocados às antropólogas e aos antropólogos, como cientistas e cidadãs e cidadãos. Por tal razão, nesse relatório estão inseridos os links de todos os informativos produzidos em 2015 e 2016. Do mesmo modo, e considerando-se uma temporalidade mais estendida, estamos anexando a esse relatório os textos das comissões, comitês e representações, de modo a que, independente de mudanças futuras no portal da ABA, sejam passíveis de consulta e sejam lidos em conjunto, já que espelham as facetas de uma associação cujo fazer se dá muito além de suas diretorias.

É de se destacar que já se enfrentava uma conjuntura anterior de crescentes pressões aos direitos dos Povos Indígenas e das coletividades quilombolas, assim como tramitavam no Legislativo inúmeras medidas de cunho conservador, com múltiplos impactos sobre diferentes direitos e áreas da vida social (direitos sexuais, educação, saúde etc). Mas o cenário de intensas mudanças se consolidou significativamente após as eleições de 2014 e, sobretudo, com o início do segundo mandato de Dilma Rousseff e o início da legislatura de 2015. No cenário legislativo de 2015, e até o momento em que esse relatório se fecha, o peso das Frentes Parlamentares Agropecuária e Evangélica é essencial. Sua importância foi ainda maior na consolidação das manobras políticas necessárias para que fosse votado o impeachment da presidente eleita, que desnudou a ampla crise política, econômica, moral e ética em que se vê a envolvida a vida pública brasileira, sem cenários alternativos à vista.

A acelerada desmontagem das diversas políticas sociais promovida pelo governo que assumiu a condução da vida pública brasileira, sob a justificativa da falta de recursos gerada pela "crise econômica", implicou que algumas parcerias estabelecidas entre ABA e agências de governo não fossem renovadas ou simplesmente não pudessem ser efetivamente desenvolvidas. Dentre os inúmeros cortes a políticas, a redução drástica das verbas para a pós-graduação teve um impacto fundamental na realização da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em João Pessoa, de 3 a 6 de agosto de 2016, nas dependências da Universidade Federal da Paraíba (ver adiante nesse relatório) [1]. Conquanto tenhamos obtido suporte da Fundação Coordenação de

[1] Nos Anais da reunião, a leitura do discurso de abertura, disponível em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/admin/files/26_2016-11-11.pdf, pode ser informativa das repercussões da conjuntura sobre a organização da reunião.

Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o corte inopinado e radical dos recursos repassados pela Capes aos programas de pós-graduação através do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) teve impactos profundos na vida acadêmica brasileira. Esses recursos, que não cessaram de crescer desde 2003 até 2015, foram essenciais na rota de expansão das pós-graduações, parte dos efeitos mais amplos de uma política voltada para crescimento dos setores de educação superior, e de ciência e tecnologia, ainda que sempre muito aquém do desejável. Através deles, as pós-graduações fomentaram pesquisas, publicações e a frequência a congressos de docentes e discentes. É assim que a comparação entre os números de participantes nas últimas Reuniões Brasileiras de Antropologia – 1117 na 27ª RBA, realizada em Belém; 2524 na 28ª RBA, realizada em São Paulo, e 3761 na 29ª RBA, realizada em Natal, contra 1812 na 30ª RBA em João Pessoa – nos mostra uma queda significativa numa rota de ascensão.

Nesse cenário mais abrangente, a prática profissional dos antropólogos e mesmo o produto de suas teorias e posicionamentos ganhou uma importância pública senão inusitada, ao menos distorcida e caricatural. Já em 2014 a ABA fora notificada que era ré num mandado de segurança para exibição de documentos impetrado pela Federação de Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), com assistência jurídica do escritório Passarelli Advocacia, para que fornecesse à FAEP um documento público, o termo de cooperação entre a ABA e o Ministério Público Federal, bem como seu cadastro de associados. Tendo sido a liminar indeferida, e a audiência de conciliação tendo acontecido em 9 de abril de 2015, a Justiça deu ganho de causa à ABA no sentido de preservar o vínculo associativo, resguardando os dados de seus associados. Consideramos essa ação um sinal do que estava por vir.

Assim, um outro fato importante a ser destacado, e com o qual a diretoria *Políticas da Antropologia* teve de lidar em múltiplos planos, foi a instauração em 2015 da "Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos" que, não tendo encerrado com um relatório final, foi renovada numa segunda CPI em 2016[2]. Seu objetivo foi supostamente investigar "fraudes" nos processos de reconhecimento de direitos territoriais culturalmente diferenciados. Ainda que teoricamente focada na ação da Funai e do Incra, e também incidente no tocante a assentamentos rurais, a CPI centrou sua atenção na construção de uma imagem deturpada dos antropólogos e do fazer pericial antropológico no Brasil no tocante ao cumprimento das determinações legais de reconhecimento dos direitos territoriais de indígenas e quilombolas, e atuou com clara intenção de intimidar esses profissionais e a própria Associação Brasileira de Antropologia. Tal pode ser verificado em todo material disponível na internet dos depoimentos e pronunciamentos dos dois períodos de vigência da comissão.

A primeira CPI foi criada por ato do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 28 de outubro de 2015, em resposta ao Requerimento de Instituição de CPI assinado, dentre outros, pelos Deputados Alceu Moreira, Marcos Montes, Nilson Leitão, Valdir Colatto, Luiz Carlos Heinze, Tereza Cristina e outros, ligados à Frente

[2] Para acesso a todo o material da primeira CPI, ver http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra. Para o material da segunda CPI, ver http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra-2. Acesso em 30/08/2017.

Agropecuária Parlamentar, a CPI foi instalada em 11 de novembro de 2015, tendo corrido em larga medida contra os procedimentos usuais e regulamentares da Câmara dos Deputados para comissões dessa natureza, e teve como pano de fundo a construção política e social do processo de impeachment de Dilma Rousseff, além das investigações de corrupção nos diversos níveis de governo. Tendo sofrido três adiamentos, e mudanças de rumo na forma da sua condução, a Comissão contou com duas prorrogações de prazo de trinta dias cada, e uma de sessenta. Começou sem ter um fato específico a apurar (condição para instalação de uma CPI, segundo o regimento da Câmara dos Deputados), e encerrou-se, formalmente, em 17 de agosto de 2016, sem ter um relatório final (em mais uma prova do caráter de exceção com que tal procedimento gozou). Antes de seu término, por meio do Requerimento nº 292/2016 de Alceu Moreira (PMDB-RS), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Nilson Leitão (PSDB-MT), Valdir Colatto (PMD-SC) e Tereza Cristina (PSB-MS), foi aprovado em votação fechada o pedido de quebra de sigilo fiscal e bancário de diversas organizações e de seus presidentes, dentre elas a ABA e seu presidente no período.

Em 30 de agosto de 2016, foi criada a segunda Comissão (CPI Funai Incra 2), por ato da Presidência da Câmara, na época exercida por Rodrigo Maia. Essa segunda CPI, com amplos recursos e um extenso corpo de assessores, dedicou-se a produzir o relatório datado de 30 de maio de 2016, que foi aprovado pela Comissão em 01 de junho de 2017, e publicado no dia 03 de agosto de 2017, portanto já sob a a gestão da diretoria liderada pela Professora Lia Zanotta Machado[3]. Nesse relatório, amplamente construído com citações distorcidas de material publicado em redes sociais e similares, na utilização distorcida de textos de antropólogos, pede-se o indiciamento de 67 (sessenta e sete) pessoas, dentre os quais diversos indígenas e 21 (vinte e um) antropólogas e antropólogos. A CPI ainda indicou que a ABA fosse investigada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério da Fazenda, seguindo uma diretriz mais ampla, presente no campo político, de judicialização de organizações da sociedade civil de diferentes matizes a partir de investigações e tentativa de configuração de infrações no plano das legislações fiscal e trabalhista[4]. "Deputados Apoiadores da pauta Indígena, quilombola e dos (as) trabalhadores (as) rurais ", contrários aos procedimentos adotados pelos que controlaram a CPI encaminharam um voto em separado de um relatório final alternativo, cuja leitura é imprescindível[5].

Diante desse cenário mais amplo, e já em 2015, não apenas nos certificamos de que nossos procedimentos administrativos diários se davam de acordo com o adequado cumprimento da legislação vigente, mas também melhor direcionamos as nossas atividades de modo a enfrentar questões que se fazem presentes na gestão da ABA. Além dessas atividades de cunho administrativo interno, gostaríamos de destacar também, no plano organizacional, o escaneamento de diversas publicações esgotadas e que agora se acham disponíveis no portal da Associação para download livre. Pensamos assim ter contribuído para uma melhor visibilização das ações da ABA em momentos anteriores, além de darmos a um público amplo publicações de cunho referencial para diversas áreas de pesquisa.

---

[3] Disponível em http://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes-especiais/cpi/Relat%C3%B3rio%20da%20CPI%20-%20Funai%20e%20Incra%202%20-%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20no%20Di%C3%A1rio.PDF.

[4] Para o que é o COAF, suas atribuições e desempenho, ver http://www.coaf.fazenda.gov.br/, e em especial http://www.coaf.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/Institucional/missao-visao-e-valores.

[5] Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BD39EA4B3F2F6D9BD2A527F1435CD281.proposicoesWebExterno1?codteor=1585745&filename=Tramitacao-VTS+1+CPIFUNA2+%3D%3E+RCP+26/2016.

A conjuntura política determinou que o associativismo científico, fosse no plano nacional, fosse no internacional, ganhasse outros sentidos para além das pautas das atividades acadêmicas regulares. Assim, buscamos e recebemos apoio externo em todos os âmbitos de atuação da ABA, além de termos atuado intensamente e lado a lado com outras associações como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o World Council of Anthropological Associations (WCAA), a International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), e em redes como o Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, que presidimos até meados de 2016. Demos especial atenção às atividades realizadas nas reuniões anuais da SBPC, tendo colaborado intensamente para a programação das chamadas SBPC Indígena – segmento da reunião desenvolvido em diálogo com os povos indígenas, consoante a realidade da sua presença no ensino superior e ao significado de sua presença política na vida brasileira – de 2015 e 2016, seguindo assim as diretrizes de nossa diretoria. Do mesmo modo, por acreditar na necessidade de interlocução com as demais ciências sociais, participamos organizando propostas de atividades debatidas entre a diretoria e associados nos encontros anuais da ANPOCS, com maior peso para as ações no ano de 2015 em função de uma maior disponibilidade de recursos.

Dentre as inúmeras atividades aqui registradas, ou em que participamos, gostaríamos de destacar, além da realização da 30ª RBA, dois outros eventos que envolveram amplamente a nossa diretoria. O primeiro deles foi a oficina que gerou o denominado *Protocolo de Brasília – Laudos antropológicos: Condições para o exercício de um trabalho científico* (ver adiante nesse relatório), conjunto de importantes orientações ao trabalho pericial de antropólogos sedimentado em texto publicado e disponível online. O segundo foi a realização do evento comemorativo dos 60 (sessenta) anos da Associação Brasileira de Antropologia intitulado *ABA+60. Os antropólogos e antropologia na esfera pública no Brasil - cenários contemporâneos e políticas para o futuro*. Em sessão específica, adiante nesse relatório, o seminário está detalhado, bem como estão colocados os links para os vídeos gerados pela transmissão online das mesas e dos debates. O material gerado pelo seminário ensejará a organização de um livro que será proximamente publicado.

Esperamos que o leitor possa, assim, recompor, ainda que parcialmente, as atividades desenvolvidas ao longo desses dois anos em que nossa diretoria esteve à frente da Associação. Como as diretorias que nos precederam, a que nos sucedeu e as que a sucederão, dedicamos à ABA o máximo possível de nosso tempo, sem deixarmos nossas atividades acadêmicas rotineiras. A ABA não é, hoje, a única forma pela qual os antropólogos se associam no Brasil. No entanto, a sua presença ao longo da história brasileira, desde sua criação em 1955, tem sido fato marcante e de significa importância para a progressiva ampliação da antropologia no cenário científico e social no país, o que não cessa de demonstrar o significado e atualidade do associativismo científico institucionalizado.

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

SUMÁRIO

Quem somos **08**
Parcerias ABA **15**
Relatórios dos órgãos de assessoramento **16**
Comissões 16
Comitês 22
Assessorias da Presidência 79
Representações da ABA 81
30ª Reunião Brasileira de Antropologia **82**
Eventos realizados pela ABA **88**
2015 88
2016 98
Eventos apoiados pela ABA **101**
2015 101
Representação da ABA em eventos **109**
2015 109
Eventos Nacionais 109
Eventos Internacionais 112
2016 113
Eventos Nacionais 113
Eventos Internacionais 115
Representação em reuniões de trabalho **116**
2015 116
2016 119
Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas **120**
Comunicações da ABA **121**
Manifestações Públicas 121
2015 121
2016 e 2017..... 124
Moções 134
Internet e Redes Sociais 135
Boletins Informativos 136
2015 136
2016 137
Entrevistas 138
2016 138
2015 138
Prêmios, Medalhas e Condecorações **139**
Medalha Roquette Pinto 139
Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 139
Prêmio Lévi-Strauss 140
Prêmio Pierre Verger 142
Prêmio Heloísa Alberto Torres 2016 - II Edição 143

V Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos 143
Associados **144**
Mudanças no Estatuto **148**
Publicações da ABA **148**
E-books 148
Livros Impressos 152
Publicações em PDF para download 155
Série Paradidáticos 157
Série Laudos 157
VIBRANT 158
Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia 159
Eleições **160**

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

QUEM SOMOS

— CONSELHO DIRETOR DA ABA (GESTÃO 2015/2016) —

DIRETORIA

Presidente
Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Vice-Presidente
Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Secretário Geral
Sergio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF)

Secretária Adjunta
Paula Mendes Lacerda (UERJ)

Tesoureira Geral
Andrea de Souza Lobo (UnB)

Tesoureira Adjunta
Patricia Silva Osorio (UFMT)

Diretora
Carla Costa Teixeira (UnB)

Diretor
Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Diretor
Julio Assis Simões (USP)

Diretora
Patrice Schuch (UFRGS)

— CONSELHO CIENTÍFICO —

Ex-Presidentes

Eunice Ribeiro Durham (USP)
Gilberto Cardoso Alves Velho (UFRJ) Falecido
Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) Falecido
Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago)
Antônio Augusto Arantes (UNICAMP)

Silvio Coelho dos Santos (UFSC) Falecido
Roque de Barros Laraia (UnB)
João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)
Mariza Corrêa (UNICAMP) Falecida
Yonne de Freitas Leite (UFRJ) Falecida
Ruben George Oliven (UFRGS)
Gustavo Lins Ribeiro (IBERO Ciudad de México)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)
Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)
Bela Feldman-Bianco (Unicamp)
Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC)

Membros eleitos na 29ª RBA

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
Antonio Motta (UFPE)
Wilson Trajano Filho (UnB)
Elisete Schwade (UFRN)
Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Membros eleitos na 28ª RBA

Cornelia Eckert (UFRGS)
Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)
Peter Henry Fry (UFRJ)
Julie Cavignac (UFRN)
Daniel Simião (UnB), Jane Felipe Beltrão (UFPA)

— Conselho Fiscal —

Izabela Maria Tamaso (UFG)
Renata de Sá Gonçalves (UFF)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFAM)

— Comissões e Comitês —

COMISSÃO DE ASSUNTOS INDÍGENAS - CAI
Coordenador: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)

Cristhian Teófilo da Silva (UnB)
Fábio Mura (UFPB)
Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)
Ricardo Verdum (UFSC)

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Coordenador: Daniel Schroeter Simião (UnB)

Amurabi Pereira de Oliveira (UFSC)
Ana Paula Mendes Miranda (UFF)
Marko Sinésio Alves Monteiro (Unicamp)

COMISSÃO DE ÉTICA
Coordenador: Carlos Caroso (UFBA)

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Carmen Rial (UFSC)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF)

Gisele Fonseca Chagas (UFF)
Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)
Patrice Schuch (UFGRS)
Robson Cruz (Unilab)

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL
Coordenador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Vice-Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Patrice Schuch (UFRGS)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Conselho Editorial
Andrea Zhouri (UFMG)
Antonio Augusto Arantes Neto(UNICAMP)
Carla Costa Teixeira (UnB)
Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)
Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)
Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)
Fábio Mura (UFPB)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)
María Gabriela Lugones (Córdoba/ Argentina)
Maristela de Paula Andrade (UFMA)
Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)
Patrícia Melo Sampaio (UFAM)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Wilson Trajano Filho (UnB)

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

COMITÊ DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Coordenadora: Carmen Rial (UFSC)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)

COMITÊ QUILOMBOS
Coordenador: Aderval Costa Filho (UFMG)
Vice-Coordenação: Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) e Raquel Mombelli (UFSC)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM)
Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB)
Cíntia Beatriz Müller (UFBA)
Cynthia Carvalho Martins (UEMA)
Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
Ilka Boaventura Leite (UFSC)
Ricardo Cid Fernandes (UFPR)
Rosa Elisabeth Acevedo Marin (UFPA)
Sandro José da Silva (UFES)
Sônia Regina Lourenço (UFMT)

COMITÊ POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS
Coordenadora: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)
Vice-Coordenador: Stephen Grant Baines (UnB)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEAM)
Andrea Zhouri (UFMG)
Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
Elieyd Sousa de Menezes (UFAM)
Estêvão Palitot (UFPB)
Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB)
Gersem Luciano Baniwa (UFAM)
Russell Parry Scott (UFPE)
Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)
Walmir Pereira da Silva (Unisinos)

COMITÊ PATRIMÔNIO E MUSEUS
Coordenadora: Izabela Maria Tamaso (UFG)
Vice-Coordenadora: Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Antonio Augusto Arantes (UNICAMP)
Antonio Motta (UFPE)
Denise Schaan (UFPA)
Geraldo Andrello (UFSCAR)
Julie Cavignac (UFRN)
Mário Chagas (UNIRIO)
Patrícia Osório (UFMT)
Regina Abreu (UNIRIO)

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

COMITÊ ANTROPOLOGIA VISUAL
Coordenador: Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ)

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF)
Esmael Alves de Oliveira (UFMS)
Fernanda Rechenberg (UFAL)
Paula Morgado Dias Lopes (USP)
Rafael Victorino Devos (UFSC)
Ronaldo de Oliveira Correa (UFPR)
Rose Satiko Gitirana Hikiji (USP)

COMITÊ GÊNERO E SEXUALIDADE
Coordenadora: Regina Facchini (Unicamp)
Vice-Coordenador: Camilo Braz (UFG)

Ana Paula da Silva (UFF)
Cecilia Sardenberg (UFBA)
Fátima Weiss de Jesus (UFAM)
Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)
Heloisa Buarque de Almeida (USP)
Paula Sandrine Machado (UFRGS)
Lia Zanotta Machado (UnB)
Rozeli Porto (UFRN)
Sérgio Carrara (UERJ)

COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS
Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Vice-coordenador: Igor Machado (UFSCar)

Adriana Piscitelli (PAGU/UNICAMP)
Giralda Seyferth (Museu Nacional/UFRJ)
Liliana Sanjurjo (UFSCAR/CEMI-UNICAMP)
Marcia Anita Sprandel (Senado Federal)
Taniele Rui (CEBRAP)

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE
Coordenadora: Adriana Dias (UNICAMP)

Carolina Cantarino Rodrigues (UNICAMP)
Débora Diniz (UNB)
Everton Luis Pereira (UnB)
Íris Moraes Araújo (USP)
Luiz Gustavo P. S. Correia (UFS)
Nádia Elisa Meinerz (UFAL)
Valéria Aydos (UFRS)
Viviane Fernandes Conceição dos Santos(UFS)

COMITÊ INSERÇÃO PROFISSIONAL DO ANTROPÓLOGO/A
Coordenador: Leonardo Leocádio (MPF-DF)
Vice-Coordenadora: Janaína Lobo (INCRA-RS)

Breno Trindade da Silva (IEPHA-MG)
Cassio Ingles (Consultor-DF)
Gustavo Menezes (FUNAI-DF)
Márcio Martins dos Santos (MPF-TO)
Mariana Balen Fernandes (UFBA)
Nina Paiva de Almeida (FUNAI-DF)
Roberto Alves de Almeida (INCRA-DF)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS
Coordenador: Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)
Vice-Coordenadora: Cynthia Sarti (UNIFESP)

— SECRETARIA ADMINISTRATIVA —

Secretária Administrativa
Carine Lemos

Assistente Administrativo
Roberto Pinheiro

— REPRESENTAÇÕES DA ABA EM COMISSÕES, GTS E CONSELHOS —

GT ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS
Titular: Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)

GT TÉCNICO-PROFISSIONAL DO PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO
Marco Antonio da Silva Mello (LeMetro/IFCS-UFRJ e PPGA/ICHF-UFF)
Letícia de Luna Freire (PPGA/ICHF-UFF)
Felipe Berocan Veiga (PPGSO/ICHF-UFF)
Soraya Silveira Simões (IPPUR-UFRJ)

CÂMARA TEMÁTICA CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Titular: Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE INDÍGENA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CISI/CNS)

A ABA deixou de indicar representação na CISI, uma vez que após 20 anos de titularidade, à nossa entidade foi reservada, sem nenhuma discussão, a suplência de uma representação não identificada claramente. Assim sendo, discordamos do procedimento e deixamos de fazer parte da CISI. Para entender melhor, acesse: http://www.portal.abant.org.br/index.php/22-quem-somos/637-comissao-intersetorial-de-saude-indigena-do-conselho-nacional-de-saude-cisi-cns

COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO MEC - CNEEI

Titular: Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS)
Suplente: Carmen Lucia da Silva (UFMT)

CONSELHO CONSULTIVO DO IPHAN SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL

Titular: Roque de Barros Laraia (UnB)

COMITÊ GESTOR DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS IBRAM

Titular: José do Nascimento Junior (FioCruz)
Suplente: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)

CONSELHO CONSULTIVO DO MEMÓRIAS REVELADAS - MJ

Titular: José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ)
Suplente: Moacir Gracindo Soares Palmeira (MN/UFRJ)

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO – CGEN

Titular: Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)
Suplentes: Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (ISPN) e Carlos Emanuel Sautchuk (UnB)

COMISSÃO PARCEIRA DAS COMEMORAÇÕES DOS 200 ANOS DO MUSEU NACIONAL EM 2018

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

CONSELHO DE ASSESSORAMENTO INSTITUCIONAL DA ANPOCS DURANTE O BIÊNIO DE 2015/2016

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DE POSSÍVEL UNIFICAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE ASSOCIAÇÕES ANTROPOLÓGICAS (WCAA) E DA UNIÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS E ETNOLÓGICAS (IUAES)

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) - Presidente da ABA
Carmen Rial (UFSC) - ex-Presidente da ABA
Gustavo Lins Ribeiro (UnB) - ex-Presidente da ABA
Miriam Grossi (UFSC) - ex-Presidente da ABA
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) - ex-Presidente da ABA
Ruben Oliven (UFRGS) - ex-Presidente da ABA

PARCERIAS ABA

— CONVÊNIOS, COOPERAÇÕES E APOIOS FINANCEIROS —

Acordo de cooperação técnica entre a ABA e o INCRA
Este acordo, firmado no dia 30 de setembro de 2011, tem por objetivo fortalecer os trabalhos de regularização fundiária dos territórios quilombolas desenvolvidos pelo INCRA, a partir da colaboração entre os partícipes, por meio da interlocução de profissionais da área de antropologia, interessados em ampliar e difundir conhecimento científico em prol da elaboração de estudos técnicos, apoio, avaliação e divulgação da política pública e estímulo a pesquisa na área quilombola. Foi assinado um termo aditivo em 08/10/15, que vigirá até 21/10/19.

Termo de cooperação técnica entre a ABA e o Ministério Público Federal
Este termo, firmado no dia 20 de novembro de 2007, tem por objetivo a colaboração a que se propõe a ASSOCIAÇÃO e o MPF na realização de estudos, pesquisas e elaboração de laudos antropológicos periciais, que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos, judiciais e extrajudiciais, do MPF, em questões que envolvam direitos e interesses de populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos, minorias e outros assuntos referentes às suas atribuições, seja como defensor dos direitos e interesses referidos, seja na qualidade de custos legis.
Veja a tabela de honorários (abril de 2016 a janeiro de 2017), referente a cooperação técnica pelo link http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Tabela_ABA_fevereiro_de_2017.pdf

Fundo ABA no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
O acervo documental da ABA, confiado ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP - http://www.ael.ifch.unicamp.br/), passa por um processo de reorganização e de digitalização, visando facilitar o seu acesso a pesquisadores interessados na História da Antropologia e em História Indígena no Brasil. Nessa primeira etapa, foram reorganizadas e digitalizadas as seções referentes a grandes projetos de desenvolvimento dos anos 1970-1980. Ao todo, são 510 conjuntos documentais de processos ocorridos sobretudo nas décadas citadas, auge da ditadura militar, com dezenas de páginas cada, já tratados e alocados em 61 pastas: um conjunto composto de correspondências, mapas, textos, relatórios etnográficos, pareceres expedidos, atas de reuniões e recortes de jornais reunidos ou criados pela ABA para acompanhar as tensões entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas. O material ainda não está disponível para consulta ampla já que ainda se acha em organização. A iniciativa é parte do projeto FAPESP "Constituindo arquivos: a produção da memória para a história da antropologia através do colecionismo de Nimuendaju e Fagg", coordenado pelo professor do Departamento de Antropologia da Unicamp Christiano Key Tambascia, com participação dos pesquisadores Amanda Gonçalves Serafim, Marcos Pedro Magalhães Rosa e Thais Farias Lassali.

RELATÓRIOS DOS ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO

— COMISSÕES —

Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos

Os anos de 2015 e 2016, no Brasil, têm sido, do ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA), um desafio e uma provocação permanentes. As denúncias e casos de violação de direitos, a discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais e a enunciação pública de discursos políticos que agridem direitos têm se sucedido em um ritmo assustador. Crianças xingadas e apedrejadas, templos e símbolos religiosos queimados e outras agressões físicas e verbais em casos de "intolerância" por motivos religiosos; execuções e outras práticas ilegais por parte das forças de segurança, em especial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo – resultando em índices quantitativos de homicídio assustadores; ações violentas de grupos armados contra comunidades indígenas, em especial no estado de Mato Grosso do Sul, no contexto da demarcação de terras; iniciativas legislativas impondo definições hegemônicas de "família" e "gênero"; projeto de lei de maior punição a jovens através da redução da maioridade penal; políticas de "ordenamento urbano" com vistas aos chamados "megaeventos" resultando na remoção de moradias, expulsão de moradores de rua, priorização de interesses empresariais em detrimento do comércio autônomo e redução da mobilidade urbana; projeto de lei definindo de forma ampla e imprecisa o "terrorismo" no Brasil (Projeto de Lei 2016/2015); iniciativas legislativas restringindo os direitos das mulheres sobre seu corpo (Projeto de Lei 5.069/2013); a criminalização do estrangeiro no projeto de nova Lei de Migração (Projeto de Lei 2516); são alguns exemplos dessas situações.

Nesse contexto, nossas ações (notas de repúdio, organização de eventos para debate público, apoio de moções) têm buscado se articular na relação entre o posicionamento político e a reflexão analítica, deparando e divulgando sobre a formulação de diversas iniciativas legislativas, políticas públicas e práticas institucionais que vulneram os direitos civis, formalmente garantidos a todos os cidadãos por igual.

Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais e propostas de ação futura.

1) Participação e/ou organização de eventos:

Seminário ABA + 60: Antropólogos e Antropologia na esfera pública. Cenários Contemporâneos e políticas para o futuro, evento comemorativo dos 60 anos da Aba,

realizado de 19 a 21 de agosto de 2015, em Brasília, foi organizada a Mesa: Antropologia e Direitos Humanos no Brasil.

Coordenadora: Patrice Schuch (UFRGS) Palestrantes: Roberto Kant de Lima (UFF), Claudia Fonseca (UFRGS), Ana Paula Mendes de Miranda (UFF) Debatedor: Daniel Simião (UnB)

Resumo: Essa Mesa propõe discutir a relação entre Antropologia e Direitos Humanos no Brasil, através das experiências de reflexão etnográfica de seus participantes em diferentes universos empíricos. A noção de "direitos humanos" tem sido envolvida em múltiplas discussões e debates, tanto na esfera política quanto no espaço público. Nesses âmbitos a mesma tem adquirido distintos sentidos, se configurando enquanto uma categoria polissêmica cuja significado tem variado conforme os contextos, personagens e situações nos quais é acionada. Partindo de uma perspectiva antropológica, portanto, propomos discutir esses diversos usos, suas consequências e posicionamentos, como também eventuais implicações teóricas e metodológicas no campo da Antropologia. Também interessa refletir sobre seus reflexos no tocante à administração dos conflitos e das políticas públicas e, neste sentido, como suas representações interagem com diferentes noções de igualdade e cidadania. Os participantes da Mesa têm trabalhado de diversas formas as possíveis vinculações entre o campo antropológico e o dos direitos humanos, seja através de suas pesquisas e reflexões teóricas seja também através da gestão e experiência pública e política.

Na XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL, realizada entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro de 2015 em Montevidéu, Uruguai, foi organizado o Simpósio "Direitos Humanos: Moralidades, políticas e ativismos", coordenado por Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA) e Claudia Fonseca (UFRGS). O Simpósio contou com a participação de Adriana Vianna (MN/UFRJ), Maria Gabriela Lugones (U. de Córdoba, Argentina), Paula Lacerda (UERJ), Susana Rostagnol (U. de la República, Uruguai), Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS), Pilar Uriarte (U. de la República, Uruguai) e Carla Villalta (UBA, Argentina).

Também na XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL, a professora Haydée Caruso participou como palestrante na Mesa "O debate legislativo acerca da redução da maioridade penal no Brasil", em dezembro de 2015, em Montevidéu, Uruguai.

Participação da professora Gisele Fonseca Chagas no Curso de Verão "A problemática do refúgio em uma perspectiva global", organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, RJ, com a palestra/aula: A Guerra na Síria e a questão dos refugiados, em Dezembro de 2015.

Participação da professora Gisele Fonseca Chagas como palestrante no Módulo "A mulher muçulmana em sociedades islâmicas" no Curso Mundo Islâmico: Cultura, Sociedade e Estado, 3 edição, organizado pela FAMBRAS (Federação das Associações Muçulmanas no Brasil) e pelo Instituto Rio Branco. Brasília, dezembro/ 2015.

Participação da professora Gisele Fonseca Chagas como palestrante na Série Migrações Internacionais/ Fundação Casa de Rui Barbosa, com a palestra Síria: as dinâmicas religiosas da guerra. Novembro, 2015.

Atividades desenvolvidas na 30 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada de 3 a 6 de agosto, em João Pessoa/PB:

1. Coordenação do GT 25. "Direitos Humanos": moralidades, políticas e disputas, coordenado por Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS)
Resumo:

O GT busca analisar e debater, a partir de trabalhos etnográficos, práticas, sentidos e valores associados à noção de direitos humanos e expressos em lutas por justiça, processos de violação e/ou demandas por direitos e reconhecimento. Consideramos bem-vindos trabalhos que analisem as dimensões moral, burocrática e política envolvidas em tais processos e seus efeitos na produção de subjetividades e práticas de intervenção. Resultam inspiradoras questões como: a) como se constroem práticas e moralidades específicas em torno da categoria de "direitos humanos"? b) de que forma são criados, manipulados, incorporados, evitados e/ou subvertidos os procedimentos burocráticos e tecnologias de governo que envolvem os "direitos humanos" como linguagem de mobilização e intervenção? c) quais são as formas de construir e legitimar movimentos sociais e processos políticos de demanda, reconhecimento e/ou confronto de direitos, a partir dessa linguagem?

Entendendo a categoria de "direitos humanos" como uma noção polissêmica, com sentidos mutáveis e não homogêneos, propomos recepcionar trabalhos que discutam dispositivos administrativos, jurídicos e organizacionais acionados em diversos campos da esfera pública (judiciário; estatal; religioso; filantrópico; social etc.); processos de regulação das relações familiares, de vizinhança, de gênero e sexualidade; lutas e demandas em torno do desrespeito de direitos de grupos sociais como migrantes, jovens, crianças, grupos étnicos, entre outros.

2. Simpósio Especial: 002 - Direitos Humanos e Moralidades em questão: categorias, contextos e modos de engajamento.
Coordenadoras: Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS).
Resumo:
Esse Simpósio Especial busca discutir a relação entre a categoria de "direitos humanos" e as moralidades que a mesma evoca, provoca e/ou suscita em diferentes campos de intervenção social, acadêmica, política e jurídica. A partir das pesquisas e reflexões dos palestrantes, propomos analisar como a categoria "direitos humanos" se constrói, em diferentes contextos, como um campo de disputas e tensões. Interessa-nos também debater os modos de habitar a categoria "direitos humanos", assim como os seus deslocamentos e efeitos nas práticas sociais. Finalmente, nos interessa discutir as formas de engajamento antropológico em torno do assunto e os desafios colocados à antropologia, na análise dessa problemática.
Participantes: Juliana Gonçalves Melo (Departamento de Antropologia UFRN), Mirian Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense), Roberto Kant de Lima (Universidade Federal Fluminense - UFF) e Robson Rogério Cruz (UNILAB)

MR002. Ações antropológicas e ajuda humanitária: novos desafios. Participação como expositora de Patrice Schuch. Coordenação: Maria Eunice de Souza

Maciel (UFRGS) , com Carlos Alberto Caroso Soares (Universidade Federal do Sul da Bahia) , Jean-François Véran (PPGSA/IFCS/UFRJ).

Organização e realização do Seminário "Antropologia e Direitos Humanos: reflexões etnográficas e a retórica da 'crise'", na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ. O projeto contou com recursos aprovados na Chamada MCTI/CNPq No 09/2015 – Auxílio promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação - ARC do CNPq e no Programa de Apóio a Eventos no País (PAEP) da CAPES.
O evento foi realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2016, no auditório do Bloco "P", no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ.

O evento foi aberto com a participação do presidente da Associação Brasileira de Antropologia, professor Antônio Carlos de Souza Lima; o pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação/UFF, professor Roberto Kant de Lima e a diretora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, professora Alessandra Barreto. A mesa levantou, desde o início do evento, questões fundamentais para a discussões em torno da categoria de "direitos humanos", do papel da Antropologia e dos antropólogos nesse campo e particularmente da Associação Brasileira de Antropologia. O presidente da ABA também fez leitura da Manifestação do Conselho Diretor da ABA sobre a CPI do INCRA e da FUNAI, como um assunto extremamente grave e relevante para a discussão. A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e do evento, professora Lucía Eilbaum, coordenou a Mesa, dando as boas vindas aos participantes.

Na primeira Mesa Burocracias, "violência" e direitos humanos, com a coordenação da professora Lucía Eilbaum, as pesquisadoras Carolina Grillo (USP), Flavia Medeiros (UFF) e Taniele Rui (Unicamp) apresentaram seus trabalhos de pesquisa sobre práticas e moralidades presentes nas rotinas de instituições estatais, em especial das polícias e de políticas sociais em torno do uso de drogas, especificamente em bairros periféricos de São Paulo. Foram discutidas, de forma comparada, formas de exercício abusivo e ilegal da força pública, a articulação entre formas repressivas e assistenciais de intervenção estatal, o papel do antropólogo nessas pesquisas, ente outros assuntos vinculados a noções tais como "violência", "direitos humanos", "cidadania", "guerra".

Na segunda Mesa Direitos, ativismo e reconhecimento, com coordenação da professora Deborah Bronz (GAP/UFF), os pesquisadores Adriana Viana (MN/UFRJ), Ronaldo Lobão (Faculdade de Direito/UFF) e Soraya Silveira Simões (IPPUR/UFRJ) apresentaram questões relativas a variadas formas de demanda por justiça, direitos e reconhecimento presentes em casos de "violência policial"; em processos de reivindicação de reconhecimento por parte de "populações tradicionais" e por parte do reconhecimento da "prostituição" como profissão legalizada e oficialmente reconhecida. Também nessa Mesa a discussão sobre o papel e lugar do antropólogo nesses processos de luta e o envolvimento com os grupos de pesquisa e/ou com movimentos sociais, fez parte do debate.

Na terceira Mesa Identidades, expressões de diversidade e espaço público, com coordenação da professora e membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA, Gisele Fonseca (UFF), os pesquisadores Sonia Hamid (INB/DF), Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (NEOM/PPGA/UFF) e Ronaldo Almeida (Unicamp), apresentaram questões

vinculadas à situação de refugiados palestinos no Brasil; dos processos de securitização e visibilidade de identidades muçulmanas no Brasil a partir do 11 de setembro e do contexto internacional e, finalmente, sobre como as religiões, sobretudo os evangélicos pentecostais, estabelecem conexões parciais com outros vetores sociais configurando, ao final, o que vem sendo denominado de "onda conservada".

Já no segundo dia (15 de julho), na quarta Mesa Cidade, direitos civis e cidadania, com coordenação do professor Robson Cruz (UNILAB e membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA), os pesquisadores Lenin Pires (Departamento de Segurança Pública/UFF), Letícia Luna (UERJ), Mariana Cavalcanti (IESP/RJ) e Haydée Caruso (Departamento de Sociologia/UnB) apresentaram seus trabalhos colocando em discussão os processos de transformações urbanas suscitados a partir da recepção no Rio de Janeiro dos chamados "mega eventos" e os "jogos de exclusão" que as mesmas estão suscitando para amplos setores da população, bem como da relação de jovens na periferia de Brasília com a polícia.

Na quinta Mesa Classificações, disputas e controvérsias políticas, com coordenação da professora Patrice Schuch (UFRGS e membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA), os pesquisadores Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS), Frederico Policarpo (UFF Angra dos Reis) e Diogo Lyra (IFCS/UFRJ) apresentaram seus trabalhos discutindo as categorias relativas aos jovens e adolescentes no contexto das "ocupações em escolas" em Porto Alegre, as demandas de mães pelo uso da "maconha medicinal" e os paradoxos das formas de classificação e tratamento relativas a jovens em instituições sócio-educativas.

Finalmente, como última atividade do evento, teve lugar o Workshop: Direito à universidade, com coordenação na professora Lucía Eilbaum e a apresentação das professoras Ana Paula Mendes de Miranda (PPGA/UFF e Coordenadora de Pós-graduação stritu senso/Proppi/UFF) e Glaucia Mouzinho (Campos dos Goytacazes/UFF). O objetivo dessa atividade foi provocar o diálogo e debate sobre o papel da Universidade em contextos de "crise", bem como os processos de socialização e engajamento dos setores que a compõem.

Participantes e público do evento

O Seminário contou com a participação de 26 pesquisadores, dos quais 21 participaram como expositores e 5 como coordenadores e debatedores dos trabalhos apresentados. Foi organizado um total de 6 (seis) Mesas e 01 (um) workshop.

Através dos pesquisadores, foram representadas 08 instituições de 05 estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Ceará.

O evento contou com um total de 150 inscritos.

Organização do Evento

O evento teve a coordenação da professora Lucía Eilbaum (UFF), coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia.

Além da coordenadora, o Comitê Científico foi integrado pelos professores:

- Antônio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ; presidente da ABA)
- Patrice Schuch (UFRGS; membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA)
- Gisele Fonseca Chagas (UFF; membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA)

- Robson Rogério Cruz (Unilab; membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA)
- Roberto Kant de Lima (UFF)

O evento também foi filmado e divulgado ao vivo pelo canal da ABA. A partir desse sistema as Mesas ficam disponíveis no site youtube, através dos seguintes links:

Mesa de abertura: https://www.youtube.com/watch?v=M3pZWbWVay0

Mesa 1: https://www.youtube.com/watch?v=L7-AqEYy-k0

Mesa 2: https://www.youtube.com/watch?v=r6yHNKaDqS4

Mesa 3: https://www.youtube.com/watch?v=Zy0RmR1rieY

Mesa 4: https://www.youtube.com/watch?v=ClqmefQrZgM

Mesa 5: https://www.youtube.com/watch?v=leBEMDKPt4o

Work shop: https://www.youtube.com/watch?v=Rh25SqRclAc

Dessa forma, o evento conta com uma memória e pode ser divulgado e assistido por todos aqueles que não conseguiram comparecer.

2) Emissão e difusão de opiniões institucionais

- Elaboração e difusão das seguintes notas de repúdio e apoio:

a) Nota em repúdio aos atos de violência contra adeptos das religiões afro-brasileiras, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_029_-_Nota_intoler%C3%A2ncia_religiosa.pdf

A nota foi enviada para: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Ministério da Justiça – MJ, Casa Civil, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Através dessa nota, a CDH/ABA repudiou diversos atentados morais e físicos perpetrados contra adeptos das religiões afro-brasileiras, assim como contra seus ritos e símbolos, solicitando um maior empenho das instâncias de Estado e Governo na garantia da liberdade de expressão religiosa.

b) Nota contrária à redução da maioridade penal, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_032_-_Nota_contr%C3%A1ria_%C3%A0_redu%C3%A7%C3%A3o_da_maioridade_penal.pdf

A nota foi encaminhada para os seguintes órgãos do Governo: Presidência da República Federativa do Brasil- PR, Senado Federal, Câmara dos Deputados do Brasil, Secretaria Geral da Presidência da República–SG-PR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República–DH-PR, Ministério da Justiça – MJ, Ministério da Educação – MEC e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Através dessa nota, a CDH/ABA manifestou sua contrariedade à proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos no Brasil, na Proposta de Emenda Constitucional 171/93, apontando, entre outras considerações, a falta de demonstração de uma correlação entre a adoção de medidas repressivas e a redução de índices de violência juvenil.

c) Nota informativa da Comissão de Direitos Humanos da ABA sobre a petição proposta pela Anistia Internacional "Diga não à execução!", disponível em:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%C3%ADcio_n%C2%BA_037_-_Nota_informativa_da_CDH_sobre_assinatura_da_peti%C3%A7%C3%A3o_Diga_n%C3%A3o_%C3%A0_execu%C3%A7%C3%A3o.pdf

Com a assinatura dessa petição, a ABA repudiou publicamente as ações violentas e ilegais da Polícia Militar do Rio de Janeiro que, apenas no ano de 2014, têm resultado na morte de, pelo menos, 584 pessoas.

A nota foi encaminhada, através de ofício, para: o Delegado Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro/RJ, a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro/RJ e Coordenadoria de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

- Elaboração de informe "Direitos humanos e desigualdade", sobre as iniciativas da Comissão de Direitos Humanos, publicado no Informativo "Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas". Informativo especial - conjuntura n° 01/2016 | 25/02/2016, da ABA.

- Participação e colaboração na Nota da ABA em repúdio a Orientação Normativa nº 3, de 1/8/2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contra Programa de Promoção da Igualdade Racial, disponível em
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/68_Nota_Diretoria_ABA_Igualdade_Racial.pdf
A ABA encaminhou a Nota aos seguintes destinatários: Presidência da República, Ministério do Planejamento, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Federal do Pará – IFPA e Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA.

- Elaboração da Nota da ABA sobre a judicialização e criminalização de movimentos sociais e civis, disponível em:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/6_Nota_da_ABA_sobre_a_judicializa%C3%A7%C3%A3o_e_criminaliza%C3%A7%C3%A3o_de_movimentos_sociais_e_civis.pdf

Com essa nota, a ABA manifestou sua preocupação e total repúdio ao processo crescente de judicialização, criminalização e repressão de movimentos sociais e de iniciativas de participação cidadã de estudantes, trabalhadores, profissionais, artistas e cidadãos de modo geral. Exigiu, assim, medidas que garantam o exercício livre e íntegro da cidadania, nas suas iniciativas legítimas de expressão pública.

A Nota foi encaminhada aos seguintes destinatários: Secretaria Especial de Direitos Humanos – SDH/PR, Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, Ministério da Justiça e Cidadania, Polícia Federal, Força Nacional, Supremo Tribunal Federal – STF, Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Ministério Público Federal – MPF e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – MPF.

4) Coordenação do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2016 - VII Edição: "Antropologia e Direitos Humanos: direitos, conflitos e cidadania"

Foram premiados 06 artigos nas categorias doutorado, mestrado e graduação. Os trabalhos apresentam etnografias sobre assuntos e campos empíricos diversos, mas articulados na discussão entre antropologia e direitos humanos. Os trabalhos premiados também representam instituições e estados diversos do Brasil.
Na categoria doutorado, recebemos 15 inscritos, na categoria mestrado 10 inscritos e na graduação 8 inscritos.

A comissão julgadora foi composta por pesquisadores com reconhecimento na área temática, de instituições e regiões diversas do Brasil, a saber:
Comissão de Avaliação – Categoria Doutorado:
Coordenação: Gisele Fonseca Chagas
Membros: Ana Paula Mendes de Miranda, Claudia Fonseca, Juliana Mello, Kelly da Silva e Ângela Facundo
Comissão de Avaliação – Categoria Mestrado:
Coordenação: Patrice Schuch
Membros: Haydée Caruso, Paula Lacerda, Fernanda Bittencourt Ribeiro, Cristina Patriota
Comissão de Avaliação – Categoria Graduação:
Coordenação: Lucía Eilbaum
Membros: Robson Cruz e Deborah Bronz

Nessa fase, estamos organizando a coletânea a ser publicada com os artigos premiados.

5) Outras atividades e participações:

- A professora Haydée Caruso integrou, como convidada pelo Ministério da Educação, a Comissão de Especialistas responsáveis por elaborar a Base Nacional Curricular Comum para a educação básica brasileira. Uma das responsáveis pela proposta curricular do componente de sociologia para o ensino médio. www.basenacionalcomum.mec.gov.br

- A professora Haydée Caruso foi eleita Conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para o período de 2015-2017. www.forumseguranca.org.br

- Participação de Gisele Fonseca como expositora na mesa redonda "Síria Contemporânea: Refugiados do Conflito Sírio e a Política do Refúgio no Brasil" (Centro Cultural da Justiça Federal, RJ), com Mirian Alves de Souza e Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Mediação de Charles Gomes (FCRB), 2016.

- Participação de Gisele Fonseca nas discussões da construção do Manifesto Escola sem Machismo, do Coletivo homônimo formado por professoras dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior.

- Organização de atividades relacionadas aos direitos humanos na Ocupação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, por parte de estudantes:

1. Roda de Conversa "Direitos e Democracia"
2. Roda de Conversa "Movimentos Sociais e Reivindicação de Direitos"

Coordenação Lucía Eilbaum. Participantes: Frederico Policarpo (pesquisador, professor UFF Angra), Margarete Brito (presidente da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal - APEPI), Flávia Medeiros (pesquisadora,

doutoranda PPGA/UFF), Guilherme Braga (Meu Rio/Defezap). ICHF/UFF, 30/11/2016

3. Roda de Conversa "Movimentos Sociais e Reivindicação de Direitos": Coordenação: Lucía Eilbaum. Participantes: Soraya Simões (pesquisadora, professora da UFRJ, Observatório da Prostituição) e Indianara Siqueira (ativista e militante trans), Andreza Cunha (pesquisadora, estudante Sociologia/UFF) e Tatianny Araújo (militante, feminista, servidora federal e militante do Fórum de Saúde/RJ). ICHF/UFF, 08/12/2016.

Link do Relatório em Pdf:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comiss%C3%A3o_de_Direitos_Humanos_-_Relat%C3%B3rio_completo_2015_e_2016.pdf

— COMITÊS —

Relatório de Atividades Comitê Gênero e Sexualidade

Atividades:

Organização de encontros e Simpósios:

No âmbito da comemoração dos **60 anos da Associação Brasileira de Antropologia**, realizada em Brasília, em agosto de 2015, o Comitê de Gênero e Sexualidade organizou a mesa redonda "Antropologia e questões de gênero e sexualidade no Brasil: mais além da participação observante", coordenada por Camilo Braz (UFG). A proposta desta mesa foi a de promover reflexões retrospectivas e prospectivas acerca da presença de antropólogos/as, bem como da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nos debates públicos em torno de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, no Brasil. Tomou como mote a expressão "participação observante", utilizada em influente artigo de Eunice Durham - publicado em 1986, no livro A Aventura Antropológica, organizado por Ruth Cardoso - para refletir acerca das potencialidades e limites, avanços e desafios em torno da prática antropológica e do posicionamento etnográfico no contexto dos chamados "novos movimentos sociais" brasileiros. Convidou, assim, à reflexão sobre a atualidade, em especial nos estudos relacionados a gênero e sexualidade, do que se convencionou perceber como uma espécie de "marca" da atuação de antropólogos/as brasileiros/as no cenário da abertura política, que dizia respeito ao modo como a crítica à objetividade científica traduzia-se, aqui, em engajamento político e em uma postura de aproximação e aliança junto às populações estudadas. Participaram como expositores: Adriana Piscitelli (UNICAMP), Lia Zanota Machado (UNB) e Júlio Assis Simões (USP), e, como debatedor, Carlos Guilherme do Valle (UFRN).

No âmbito do **39º Encontro Nacional da ANPOCS**, o Comitê de Gênero e Sexualidade organizou uma sessão do colóquio "Gênero, classe, raça e sexualidade: desigualdades e desafios no campo dos direitos". A sessão intitulada "Gênero, sexualidade e direitos: desafios políticos e intelectuais contemporâneos" contou com a coordenação de Regina Facchini (Unicamp) e teve como expositoras Lia Zanotta Machado (UnB), Ana Paula da Silva (UFF) e Heloisa Buarque de Almeida (USP). A proposta tomou como pontos de partida: 1) as importantes transformações sociais no que refere a gênero e sexualidade que temos acompanhado nas últimas décadas no Brasil e 2) o fato de que, atualmente, gênero e sexualidade são não apenas identificados como dimensões centrais da vida social, como também têm galvanizado parte importante do debate político no país. Assim, a multiplicação e renovada visibilidade de sujeitos políticos, suas lutas por reconhecimento como sujeitos de direitos e a oposição por parte de setores conservadores têm posicionado tais questões no centro de uma intrincada arena de disputas. A proposta partiu desse contexto de deslocamento de moralidades e emergência de diferentes formas de regulação para refletir sobre desafios políticos e intelectuais que se enunciam ao conjugarmos gênero, sexualidade e direitos no cenário brasileiro contemporâneo. Para tanto, focalizou três das principais questões que emergem dessa articulação no cenário brasileiro contemporâneo: o aborto e seus deslizamentos entre direito e crime; as reações à prostituição, a "respeitabilidade" e suas articulações entre gênero, raça, classe e construção da nação; e as novas sensibilidades e modos de classificação da violência de gênero na vida universitária.

No âmbito da **30ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, a realizar-se em 2016, o Comitê em Gênero e Sexualidade apoiou a organização de um Simpósio Especial intitulado "Gênero, sexualidade, intolerância e violência", sob coordenação de Maria Filomena Gregori (UNICAMP) e Horacio Sívori (UERJ). A proposta parte de um cenário em que a resistência conservadora às conquistas de movimentos de minorias, comumente atribuída a atores religiosos, é ora desdobrada, ora espelhada em discursos dogmáticos ou intolerantes também na esfera política e no âmbito científico. Adquire vulto, ao mesmo tempo no espaço público, uma variedade de manifestações violentas contra toda sorte de 'minorias morais', perpetradas por grupos ou com apoio de uma coletividade organizada. Considera que, para compreender as condições que tornam possíveis essas atuações e condutas parece necessário partir de duas frentes. Por um lado, se deslocar da partilha exclusiva entre os âmbitos científico, político-jurídico e religioso; e perguntar então que categorias analíticas podem subsidiar sua abordagem. Por outro lado, parece rentável uma visada teórica mais arrojada de modo a entender melhor como essas 'violências públicas' operam no cenário político e social de expansão dos direitos sexuais, expressando uma espécie de backlash que articula humilhação e intolerância. Esta proposta dá continuidade ao Simpósio Especial sobre Antropologia, Direitos Sexuais e Fundamentalismos realizado na 29ª RBA e considera relevante continuar explorando a configuração complexa desses fenômenos, retomando inquietações clássicas em torno do relativismo no fazer antropológico e colocando em suspenso

inclusive verdades políticas como a sacralidade do ideário dos Direitos Humanos, para abordar os intricados caminhos e novas fronteiras morais construídas pela codificação de sujeitos dos direitos sexuais. A atividades será composta por 3 sessões. A sessão 1 – "Religião, pluralismo e conflito no espaço público" - tem como expositores Eduardo Henrique de A. Gusmão (UFCG), Naara Luna (UFRRJ) e Ronaldo Almeida (UNICAMP) e, como debatedora, Christina Vital da Cunha (UFF). A sessão 2 – "Backlash: violências públicas e expansão de direitos", tem como expositores Roberto Efrem Filho (UFPB), Heloisa Buarque de Almeida (USP) e Isadora Lins França (Unicamp) e, como debatedor, Sérgio Carrara (UERJ). A sessão 3 – "Violências e gestão coletiva da diferença" - tem como expositores: Marcelo Natividade (USP), Monica Tarducci (UBA) e Adriana Piscitelli (Unicamp).

No âmbito da 30ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, a realizar-se em 2016, o Comitê em Gênero e Sexualidade elaborou a proposta do Minicurso "Antropologia, Gênero e Sexualidade", sob coordenação de Camilo Braz (UFG) e Érica Renata Souza (UFMG). Este minicurso pretende apresentar contribuições antropológicas dentro do campo de estudos de gênero e sexualidade. A primeira sessão, "Antropologia e problemas de gênero e sexualidade", pretende situar algumas discussões antropológicas em torno da pluralidade das identidades e expressões de gênero contemporâneas, com foco em questões relacionadas a corpo, identidade e política a partir de pesquisas atuais. A segunda sessão, "Antropologia Feminista no Norte e Nordeste", busca traçar uma genealogia das pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos no Norte e Nordeste do Brasil, atentando para os principais eixos e discussões do campo com foco em abordagens com perspectivas feministas. Objetiva também historicizar a emergência da Antropologia Feminista nessas regiões do país. Com essas sessões, o minicurso possibilitará ao grupo a construção de reflexões clássicas e contemporâneas acerca da constituição da antropologia do gênero e da sexualidade no Brasil, articulando temáticas e trabalhos que permitiram a consolidação do gênero e da sexualidade como temas centrais de nossa disciplina. Da sessão 1 - Antropologia e problemas de gênero e sexualidade – participam Camilo Braz (UFG) e Érica Renata de Souza (UFMG). Da sessão 2 - Antropologia Feminista no Norte e Nordeste – participam Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (UFBA) e Felipe Fernandes (UFBA).

Incidência Política

Mantendo a função de assessorar os posicionamentos da ABA frente a contextos políticos em que se colocam em risco os direitos fundamentais de diferentes populações, o Comitê participou das seguintes iniciativas:

Em junho de 2015, o Comitê elaborou para a ABA a seguinte nota sobre a supressão de gênero nos Planos de Educação, enviada para o Ministro da Educação, Secadi/MEC, Secretaria Nacional de políticas para as Mulheres, Ministério Público Federal (Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão), Ministério da Justiça, Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM e Comissão de Educação – CE da Câmara.

"**Nota, da Associação Brasileira de Antropologia - ABA e de seu Comitê Gênero e Sexualidade, sobre a supressão de "gênero" e "orientação sexual" nos planos municipais, estaduais e nacional de educação**

A Associação Brasileira de Antropologia considera extremamente preocupante o
processo político que tem envolvido a aprovação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação, no que diz respeito à proposta de supressão sistemática das expressões "gênero" e "orientação sexual" neles presentes. A ABA considera especialmente grave o fato de a proposta de supressão atingir, no âmbito de tais planos, artigos ou parágrafos em que se estabelece como papel das escolas o combate às desigualdades educacionais produzidas por diferentes tipos de discriminação social.

Evocando discursos religiosos, alguns parlamentares têm tratado como "ideologia", a consolidada reflexão científica brasileira e internacional que gira em torno da produção e reprodução de desigualdades sociais, que se justificam a partir de certas concepções normativas sobre gênero e sexualidade. No plano do conhecimento, procura-se de fato suprimir o direito de alunos e alunas das escolas brasileiras ao acesso à produção científica de diferentes disciplinas sobre o assunto e, em especial, à reflexão que enfatiza aspectos sociais e políticos relacionados à produção e manutenção de desigualdades. No plano propriamente político, tais iniciativas contrariam, diretamente, alguns dos mais básicos valores republicanos, como a laicidade do Estado, o direito à informação e à livre expressão do pensamento; e, indiretamente, ameaçam os esforços empreendidos por diferentes instituições brasileiras, entre as quais a ABA se inclui, no sentido da construção de uma sociedade mais justa e plural.

A análise das relações de gênero, assim como das relações raciais ou das de classe, contribui de forma marcante para o conhecimento e o enfrentamento das desigualdades históricas no país. Ao manter o tema da "igualdade de gênero e de orientação sexual" nos planos de educação não se está formulando uma "ideologia de gênero" ou procurando anular diferenças percebidas entre as pessoas, mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. Trata-se de garantir que a escola não seja um espaço de reprodução da violência, mas de respeito à diversidade e de formação para a cidadania."

Em Junho de 2015, a coordenação do Comitê apoiou a organização do "Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras", proposto pelo Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença (Numas/USP) e a assinatura do mesmo por parte da ABA. O manifesto, em sua versão final, foi assinado por mais de 180 núcleos de pesquisa e associações científicas e está, entre outros lugares, disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf

Em julho de 2015, a coordenadora do Comitê, Regina Facchini (Unicamp), atendeu a demanda do jornal O Estado de São Paulo para a produção de um artigo para o caderno Aliás sobre a polêmica envolvendo a presença do termo gênero nos planos de educação, tendo sido publicado em 18/07/2015, como o título "Falsa ameaça" e está disponível em: http://m.alias.estadao.com.br/noticias/geral,falsa-ameaca,1727566

Em setembro de 2015 o Comitê intermediou a assinatura da ABA ao manifesto "Em defesa da família brasileira" proposto pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) disponível em: http://www.crpsp.org.br/emdefesadafamilia/Default.aspx

Em setembro de 2015, o Comitê elaborou para a ABA a seguinte nota a respeito do Projeto de Lei n. 6.583/2013, que propõe a criação do Estatuto da Família. Além de divulgada no site da ABA - e em seus perfis em redes sociais, a nota foi enviada ao legislativo federal e a ministérios e mereceu o apoio das associações profissionais presentes na 39ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, reunida em Caxambu (MG), em 29 de outubro de 2015.

Nota da ABA sobre o PL n. 6.583/2013, que propõe a criação do Estatuto da Família

A Associação Brasileira de Antropologia manifesta grande preocupação com o andamento do Projeto de Lei n. 6.583/2013, que propõe a criação do Estatuto da Família, por entender que, caso seja aprovado, milhares de famílias brasileiras correrão o risco de perder o direito de reconhecimento jurídico e social, ficando excluídas do acesso pleno à cidadania. Ao limitar a definição de família ao "núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes", o Projeto de Lei fere direitos já conquistados na justiça brasileira e impõe barreiras à inclusão social de famílias que não correspondem ao modelo restritivo e normativo nele proposto.

Há décadas, os estudos antropológicos sobre parentesco revelam que não há um modelo de família único, universal e necessário, já que se trata de instituição social cuja configuração é variável de acordo com diferentes contextos históricos e culturais. Ao prever apenas um tipo de família como aceitável e digna de reconhecimento, o legislador excluirá da esfera de proteção do Estado inúmeras formas familiares existentes no país e que são igualmente voltadas ao estabelecimento e manutenção de vínculos afetivos, de solidariedade e de apoio mútuo. Dentre tais famílias, destacam-se as que não são alicerçadas na procriação biológica - em que os avós detêm a guarda, ou cuidam, de seus netos; em que tias e tios cuidam dos sobrinhos; em que irmãos vivem juntos por toda a vida; em que pais e filhos se constituíram por meio de adoção; e, finalmente, as famílias, com ou sem filhos, formadas por casais compostos por pessoas de mesmo sexo. Desse modo, a ABA considera que o Projeto de Lei n.6.583/2013 representa um perigoso retrocesso quanto

ao reconhecimento da diversidade e da pluralidade que vêm caracterizando, social e historicamente, as famílias brasileiras.
Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade. Brasília, 18 de setembro de 2015.

Em outubro de 2015, a partir de articulação de sua integrante Lia Zanotta Machado (UnB), o Comitê elaborou para a ABA a seguinte nota sobre a tramitação do sobre o Projeto de Lei no. 5069/2013 na Câmara dos Deputados. Além de divulgada no site da ABA - http://www.abant.org.br/file?id=1449 - e em seus perfis em redes sociais, a nota foi enviada ao Ministro da Justiça, a Ministra da Cidadania, ao Ministro da Educação e aos Presidentes da Câmara e do Senado, e mereceu o apoio das associações profissionais presentes na 39ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, reunida em Caxambu (MG), em 29 de outubro de 2015.

Nota da Associação Brasileira de Antropologia e de seu Comitê de Gênero e Sexualidade sobre o Projeto de Lei no. 5069/2013

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) acolhe a análise do Comitê de Gênero e Sexualidade e torna pública sua profunda preocupação diante do grave risco de violação dos direitos das mulheres, se o Projeto de Lei no. 5069/2013, aprovado em 21 de outubro passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, vier a ser aprovado em Plenário e insta a sociedade e os Parlamentares à reflexão.

1.O Projeto de Lei altera e restringe **a abrangência do atendimento** das mulheres vítimas de violência sexual nos hospitais, tal como regulamentado pela Lei no 12.845 de 1 de agosto de 2013 que considera violência sexual , qualquer forma de atividade sexual não consentida. Desde 1940 o aborto não é crime quando a gravidez resulta de estupro, e desde 1998 o atendimento em hospitais públicos tem tido lugar (tímido ainda) no Sistema Único de Saúde. Hoje, a mulher que se encontre grávida em decorrência de violência sexual, ao buscar o serviço de saúde precisa assinar três termos, o Consentimento Livre e Esclarecido, em que escolhe por manter ou não a gravidez, o Termo de Responsabilidade, onde declara legítima expressão da verdade e o Termo de Relato Circunstanciado, no qual detalha como a agressão ocorreu. O PL quer restringir a abrangência do atendimento pela **exigência da apresentação do boletim de ocorrência e do exame de corpo de delito.** Entra assim em contradição com o direito constitucionalmente tutelado – que a criminalização do estupro protege – a dignidade e a liberdade sexual individual. Sabe-se pelos estudos e pesquisas qualitativas e quantitativas que os crimes de violência sexual são os mais subnotificados, pois grande parte desses crimes, quer sejam cometidos por desconhecidos ou por conhecidos e familiares, colocam as vítimas diante do medo ou da vergonha, dificultando extremamente sua denúncia. Sabe- se também da possibilidade de o exame de corpo de delito se apresentar sem resultados claros quer pela demora da ida da mulher à delegacia, ao Instituto de Medicina Legal (IML), ou

ao hospital, quer pela precariedade dos recursos e técnicas de exame dos vestígios.

A exigência do boletim de ocorrência e do exame de corpo de delito não são inócuas ou burocráticas. São graves e restritivas. Todo ato, procedimento, ou informação sobre procedimentos e práticas de interrupção de gravidez resultante de estupro que não tenha sido denunciado à Polícia Civil e examinado (ou constatado) poderão e serão considerados crimes, tanto para as mulheres quanto para os médicos e agentes de saúde. Há sub-repticiamente, mas de forma contundente, uma alteração restritiva do que se entende por estupro, com impacto negativo na interpretação e na sua literalidade – há alteração dos artigos

126, 127 e 128 do Código Penal – do que se entende desde 1940 por aborto que não pode ser criminalizado: o aborto que se segue à uma gravidez decorrente de estupro.

2. O projeto de lei altera **as modalidades de atendimento** das mulheres vítimas de violência sexual nos hospitais, tal como regulamentado pela Lei no 12.845. Hoje, os hospitais públicos são obrigados a oferecerem acolhimento, atendimento, informação, orientação, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, prevenção da gravidez por medicamentos e oferta de informações sobre os direitos legais e sobre os serviços de aborto legal para interrupção da gravidez, se for o caso e a vontade da vítima. 1) O PL restringe o atendimento obrigatório à **oferta de medicamentos não abortivos** para prevenção da gravidez . 2) O PL não inclui na modalidade de atendimento a oferta de medicamentos abortivos no caso de gravidez decorrente de estupro, embora não a proíba explicitamente no caso do estupro denunciado à polícia civil e com exame de corpo de delito. 3) O PL **interdita que a administração de medicamento ou procedimento abortivo seja obrigatório para nenhuma instituição** ou profissional de saúde: "Nenhum profissional de saúde ou instituição, em nenhum caso, poderá ser obrigado a aconselhar, receitar ou administrar procedimento ou medicamento que considere abortivo".

3. O Projeto de Lei **criminaliza o anúncio de meio abortivo e o induzimento, instigação e auxílio à prática de aborto, assim como a mera orientação ou instrução de como praticar o aborto, por qualquer pessoa. Aumenta a pena se estas ações** – **que incluem orientação e informação** – **forem fornecidas por médicos, farmacêuticos ou enfermeiros ou agentes de serviços públicos de saúde**, ressalvados os casos de grave risco de morte da mulher e dos casos de estupro no seu novo e restrito entendimento. O que está considerado como Ética Médica, dar orientação e informação, passa a ser crime. Viola-se a Ética Médica e o direito humano individual à informação e à vida.

4. O Projeto de Lei **revoga a caracterização de contravenção penal** com pena de multa atribuída até então aos atos de **"anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto", e os converte em crime com penas de um a três anos.** Cumpre apontar que a anticoncepção

de emergência, definida medicamente como preventivo da fecundação, e não abortivo, é alvo de disputa pelos movimentos contrários ao aborto, que o interpretam como se abortivo fosse. Assim, corre-se o grave risco que o convencimento jurídico poderá basear-se em antagônicos entendimentos.

A ABA, ao analisar a matéria, não pode deixar de afirmar que o PL significa um enorme retrocesso para os direitos à vida digna de mulheres e meninas. Serão submetidas à revitimização pela violência institucional. Negar o atendimento dos casos de violência sexual e/ou abortamento é omissão de socorro e criminalizar os (as) profissionais de saúde que prestam essa assistência ou informações é, mais uma vez, colocar em risco a vida das mulheres brasileiras, como já afirmado recentemente pela movimentação feminista. Ferem-se assim os direitos à dignidade, liberdade, informação, saúde e integridade física e psíquica das mulheres. A aprovação do PL será a imposição de valores conservadores e moralistas monocráticos que se contrapõem a uma concepção de direitos humanos que admite a pluralidade, a diversidade e a autonomia individual. Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê de Gênero e Sexualidade Brasília, 27 de outubro de 2015.

Em outubro de 2015, o Comitê, por meio de seu integrante Sergio Carrara (UERJ) e de sua coordenação apoiou a adesão da ABA a um documento de contribuição da sociedade civil brasileira ao relatório "Protection of the family: contribution of the family to the realization of the right to an adequate standard of living for its members, particularly through its role in poverty eradication and achieving sustainable development" do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, disponível em: http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/ProtectionFamily.aspx.
O documento de contribuição brasileiro está disponível aqui e foi subscrito pela ABA - Associação Brasileira de Antropologia, pela ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, pela ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pelo Cfemea - Centro Brasileiro de Estudos e Assessoria, pelo CLAM/UERJ - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, pela IPAS/Brazil – Ações Afirmativas em Direitos e Saúde e pelo SPW - Sexuality Policy Watch.

Em outubro de 2015, a coordenação do Comitê participou da elaboração e articulou a assinatura da ABA para moção "Em defesa dos direitos e da laicidade do Estado", encaminhada conjuntamente pela Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Ciência Política e Sociedade Brasileira de Sociologia e referendada pela 39ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, reunida em Caxambu (MG), em 29 de outubro de 2015. A nota foi encaminhada ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Saúde, à Ministra da Cidadania e aos Presidentes da Câmara e do Senado e disponibilizada no site da ABA - http://www.portal.abant.org.br/index.php/19-documentos/1193-mocoes.

EM DEFESA DOS DIREITOS E DA LAICIDADE DO ESTADO

Nós, cientistas sociais de todo o Brasil reunidas/os no 39º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), manifestamos absoluto repúdio às iniciativas em curso no Congresso Nacional e em Assembleias estaduais e Câmaras municipais que representam retrocessos nos direitos dos indivíduos e uma grave ameaça à democracia.

Por meio desta moção, manifestamos nossa defesa incondicional da laicidade do Estado, entendendo que ela é uma condição para a democracia e para o exercício da cidadania. Sem ela, estão ameaçados os direitos individuais, entre eles a liberdade religiosa. Crenças privadas, quando transferidas para a esfera política, transformam-se em dispositivos para a promoção da intolerância e para a subtração de direitos.

As investidas atuais contra os direitos humanos têm como alvos prioritários mulheres e homossexuais. Sob o manto do conceito de "família base", as propostas de alguns parlamentares ameaçam direitos de muitas pessoas, enquanto são afirmados privilégios para alguns núcleos familiares.

Na mesma medida, projetos em tramitação no Congresso promovem o controle sobre o corpo das mulheres, colocando-nas numa posição de sub-cidadania, como no caso das tentativas recentes de retrocesso na legislação relativa ao aborto, que buscam impedir inclusive o atendimento integral no SUS das mulheres que sofreram violência. Iniciativas já aprovadas e outras que têm sido discutidas criam obstáculos para uma educação que contemple a diversidade, que se oponha à violência e que, portanto, colabore para construir um país mais democrático e mais justo. Propostas de lei que permitirão censurar e até mesmo encarcerar professores que estimulem a reflexão crítica complementam os vetos aos debates sobre equidade, diversidade e justiça social nas escolas.

Esta moção expressa nossa posição firme e clara a favor dos direitos individuais, independentemente do sexo e dos modos diversos de vida das pessoas, a favor da laicidade do Estado e de um ensino que contemple os valores da equidade, da diversidade e da justiça.

Manifestamo-nos contra as ações no Congresso Nacional que comprometem os direitos humanos e a cidadania, a favor de um debate aberto que inclua a sociedade, movimentos sociais e pesquisadoras e pesquisadores dedicados às temáticas em foco.

Entre agosto e novembro de 2015, o Comitê de Gênero e Sexualidade trabalhou coletivamente, por solicitação da Presidência da ABA, na produção de três textos de análise de conjuntura para o Informativo especial - conjuntura n° 01/2016 -Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas – disponível em: http://www.portal.abant.org.br/index.php/destaque/867-informativo-especial-conjuntura-n-01-2016-25-02-2016. O texto "Análise da atual conjuntura sócio-política referente à prostituição", assinado por Adriana Piscitelli (UNICAMP) e Ana Paula da Silva (UFF), está disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/informativos/Link_11_COMITE_GENERO_E_SEXUALIDADE_1_PROSTITUICAO.pdf . O texto "Questões sobre o debate social e político

atual sobre família", assinado por Flávio Luiz Tarnovski (UFMT), está disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/informativos/Link_12_COMITE_GENERO_E_SEXUALIDADE_2_-_FAMILIA.pdf . O texto "Diversidade sexual e de gênero no contexto sócio-político brasileiro atual", assinado por Júlio Simões (USP), Regina Facchini (UNICAMP) e Sérgio Carrara (UERJ), está disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/informativos/Link_13_COMITE_GENERO_E_SEXUALIDADE_3_-_LGBT.pdf.

Em novembro de 2015, Camilo Braz (UFG), vice-coordenador do Comitê de Gênero e Sexualidade atendeu a demanda por entrevista para o jornal Correio Braziliense tematizando o modo como sexualidade e gênero são tratados na educação brasileira e os motivos pelos quais os termos gênero, sexualidade e igualdade de gênero causam tanto "desconforto" em parte dos brasileiros. A entrevista resultou em matéria publicada em 25/12/2015, disponível no endereço: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/25/interna_cidadesdf,511886/debate-sobre-inclusao-escolar-representa-busca-pelo-respeito-a-diversi.shtml.

Link do Relatório em PDF:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comit%C3%AA_G%C3%AAnero_e_Sexualidade.pdf

Relatório de Atividades do Comitê Quilombos

O Comitê Quilombos buscou atuar em consonância com o histórico de atuação da ABA no cenário brasileiro, bem como com os propósitos da Gestão do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima, quais sejam: apoiar balanços de nosso campo disciplinar e reflexões teóricas e técnicas sobre o nosso ofício na conjuntura atual, sobre os conhecimentos e princípios éticos necessários às distintas práticas profissionais das antropólogas e dos antropólogos no cenário nacional, contribuindo para a produção e disseminação de conhecimentos e para o aprimoramento da formação profissional, em especial quanto à reflexão sobre as situações sociais das comunidades dos quilombos e os desafios à implementação dos seus direitos.

Como se pode depreender das ações elencadas abaixo, o Comitê atuou em estreita relação com as Assessorias Especiais de Apoio à Presidência, notadamente com a Assessoria Especial de Laudos Periciais, contando com a interlocução direta com a Profª Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), bem como com a Assessoria de Meio Ambiente. O Comitê Quilombos também, pela convergência temática e desafios da presente gestão, atuou em articulação com a Comissão de Assuntos Indígenas – CAI, bem como o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, o Comitê Patrimônio e Museus e o Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/a. Apresentamos abaixo resumo das atividades realizadas pelo Comitê Quilombos da ABA ao longo dos anos de 2015 e 2016:

REUNIÕES:

No início da gestão foram feitas diversas reuniões, visando apresentação do Presidente da ABA e da Coordenação do Comitê a órgãos diretamente relacionados à implementação dos direitos das comunidades dos quilombos, conforme se segue:

- Dia 14/04/15 - Reunião com a Presidência do INCRA e Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, para apresentação da nova presidência da ABA e discussão visando renovação do Termo de Cooperação Técnica entre ABA e o INCRA; Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Foi acordado que seria celebrado um Aditivo ao Termo de Cooperação ABA/INCRA.
- Dia 14/04/15 – Reunião com a Ministra da SEPPIR, para apresentação da nova Presidência e das ações desenvolvidas pela Associação Brasileira de Antropologia no campo da diversidade étnica e racial e dos direitos diferenciados de cidadania. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Resultou da reunião estreitamento de relações e manifestação de interesse em celebração de Termo de Cooperação entre a ABA e a SEPPIR.
- Dia 15/04/15 – Reunião com o Presidente da Fundação Cultural Palmares, com o Diretor de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro e Promotora Jurídica daquela Fundação para tratar de apresentação da nova Presidência, processos de emissão de certidão de autodefinição como comunidade remanescente dos quilombos, emissão de pareceres em processos de licenciamento de obras e empreendimentos com impactos diretos e indiretos sobre territórios quilombolas, conflitos em decorrência da autodefinição e da regularização fundiária das comunidades dos quilombos. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Resultou da reunião estreitamento de relações e de cooperação, tendo sido apontado que haveria mudanças na direção da Fundação.
- Dia 07/05/2015 – Reunião com o Senhor Denildo Rodrigues de Moraes (Bico), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, para apresentação da nova Presidência da ABA e discussão sobre cooperação entre ABA e CONAQ, sobretudo para realização de oficina de formação de lideranças quilombolas e participação de Encontro Nacional da CONAQ. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA.
- Dia 08/05/2015 – Reunião com a nova Presidente da Fundação Cultural Palmares, em decorrência de mudanças ocorridas nas pastas do Governo, para reapresentação da Presidência da ABA, Coordenação do Comitê Quilombos e prospectar possibilidades de cooperação. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Resultou da reunião estreitamento de relações e manifestação de interesse em celebração de Termo de Cooperação específico entre a ABA e a FCP. Devido a intercorrências no Governo e posterior desmonte do aparato de Governo que assegura a

proteção às comunidades dos quilombos, até o momento não houve elaboração/celebração do referido Termo de Cooperação.

- Dia 08/05/2015 – Nova reunião na SEPPIR, com a Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais, para dar continuidade à discussão sobre a cooperação entre a SEPPIR e ABA, com possibilidade de celebração de Termo de Cooperação. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Devido a intercorrências no Governo e posterior desmonte do aparato de Governo que assegura a proteção às comunidades dos quilombos, até o momento não houve elaboração/celebração do referido Termo de Cooperação.
- Dia 19/05/2015 – Participação na Plenária "Ameaças aos direitos fundamentais e PEC 215: democracia, povos indígenas e meio ambiente", promovida pelas Frentes Parlamentares de Defesa dos Povos Indígenas, de Direitos Humanos e Minorias e Ambientalista, no Plenário 14 da Câmara dos Deputados/DF, para apresentação de proposições visando combater as ameaças aos direitos dos povos indígenas, especialmente, mas também as ameaças aos direitos relativos aos quilombos e ao meio ambiente. Participaram o Presidente da ABA e o membro do Comitê Quilombos Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB).

EVENTOS CIENTÍFICOS

As atividades do Comitê se concentraram na realização de GTs, Mesas Redondas, e painéis em reuniões cientificas, com participação significativa de antropólogos, elencadas a seguir. É importante ressaltar que houve diversas participações em eventos científicos de antropólogos e antropólogas integrantes do nosso Comitê, como propostas independentes, as quais divulgamos e estimulamos, mas que não estão elencadas aqui.

- Organização do Grupo de Trabalho na V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL; O GT 14, intitulado "Direitos Quilombolas, Políticas Públicas e Movimentos Sociais: desafios e perspectivas" foi coordenado por Aderval Costa Filho (UFMG) e Cíntia Beatriz Müller (UFBA), e promoveu amplo debate avaliativo e propositivo, perspectivado em situações sociais etnografadas, análises de conjuntura e reflexões sobre os processos de conformação e reconformação identitária dos quilombos no contexto atual e consolidação dos seus direitos territoriais, sociais, e culturais. O GT contou com os seguintes debatedores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) e Ilka Boaventura Leite (UFSC), e 11 apresentações orais, organizadas em 2 sessões.
- Participação no Fórum Temático organizado pela Comissão de Assuntos Indígenas durante a V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL. O Fórum Temático 07, intitulado "A produção antropológica e os desafios para a garantia de direitos étnicos, coletivos e territoriais" foi coordenado por Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) e Raquel Mombelli (UFSC),

com duas sessões, a saber: "Produção antropológica e decisões judiciais: conflito de saberes e de poderes" e "As condições de produção do antropólogo como expert em face das iniciativas de reformulação da regulamentação dos direitos territoriais (ADIN do Decreto 4887/2003, PEC 215, etc)". O FT realizou um balanço dos avanços aos direitos étnicos desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e a inserção da Antropologia no campo de aplicação de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Da primeira sessão participaram como expositores Andrea Zhouri (UFMG), Edviges Ioris (UFSC) e Fábio Mura (UFPB); da segunda sessão participaram como expositores Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) e João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ).

- Promoção do Minicurso 03 - Laudos e Relatórios: A atuação dos antropólogos em debate na V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL. O minicurso foi coordenado por Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB) e Márcia Leila de Castro Pereira (UFPI) e teve como principal objetivo refletir sobre os possíveis campos de atuação profissional, a partir de trabalhos "práticos" de produção de Laudos Antropológicos, Relatórios Antropológicos, Relatórios do Componente Indígena do EIA/RIMA e Relatórios de Impacto de empreendimentos governamentais em territórios de populações tradicionais, em especial, indígenas e quilombolas. A partir de experiências particulares, foram apontados alguns impasses, limites, avanços teóricos e éticos com os quais os profissionais da antropologia se defrontam em suas experiências.
- Participação no Seminário "Quilombos, Estudos Antropológicos e Regularização Territorial", pré-evento da VI Jornada de Estudos sobre Etnicidade da Universidade Federal de Pernambuco, realizado no dia 18 de Junho de 2015. O evento contou com mesas redondas e mostra audiovisual, quais sejam: MR Estudos e Processos de Regularização de Territórios Quilombolas em Pernambuco (Caroline Leal Mendonça - NEPE, Ana Cláudia Rodrigues - DAM/UFPE, Helena Tanderini, Hosana Celi - NEPE/PPGA, Iara Erendina Andrade – Moderadora); O papel da antropologia no atual contexto de ameaças às terras quilombolas (Osvaldo Martins de Oliveira – UFES/Comitê Quilombo da ABA, Vânia Fialho – UFPE/Comitê Povos Tradicionais Meio Ambiente e Grandes Projetos ABA, José Augusto Sampaio - UNEB/ANAÍ, Johnny Cantarelli - moderador), Mostra audiovisual/Lançamento do CD Tiririca dos Crioulos: Benditos, Linhas de Toré e Gira. Participaram da Comissão Organizadora os Profs. Renato Athias, Lara Erendira e Carol Leal Mendonça.
- Participação na Oficina ABA "Aditamento da Carta de Ponta das Canas", realizada em Brasília/DF, nos dia 17 e 18 de agosto de 2015. A Oficina contou com a participação de membros do Comitê Quilombos (como proponentes da mesma desde o seu Plano de Trabalho apresentado no início da Gestão ABA 2015-2016), com membros da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), do Comitê Povos Tradicionais Meio Ambiente e Grandes Projetos, com as

assessorias de Laudos Periciais e de Meio Ambiente, tendo sido seus participantes selecionados pelos respectivos Comissão e Comitês. A Oficina foi realizada com recursos da Fundação Ford. Participaram nominalmente da Oficina (em ordem alfabética): Aderval Costa Filho (UFMG), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Andréa Zhouri (Gesta/UFMG), Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Bruno Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Bruno Souza (MPF), Carolina Perini (Funai), Cíntia Beatriz Müller (UFBA), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Estêvão Palitot (UFPB), Fábio Mura (UFPB), Henyo Trindade Barretto Filho (IIEB), Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSC), Jane Felipe Beltrão (UFPA), João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Ricardo Verdum (UFSC), Roberto Almeida (Incra), Stephen Grant Baines (UnB),Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE). A redação final foi feita por uma comissão liderada por Jane Felipe Beltrão e composta por Aderval Costa Filho, Eliane Cantarino O'Dwyer e João Pacheco de Oliveira. A oficina discutiu e produziu textos sobre as demandas e contextualização do trabalho do antropólogo/antropóloga, procedimentos técnico-científicos, parâmetros para a produção de relatórios de identificação e delimitação territorial, relatórios antropológicos em processos de licenciamento ambiental, laudos em processos judiciais e inventários de referências culturais, finalizando com o papel da ABA nesse contexto. Resultou da Oficina e-book intitulado "Protocolo de Brasília - Laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico", publicado pela ABA em dezembro de 2015.

- Participação no Seminário "ABA+60 – Os antropólogos e a antropologia na esfera pública, cenários contemporâneos e políticas para o futuro", realizado entre os dias 19 a 21 de agosto de 2015, na UnB. O Comitê Quilombos coordenou a Sessão IV – Quilombos, Povos Tradicionais e Territórios: Estado, desenvolvimento e reprodução social da diferença". A Mesa Redonda contou com a participação de Aderval Costa Filho (Coordenador/UFMG /Comitê Quilombos da ABA), Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG/Assessoria Especial de Meio Ambiente ABA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES e Comitê Quilombos/ABA), e Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB e Comitê Quilombos/ABA), tendo como debatedora Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e Assessoria Especial de Laudos/ABA). A MR abordou a perspectiva desenvolvimentista e modernizadora adotada pelo Estado brasileiro e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida, além de demonstrar a precarização dos direitos assegurados às comunidades quilombolas e tradicionais, a partir do debate de situações sociais específicas, bem como de políticas eivadas de significados reducionistas, ressaltando o papel da antropologia como disciplina que não só informa políticas públicas, como também provê as próprias políticas de significados independentes, produzidos pelos próprios atores sociais e traduzidos pelo campo disciplinar.
- Organização do Grupo de Trabalho 120 - "Território, identidade, produção e patrimônio: a reprodução do modo de ser e viver das comunidades dos quilombos na América Latina" na XI Reunião de Antropologia do Mercosul – RAM,

ocorrida na Universidad de La Republica Uruguai, em Montevideo, entre os dias 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015. Coordenadores: Aderval Costa Filho (UFMG) Coordenador do Comitê Quilombos da ABA; Osvaldo Martins de Oliveira (UFES/Vice Coordenador do Comitê Quilombos da ABA); Vladimir Montoya Arango (Universidad de Antioquia/Colombia); Comentadora: Eliane Cantarino O'Dwyer – UFF/Assessora Especial de Laudos da ABA. O GT se propôs a debater as relações entre território, identidade, produção e patrimônio na América Latina, explicitando desafios que situações sociais concretas apresentam contemporaneamente para o campo do direito, da administração pública, da atuação profissional do antropólogo e para a academia nos países representados. O GT contou com três sessões (Quilombos - base legal e movimentos sociais; Quilombos - situações sociais, reconhecimento e autoafirmação identitária; e Quilombos – patrimônio e políticas públicas) e com a apresentação de 17 trabalhos. Por ocasião do evento, por impedimentos pessoais o Coordenador Aderval Costa Filho foi substituído pela Vice-coordenadora do Comitê Quilombos Raquel Mombelli.

- Organização da Mesa Redonda 40: "Projetos de modernização do Estado-nação e os direitos culturais e territoriais em contextos latino-americanos", ocorrida no dia 2 de dezembro de 2015, por ocasião da XI Reunião de Antropologia do Mercosul – RAM/Montevideo-Uruguai. A Mesa Redonda foi coordenada por Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF/Assessora Especial de Laudos da ABA), e teria sido comentada por Andréa Zhouri (UFMG/Assessora Especial para Meio Ambiente da ABA), mas a mesma não pode participar. A MR contou também com a participação de Javier Taks - Universidade de la Republica – Uruguay, Stephen Grant Baines - DAN/UnB e Luis Eugenio Campos - Universidade Nacional de Chile. A MR problematizou os grande projetos e as políticas de desenvolvimento na América Latina, permitindo estabelecer debate comparativo sobre formas de construção de estados nações, e formas de reconhecimento e garantia de direitos culturais e territoriais dos chamados povos e/ou comunidades tradicionais. A Mesa se propôs também a refletir sobre o "Estado e suas margens", repensando as fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal.
- Participação no Seminário "Antropologia, Poder e Direitos Tradicionais: a CPI que investiga a FUNAI e INCRA", promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, entre os dias 14 e 17 de março de 2016 (abordando o conhecimento antropológico produzido na UFSC sobre o tema), e entre 7 e 8 de abril de 2016 (sobre os argumentos presentes na justificativa para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que investiga a FUNAI e INCRA, em relação aos processos de regularização fundiária que realizam). A nossa participação se deu mais especificamente na II Programação, no dia 08.04.16, no período da manhã, com coordenação da Mesa Redonda "O Congresso Nacional, a CPI e os Direitos Tradicionais" por Raquel Mombelli (UFSC/Vice Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA), com participação dos seguintes expositores: Deborah Duprat (6ª Câmara de Coord. e Revisão do

MPF/PGR; Érika Kokay (Deputada Federal PT/DF); Nilma Paiva Almeida (CGID/FUNAI); Ricahrd Torsiano (Departamento de Estrutra Fundiária do Incra; substituido por Isabelle Picelli); e como debatedores: Getulio Kaigang - TI Xapecó-SC e e Maria de Lurdes Mina (MNU/SC). No período da tarde do mesmo dia 08.04.16, participamos de outra Mesa Redonda sobre "Terras Indígenas e Quilombolas em Santa Catarina", coordenada por Maria Dorothea Post Darella, com exposições de Analucia Hartmann (MPF-SC); Valdez Adriani Farias (PFE/INCRA); Clovis Briguenti (UNILA); tendo como debatedoras o Cacique Teófilos Gonçalvez (TI Morro dos Cavalos), Edson Camargo (Comunidade Quilombola Invernada dos Negros) e Raquel Mombelli (UFSC/Vice Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA).

- Organização do GT 46 "O trabalho do antropólogo e a implementação dos direitos das comunidades dos quilombos" na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB. O GT foi coordenado por Aderval Costa Filho (UFMG/Coordenador do Comitê Quilombos da ABA) e Raquel Mombelli (UFSC/Vice-coordenadora do Comitê Quilombos da ABA), e abriu espaço para a apresentação de discussão de questões sobre a inserção da antropologia no campo político de aplicação dos direitos das comunidades dos quilombos, sobretudo no fazer antropológico na elaboração de relatórios e laudos visando direitos étnicos, coletivos e territoriais. O GT também abriu espaço para reflexão de contextos e situações sociais contemporâneas, violação de direitos e conflitos enfrentados pelas comunidades e pelos próprios profissionais de antropologia. Foram apresentados 10 trabalhos em comunicação oral e um pôster, organizados em 2 sessões.
- Organização e participação na Mesa Redonda 14 - "Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida", por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB. A MR contou com a coordenação de Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF/Assessora Especial de Laudos da ABA) e com a participação de Andréa L. M. Zhouri (UFMG/Assessora Especial de Meio Ambiente da ABA), Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB/Membro do Comitê Quilombos da ABA) e Aderval Costa Filho (UFMG/Coordenador do Comitê Quilombos da ABA), abordando processos de conformação e reconformação identitárias, a partir de situações históricas e sociais que demonstram como fluxos desenvolvimentistas tentam minar resistências e vulnerabilizar sucessiva e periodicamente os povos e comunidades tradicionais. A MR, a partir de experiências etnográficas variadas, discutiu processos de construção da nação do ponto de vista dos povos e comunidades atingidos por interesses hegemônicos.
- Por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB, também foi realizada no dia 5 de agosto Reunião do Comitê Quilombos, coordenada por Aderval Costa Filho. A reunião promoveu um balanço das ações

desenvolvidas até aquele momento e propôs continuidade das suas ações na próxima gestão, bem como discutiu e deliberou sobre indicações para Coordenação e Vice-Coordenação.

- Participação no Colóquio "Antropologia, Política e Direitos Diferenciados", organizado pelo PPGAS/UFSC e AFUNDA, no dia 7 de dezembro de 2016, com exposições de Cinthia Cratini da Rocha (UFSC); Edson Camargo (Comunidade Quilombola Invernada dos Negros/SC); Jocelia Kaingang (Terra Indígena Serrinha/RS); Miriam Hartung (UFSC) e Raquel Mombelli (UFSC/Vice-coordenadora do Comitê Quilombos da ABA). O evento foi encerrado com a palestra "O papel da ABA no capítulo dos índios da Constituição de 1988", proferida por Manuela Carneiro da Cunha (USP/Universidade de Chicago).

PUBLICAÇÕES

Enumeramos abaixo publicações referentes à produção do Comitê ou que tiveram participação direta do Comitê, além dos que foram divulgados como anais e/ou resumos de trabalhos apresentados em eventos:

- Lançamento do E-book "Protocolo de Brasília - laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico", fruto de oficina de trabalho realizada em Brasília, nos dias 17 e 18 de julho de 2015, promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, a partir de sua Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), de seus comitês Quilombos, e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, das assessorias de Laudos Periciais e de Meio Ambiente. Os participantes foram selecionados pelos comitês e pela comissão em comum acordo com a Diretoria da ABA 2015-2016. Participaram da Oficina (por ordem alfabética): Aderval Costa Filho (UFMG), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Andréa Zhouri (gesta/UFMG), Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Bruno Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Bruno Souza (MPF), Carolina Perini (Funai), Cíntia Beatriz Müller (UFBA), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Estêvão Palitot (UFPB), Fábio Mura (UFPB), Henyo Trindade Barretto Filho (IIEB), Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSC), Jane Felipe Beltrão (UFPA), João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Ricardo Verdum (UFSC), Roberto Almeida (Incra), Stephen Grant Baines (UnB),Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE). A redação final foi feitapor uma comissão liderada por Jane Felipe Beltrão e composta por Aderval Costa Filho (Coordenador do Comitê Quilombos da ABA), Eliane Cantarino O'Dwyer e João Pacheco de Oliveira. O E-book foi publicado pela Associação Brasileira de Antropologia em 2015.
- Lançamento da Coletânea "Direitos Quilombolas & Dever do Estado em 25 Anos da Constituição Federal de 1988", organizada por Osvaldo Martins de Oliveira (Vice-coordenador do Comitê Quilombos da ABA), contendo textos de (em ordem alfabética): Aderval Costa Filho, Aissa Afonso Guimarães, Alex Ratts, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Ana Paula Comin de Carvalho, Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos, Carlos Eduardo Marques, Cíntia Beatriz Müller, Clair da Cunha

Moura Júnior, Cynthia Carvalho Martins, Davi Pereira Júnior, Eliane Cantarino O'Dwyer, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Ilka Boaventura Leite, João Batista de Almeida Costa, José Maurício Arruti, Larissa de Albuquerque Silva, Leandro Mitidieri, Luiz Henrique Rodrigues, Osvaldo Martins de Oliveira, Patrícia Portela Nunes, Paula Acotirene Florindo da Silva, Raquel Mombelli, Sandro José da Silva, Simone Raquel Batista Ferreira, Sonia Regina Lourenço e Vinícius Gomes de Aguiar. Com 352 páginas, a Coletânea foi publicada pela ABA, em 2016.

- Editoração e lançamento em 2016 da Seção "Opinião", do Vol. 2, nº 2, da Revista Novos Debates da Associação Brasileira de Antropologia, por Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB/Membro do Comitê Quilombos da ABA), contando com vários artigos, dentre os quais um artigo de Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB/Membro do Comitê Quilombos da ABA), e um artigo de Aderval Costa Filho (Coordenador do Comitê Quilombos da ABA).

NOTAS TÉCNICAS, MOÇÕES E MANIFESTAÇÕES:

Tendo em vista os constantes riscos aos marcos regulatórios, bem como de violação de direitos das comunidades dos quilombos no Brasil, foram elaboradas as seguintes notas técnicas, moções e manifestações pelo Comitê, muitas delas divulgadas na página da ABA.

- 17 de Março de 2015: Por ocasião da retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 contra o Decreto Federal 4887/2003 (que regulamenta os procedimentos do Estado para titulação dos territórios Quilombolas e promoção do seu desenvolvimento), em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), foi elaborada, encaminhada (aos Ministros do Supremo, Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Sociedades e Associações congêneres, Departamentos de Antropologia e Programas de Pós Graduação em Antropologia de IES, etc) e divulgada na página da Associação Brasileira de Antropologia, a Nota "Direito quilombola de volta na pauta do Supremo Tribunal Federal" (http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_Comit%C3%AA_Quilombos_sobre_ADI_3239.pdf)
- 22 de julho de 2015: Apresentação e aprovação de moções do Comitê Quilombo, por ocasião de Assembleia Extraordinária da Associação Brasileira de Antropologia, ocorrida por ocasião da na V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL. Foram apresentadas e aprovadas as seguintes moções: "Pela melhor estruturação das equipes dos setores de regularização dos territórios quilombolas do INCRA (Regionais e Nacional), contando com profissionais qualificados para proceder à confecção de todas as peças do RTID, melhor dotação orçamentária, inclusive para arrecadação de terras, e diretrizes políticas mais acertivas que possibilitem celeridade na titulação dos territórios dos quilombos"; "Pelo respeito às terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades dos quilombos e pleitos comunitários consubstanciados nos Relatórios Antropológicos e por decisões político-

administrativas que contemplem a totalidade dos territórios pleiteados e não somente as terras efetivamente ocupadas"; "Pela participação dos Serviços de Regularização Fundiária dos Quilombos das Superintendências Regionais do INCRA e da Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA Nacional nas instâncias de decisão, respectivamente os Comitês de Decisão regional e o Conselho Diretor, com direito a voto, passando o voto do Presidente (Superintendente Regional ou Presidente do INCRA) a ser voto de qualidade ou desempate"; e finalmente, "Pela titulação definitiva do território étnico de Alcântara, com reconhecimento e demarcação dos 85 mil hectares reivindicados pelas comunidades e pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e contra toda iniciativa do poder público de redução do território reivindicado por direito e quaisquer efeitos lesivos às comunidades e garantias constitucionais".

- 12 de Agosto de 2015: Nota de Apoio à titulação definitiva do território de Alcântara - A Associação Brasileira de Antropologia, através do seu Comitê Quilombos, vem a público manifestar seu apoio à titulação definitiva do território étnico de Alcântara, com reconhecimento e demarcação dos 85 mil hectares reivindicados pelas comunidades e às demandas apresentadas pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE). Manifesta, ainda, o seu repúdio a toda iniciativa do poder público de redução do território reivindicado por direito, assegurado pela Constituição Brasileira, e quaisquer efeitos lesivos às comunidades e às suas garantias constitucionais.
- 25 de Setembro de 2015: Carta da ABA à Ministra do Meio Ambiente, solicitando compor permanentemente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), através da cota de representação destinada ao "Setor Acadêmico", em decreto de regulamentação. Isto considerando: que a Associação Brasileira de Antropologia é uma sociedade científica que reúne pesquisadores e pesquisadoras que produzem notórios conhecimentos sobre o patrimônio genético e suas interrelações com os saberes tradicionais associados de agricultores familiares e comunidades etnicamente diferenciadas, e que tal missão tem sido executada em parceria com organizações representativas e de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais, Indígenas e Agricultores Familiares, respeitando seus aspectos políticos, culturais e organizacionais; que a ABA já integra o GT Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, a Câmara Temática Conhecimento Tradicional Associado do Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, o Conselho Consultivo do IPHAN sobre Patrimônio Cultural, o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – IBRAM, dentre outras instâncias governamentais; considerando, sobretudo, a promulgação da Lei 13.123 de 20 de Maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, que está em processo de regulamentação, e que a Associação

Brasileira de Antropologia é uma das referências acadêmicas nacionais sobre as disposições tratadas na referida Lei, bem que o seu o artigo 6º e seus incisos, criam o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

- 8 de outubro de 2015: Celebração de Aditivo ao Termo de Cooperação ABA/INCRA, prorrogando o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica para o período de 21 de outubro de 2015 a 21 de outubro de 2019, ficando os demais itens constantes do Acordo de Cooperação Técnica inalterados (Publicado no D.O.U nº 199, de 19 de outubro de 2015, Seção 3, pg. 143). Foi também celebrado Plano de Trabalho para o período da nova vigência, com o objetivo de fortalecer os trabalhos de regularização fundiária dos territórios quilombolas desenvolvidos pelo INCRA, a partir da colaboração entre os partícipes, por meio da interlocução de profissionais da área de antropologia, interessados em ampliar e difundir conhecimento científico em prol da elaboração de estudos técnicos, apoio, avaliação e divulgação da política pública e estímulo à pesquisa na área quilombola.
- 12 de novembro de 2015: Elaboração e divulgação de Nota "Direitos territoriais indígenas e quilombolas são objeto de CPI da Câmara dos Deputados". "Foi instalada aos 11 de novembro de 2015, às 14 horas, no plenário 11 da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes dos quilombos. [...] CPIs são instaladas com objetivos de investigação, ouvir depoimentos e tomar informações diretamente aos envolvidos, atendendo aos reclames populares. Neste caso, a CPI atende a interesses da bancada ruralista e de setores desenvolvimentistas e visa obstacularizar ainda mais processos de reconhecimento e regularização de territórios dos povos indígenas e das comunidades dos quilombos..."
- 17 de novembro de 2015: Articulação na construção e divulgação da Nota à Câmara dos Deputados sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para investigar a atuação da FUNAI e do INCRA: "Trata-se de mais um episódio do conjunto de ações e omissões do Estado brasileiro visando obstacularizar o reconhecimento dos direitos de populações tradicionais, notadamente dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, inscritos desde a Constituição de 1988 e em legislação pertinente ao tema." Seguiu-se o acompanhamento das sessões da referida Comissão.
- 1º de Julho de 2016: Indicação de antropólogos/antropólogas para a 3ª Vara Federal de Sorocaba – Seção Judiciária do Estado de São Paulo – Justiça Federal, para realização de perícia antropológica sobre a Comunidade Quilombo Cafundó, a partir de ação cível que propõe a decretação de nulidade dos processos administrativos do INCRA, que ensejam o reconhecimento e regularização do território do Quilombo Cafundó, situado no Município de Salto do Pirapora/SP.
- 14 de julho de 2016: Apoio e divulgação da Manifestação do Conselho Diretor da Associação Brasileira sobre decisão da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito do INCRA e da FUNAI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da ABA. "Os

atos até agora realizados pela CPI revelam o intuito de criminalizar toda atividade de defesa dos direitos humanos em relação aos povos indígenas e quilombolas da sociedade nacional [...] A ABA, como sociedade científica e associação civil sem fins lucrativos, tem sua ação pautada pela mais perfeita lisura e transparência, no respeito à legislação em vigor e no cumprimento das responsabilidades que lhe impõem seu Código de Ética, e nada tem a temer, do ponto de vista legal, de qualquer investigação parlamentar. Mas sabe muito bem o quanto pode ser destrutiva uma ação política tendenciosa, movida por interesses inconfessados, contrários à construção de uma sociedade plural, democrática e acolhedora da diferença. ”

- 6 de agosto de 2016: Proposição, apresentação e aprovação de Moções na Assembleia Geral da Associação Brasileira de Antropologia, por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016. Foram propostas, apresentadas e aprovadas, em conjunto com o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos as seguintes moções: “Pela garantia dos direitos assegurados aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais no Governo interino pós impeachment da presidente Dilma”; “Contra o desmonte do aparato de Governo que vinha assegurando a proteção aos Povos Indígenas, às Comunidades dos Quilombos e aos Povos e Comunidades Tradicionais e seus modos de vida”; “Pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam”; “Contra a CPI FUNAI e INCRA e pelo reconhecimento e respeito às contribuições do(a) antropólogo(a) e da antropologia”. Tais moções foram encaminhadas para o Ministério Público e vários órgãos de Governo, além de Associações congêneres.
- 11 de setembro de 2016: Apoio e divulgação da Nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em Repúdio à Orientação Normativa nº 3, de 1º de agosto de 2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contra Programa de Promoção da Igualdade Racial. A referida Orientação Normativa estabelece critérios para aferição da veracidade de autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que dá forma ao Programa de Promoção da Igualdade Racial. “Nessa lei está prevista a observância de cotas para negros e pardos em concursos públicos federais. ” A ON afirma a “suspeição sistemática sobre índoles e legitimidades dos interesses dos cidadãos, fundamentando ações persecutórias e repressivas, e, inclusive, a ameaça de uma eventual acusação por falsidade ideológica”, estabelece que essas “formas e critérios de verificação da veracidade da autodeclaração deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato”, dentre outros agravantes que afrontam interesses de democratização do acesso aos cargos públicos no Brasil e políticas afirmativas duramente conquistadas pelos negros e negras e pela sociedade brasileira, fundadas na autodeclaração livre de suspeições e ameaças.

- 18 de outubro de 2016: Indicação de antropólogos e antropólogas para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Nacional, visando elaboração de Relatórios Antropológicos de Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas no estado do Amapá.
- 12 de novembro de 2016: Formalização de representação da ABA na audiência pública a ser promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Direitos Humanos e Minorias, relativa ao caso Gracinha, mãe quilombola da comunidade Santa Cruz/Toca - Paulo Lopes/SC que perdeu a guarda das suas filhas porque o judiciário entendeu que "por ser descendente de escravos", ela não teria condições de criá-las. O caso tem sido acompanhado e assessorado pela Vice-coordenadora do Comitê Quilombos, Raquel Mombelli (UFSC).

FUTURO DO COMITÊ:

Quanto ao futuro do Comitê, por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na UFJP/PB, de 3 a 6 de agosto de 2016, como referido anteriormente, foi realizada no dia 5 de agosto reunião entre os seus membros para avaliar ações desenvolvidas até então e propor ações para a próxima gestão (2017-2018), tendo também sido deliberado pela indicação de Raquel Mombelli (UFSC), como Coordenadora, e Aderval Costa Filho (UFMG), como Vice-Coordenador.

Link do Relatório em pdf:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comit%C3%AA_Quilombos_ABA_2015-2016.pdf

Relatório de Atividades do Comitê Deficiência e Acessibilidade

O tema da deficiência

Durante muito tempo as pessoas com deficiência no Brasil viveram um grande isolamento social, preconizado pela institucionalização massiva, que se originou no Império, especificamente com a fundação por Dom Pedro II de escolas e organizações específicas para atuar junto a surdos, cegos, pessoas com doenças e deficiências específicas. Esses espaços separatistas não puderam, obviamente, dar conta das necessidades das famílias que viviam esta questão, originando associações como: APAE, PESTALOZZI, AACD, AVAPE. Essas associações, ao mesmo tempo que tentavam suprir o lugar não ocupado pelo Estado, incentivaram a formação de preconceitos, estereótipos e discriminação, por serem segregacionistas e não conceberem, em seus primórdios, a ideia de cidadania para o segmento.

Os maus-tratos sistemáticos legalmente sancionados, e também os ilegais, direcionados a pessoas com diferenças físicas, mentais e comportamentais são fruto de uma narrativa social que pensa a pessoa com deficiência menos humana, e servindo a opressão dessas pessoas. As barreiras físicas, arquitetônicas, atitudinais,

comunicacionais, legais, educacionais serviram para compor uma imagem discriminatória, capacitista por excelência.

A teoria antropológica cresceu ao incorporar os estudos sobre gênero e raça, assim como os relacionados à ciclos de vida. Falta, no entanto, incorporar o sujeito com deficiência na teoria e na pesquisa etnográfica.

Embora o número de pessoas com deficiência seja enorme no Brasil, apenas uma pequena percentagem, menos de dessas alcança o nível superior (menos de 7%) e a pós-graduação (menos de 2%). Deficiência é um fator que, ainda, potencializa discriminação de gênero e raça, criando múltiplas marcas sociais.

Deficiência e pobreza são causas que se produzem e se reproduzem, deficiência pode ser simultaneamente uma causa e uma consequência da pobreza: os pobres são mais propensos a tornar-se deficientes, e a condição da deficiência empobrece. Diagnósticos, dispositivos, tecnologias assistidas, transportes adaptados, reabilitação, tratamentos, tudo isto pode ocasionar perda significativa de renda. Para dar conta disso é preciso pensar a pessoa com deficiência como cidadã e sujeito de direitos. Dentro da ABA o tema vem sendo, sistematicamente, abordado desde a 28 ª Reunião Brasileira de Antropologia, em São Paulo, quando foi instituído o Comitê. Desde então, o tema da deficiência e da acessibilidade está presente dentro das reuniões, em GTs, Oficinas, cursos, e isso tem alcançado estudantes interessados no tema, como também tem chamado a atenção de grupos interessados em nos propor temas de pesquisa.

Um pequeno resumo de atividades

Criado em março de 2012, o Comitê participou da Organização da 28ª RBA, tornando o evento acessível por meio de parcerias com a Prefeitura de São Paulo e com ONGs voltadas para a questão. Como resultado, realizou-se a primeira RBA acessível, com a presença de doze pesquisadores com deficiência. Na última RBA, o grupo de pesquisadores envolvidos pelo tema ultrapassava quarenta pessoas, mas muitos não apresentaram trabalho, tendo em vista a dificuldade de financiamento, aumentada nesse ano. Ainda assim, foi possível organizar um GT, uma Oficina e um Minicurso sobre o tema.

O Grupo de trabalho Etnografias da Deficiência contou com doze das vinte e uma apresentações previstas. A maior parte resultante de pesquisas etnográficas em andamento às quais estruturam a formação (de mestrado e doutorado) de um grupo crescente de jovens pesquisadores provenientes das regiões sul, sudeste e nordeste. Essa ênfase garantir uma produtiva e extensa dinâmica de debates em torno de questões teóricas, metodológicas e políticas em torno de três eixos propostos para discussão: a relevância e a natureza das definições e classificações em torno da deficiência; as políticas públicas como objeto de pesquisa antropológica; trabalho de campo e experimentações etnográficas. Destaca-se também a importante contribuição de pesquisadores mais experientes, especialmente da área de gênero, sexualidade e saúde que têm voltado sua atenção para a questão da "deficiência" seja como marcador social de diferença seja na relação com a abordagem das instituições e movimentos sociais.

Também apresentamos a segunda edição da Mesa Redonda na última reunião anual ANPOCS, **"Deficiências, direitos humanos e etnografia** e auxiliamos a acessibilidade da reunião, criando parceria com o governo de Minas Gerais.

Duas das integrantes desse comitê, Adriana Dias e Anahi Guedes de Mello, participaram em Brasília de Grupo Técnico do Ministério da Saúde para construção das Diretrizes Nacionais de Saúde para Mulheres com Deficiência. A coordenadora do Comitê fez parte do Grupo técnico que instituiu a Política de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no SUS, e atualmente está construindo a política Nacional de cuidadores [1]

Emitimos ainda um parecer sobre um caso de violação de direitos de aluna com deficiência do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em que nos manifestamos contrários à demanda da referida universidade por informações sobre a interdição, bem como, o laudo médico dessa aluna, a fim de averiguar sua capacidade de frequentar o ensino superior. Após análise minuciosa do caso, o comitê entendeu que a UFSC infringiu a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,* convenção internacional da qual o Brasil é signatário, ao tratar a aluna como incapaz e não lhe garantir todos os recursos de acessibilidade para assegurar sua autonomia pessoal e permanência na universidade.

O Comitê continua atuando junto a CAPES/CNPQ através de projeto para viabilizar um Programa de Pesquisa em que a categoria "deficiência" seja central.

A Coordenadora participou de reunião no CONADE sobre os temas: Deficiência e zika, violência contra mulheres com deficiência. Sobre esse último tema, falou também na Câmara de Deputados, em Brasília.

Em São Paulo, no Itaú Cultural, por meio da Coordenadora, discutimos em evento sobre a pessoa com deficiência como público de museus, espaços culturais e espetáculos. A iniciativa visava discutir as relações entre arte e deficiência, novos paradigmas acerca do tema da deficiência, como o modelo social, a inclusão e o protagonismo das pessoas com deficiências no campo da arte, e a acessibilidade de eventos artísticos e culturais. É preciso compreender que para além das cotas, obrigatórias por lei para participação em eventos, seja em Museus, Centros culturais, festivais de rua, feiras de artesanato, eventos musicais ou eventos científicos, as pessoas com deficiência devem ser vistas como público. Essa é a grande questão que temos hoje no Comitê: as RBAS e o site da ABA precisam se tornar acessíveis a todas as pessoas com deficiência, não apenas como resposta a demanda legal, que existe, mas a própria demanda de alunos com deficiência, inscritos na Pós-Graduação em Antropologia pelo país.

Foram feitas notas em artigos sobre a atuação do Comitê, de autoria de Adriana Dias e em duas publicações de referência do campo da deficiência (de Anahi Melo com Pamela Block).

DESAFIOS

Para além disso, é preciso, na nossa concepção, um trabalho mais interoperacional entre os Comitês. Estamos organizando um grupo para desenvolver um

glossário antropológico em Libras, e atender aos surdos. Isso será impossível sem apoio de outros comitês, e sem o protagonismo do nosso Comitê. Esse glossário é essencial para que surdos tenham acesso a material antropológico em LIBRAS, segunda língua oficial do Brasil. Esse é um exemplo das demandas que enfrentamos. Estamos também organizando um Congresso Online para pesquisadores sobre Deficiência, para facilitar a possibilidade de maior participação dos mesmos, visto a grande dificuldade que tem para deslocamento.

Desejamos que a RBA coloque as condições de acessibilidade em seu orçamento e projeto inicial, não apenas para atender a lei, mas para viabilizar parceiras com o poder público, como foi realizada na última ANPOCS, por exemplo. Para isso precisamos conversar mais com as comissões locais sobre o tema.

Há grandes desafios envolvendo o tema da deficiência. Setores conservadores tentam criar um indígena capacitista, projetando sobre eles o que verdadeiramente a civilização ocidental fez ao segmento. Para tratar dessa questão é preciso discutir deficiência e acessibilidade, também. Por isso, sugerimos que surja mais e mais interoperacionalidade nos Comitês.

Na última oficina da RBA enfrentamos o tema da medicalização do canabidiol, e a associação que foi entrevistada pelos colegas nos escreveu solicitando pesquisas sobre o Tema, vinculando-o à medicina tradicional indígena. Gostaríamos de orientações do Comitê de Assuntos Indígenas, sobre o tema. Numa primeira análise, achamos que a proposta da organização que sugeriu a pesquisa precisa ser muito melhor discutida. A luta pelo direito a essa medicação, em nossa opinião, deveria passar muito mais pelo direito à saúde e pelas atuais pesquisas ligadas ao tema, e discutida à luz de "moralidades", como realizado na oficina. Mas, não posso me esquivar de remeter a colegas a proposta, para discussão sobre o tema, e sobre a mais adequada resposta.

[1] Diferentemente de "atendentes pessoais", que são profissionais contratados, treinados e qualificados para prestar serviços de apoio à pessoa com deficiência em atividades diárias que ela não consegue fazer sozinha, "cuidadoras ou cuidadores" são mulheres ou homens – em sua maioria mães e, em alguns casos, pais ou outros familiares – que assumem as tarefas relacionadas aos cuidados pessoais de seu/sua filho/a ou irmão/ã com deficiência, mesmo tendo de se ausentar por várias horas ou definitivamente para poderem realizar essas tarefas.

Figura 1"Foto de encerramento do GT 32 - Etnografias da Deficiência, durante o quarto e último dia da 30a Reunião Brasileira de Antropologia, em João Pessoa, Paraíba."

Figura 2 "Foto de apresentação no GT 32 - Etnografias da Deficiência, durante o quarto e último dia da 30a Reunião Brasileira de Antropologia, em João Pessoa, Paraíba."

Figura 3 - Reunião do comitê na RBA

Figura 4 - Foto Mini-Curso do Comitê

Referências Bibliográficas

BROWN, W. Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics. Princeton: Princeton University Press, 2005.
CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: Disability date with ontology and the ableism body of the law. Griffith Law Review, 10, 2001: 42—62.
CAMPBELL, Fiona Kumari. "Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory." Disability & Society 23:2, 2008: 151–162.
CAMPBEll, Fiona Kumari. "Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law." GriffithLaw Review 10, 2001: 42-62
CHOUINARD, Vera. "Making Space for Disabling Difference: Challenges Ableist Geographies." Environment and Planning D: Society and Space 15, 1997: 379–387.
DELGADO, R. Storytelling for Oppositionists and Others: A Plea for Narrative, in: R. Delgado, & J, Stefancic (Eds). Critical Race Theory The Cutting Edge, 2nd Ed, Philadelphia: Temple University Press, 2000: 60 – 70.
DIAS, Adriana Raça e Deficiência. Apresentação Oral em Vozes (quase) esquecidas I Seminário de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência. São Paulo, Reatech 2012
FOUCAULT, Michel: Os Anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975): tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 2001Foucault, M.
HUGHES, Bill. "Being Disabled: Toward a Critical Social Ontology for Disability Studies." Disability & Society 22.7, 2007: 673-684.
MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H.; BLOCK, P. Não é o corpo que discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In.: SCHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. G. (Org.). Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 91-117.
MELLO, A. G.; BLOCK, P.; NUERNBERG, A. H. Occupying Disability Studies in Brazil. In.: BLOCK, P.; KASNITZ, D.; NISHIDA, A.; POLLARD, N. (Orgs.). *Occupying*

Disability: critical approaches to community, justice, and decolonizing disability. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2016
OLIVER, Michael (1990), The Politics of Disablement. London: Macmillan.
OLIVER, Michael (1996), Understanding Disability: From Theory to Practice. London: Macmillan.
OVERBOE, James. "Vitalism: Subjectivity Exceeding Racism, Sexism and (Psychiatric) Ableism." Wag.a.du: A Journal of Transnational Women's & Gender Studies 4. Summer, 2007: 23–34.
SHAKESPEARE, T, Barnes, C & Mercer, G. Exploring disability: a sociological introduction. Londres: Cambridge, 1999.
TONG, Rosemary. "Dealing with Difference Justly: Perspectives on Disability." Social Theory and Practice 25, 1999: 519-530.
WHO. World report on disability. Geneva: World Health Organization, 2011.

Link do Relatório em pdf para baixar:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comit%C3%AA_Defici%C3%AAncia_e_Acessibilidade.pdf

Relatório de Atividades do Comitê Migrações e Deslocamentos

1. *PUBLICAÇÕES*

A) Dossiê *Deslocamentos Sociais, in Ciência e Cultura*, revista de divulgação científica da SBPC, vol. 67. No.2, abril/junho 2015. Pode ser acessado em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0009-672520150002&lng=pt&nrm=iso. Esse dossiê, resultado do simpósio "Deslocamentos, desigualdades e violência do Estado" que organizamos para a 29º RBA, expõe a relação intrínseca entre deslocamentos, desigualdades e despossessão na atual conjuntura do capitalismo global.

B) É preciso votar a nova lei das migrações – Entrevista de Bela Feldman-Bianco in *Le Monde Diplomatique* Brasil, enquanto coordenadora do Comitê Migrações e Deslocamentos e Conselheira do CNIg, representando a SBPC – Dezembro 2016, pp 34-35 (versão impressa)

C) Alguns dos membros do nosso comitê, participaram do curso de extensão *Desloca(migra)mentos mentes*, coordenado por Bela Feldman-Bianco no âmbito da Cátedra Unesco/ Memorial da América Latina (setembro-novembro de 2015). Artigos, baseados em suas apresentações, fazem parte do dossiê *Desloca(migra)mentos*, em fase de finalização.

2. *SUBSÍDIOS PARA POLITICA PÚBLICAS*

O Comitê realizou críticas sistemáticas sobre vários anteprojetos de legislação migratória, nomeadamente o PL formulado por uma comissão de especialistas no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça, assim como aos PL 5655/2009, conhecido como

projeto Lula, PL 288/2013, de autoria do Senador Aluísio Nunes e suas reconfigurações no PL 2516/ 15, que foi discutido em uma comissão especial criada no âmbito do Congresso Nacional. Apesar de sinalizarem uma mudança de paradigmas: da ênfase em "segurança nacional" aos direitos humanos dos migrantes, diversas versões desses anteprojetos de lei (especialmente o PL 2516/15) ainda concentram uma grande percentagem de artigos que enfatizam a segurança nacional. Uma análise crítica desse PL 2516/15 foi enviada ao Deputado Orlando Silva, relator da Comissão Especial acima citada. Nossas várias críticas podem ser acessadas em

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Apreciacao_da_ABA_sobre_a_nova_PL_migracoes_rev_final_2.pdf

http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00104
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00096
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00106

http://www.portal.abant.org.br/index.php/comite-migracoes-e-deslocamentos

* *Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre a versão aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados responsável pela análise do projeto que cria a nova Lei das Migrações (Pl 2516/15), 8 de setembro 2016.*

3.*ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS*

- Mesa-redonda *Política migratória brasileira: Desafios e reformulações,* Reunião anual da ANPOCS, outubro de 2015.

- Simpósio Especial Deslocamentos, desigualdades e violência de Estado: Perspectivas comparativas. Reunião Brasileira de Antropologia, ABA, agosto 2016

- Pacote de Atividades no Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM), realizado em São Paulo em julho 2016:

1) RODA DE CONVERSA: "MIGRAÇÕES, EXÍLIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA" Desirée Azevedo & Liliana Sanjurjo (Comitê Migrações & Deslocamentos – Associação Brasileira de Antropologia)
2) MINI-CURSO "GOVERNANÇA MIGRATÓRIA E TRÁFICO DE PESSOAS: DEBATES CONTEMPORÂNEOS" - Guilherme Mansur Dias (Comitê Migrações e Deslocamentos/ABA e GT Migración, Cultura y Políticas, (CLACSO)
3) OFICINA "MEMÓRIAS DE LUTA: MULHERES IMIGRANTES" (org).Bela Feldman-Bianco (Comitê Migrações e Deslocamentos/ABA) e Cristina de Branco (Visto Permanente: Acervo Vivo das Novas Culturas Imigrantes)
4) Mesa-redonda MIGRACIONES Y FRONTERAS EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE¿ OTRA POLÍTICA MIGRATÓRIA ES POSIBLE Organização:Eduardo Domenech (GT Migración, Cultura y Política/CLACSO & Comitê Migrações e Deslocamentos/ABA
5) Mesa-Redonda DESPLAZAMIENTOS HUMANOS Y CIUDADANÍAS: REGULACIÓN SOCIAL, GOBERNABILIDAD Y LUCHAS CONTRA LA DESIGUALDAD (Clacso & Comitê

Migrações e Deslocamentos/ABA), org. S. Caggiano com Adriana Piscitelli e Maia Sprande, entre outros

6) RODA DE CONVERSA "MEMÓRIAS DE LUTAS: MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E PRODUÇÕES POLÍTICO CULTURAIS" (org.) Bela Feldman-Bianco (Comitê Migrações e Deslocamentos/ABA) e Cristina de Branco (Visto Permanente)
7) Ainda, Bela Feldman-Bianco proferiu uma palestra (a convite) no eixo 1 A CRISE SISTÊMICA DO MODELO CAPITALISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A MIGRAÇÕES

4.PRONUNCIAMENTOS

Questões relativas às remoções e conflitos urbanos são parte intrínseca da nossa perspectiva global das migrações e deslocamentos, como também de nossa ação social, motivando o seguinte pronunciamento: Guerra e pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo.
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00103

Dada a prevalente criminalização da migração (e da pobreza), para além do cenário brasileiro, temos dado atenção e nos pronunciado sobre a atual conjuntura internacional, como atesta por exemplo, nosso endosso ao *Pronunciamento sobre deportação de colombianos pelo governo da Venezuela* do Grupo de Trabalho Migración, Cultura y Política da Clacso, que pode ser acessado em http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00104

*Carta ao prefeito de Caxias do Sul, contra xenofobia, 10/05/2016.
* Manifestação sobre caso de xenofobia em relação a um estudante haitiano 2016.
*Ofício 039 dirigido ao Ministro da Justiça, sobre intimação a uma professora italiana, 19/05/2016.

5.ACERVO MEMÓRIAS DE LUTAS

Ainda na gestão de Carmen Rial, criamos um acervo de depoimentos sobre mobilizações sociais de migrantes brasileiros.

Nesta gestão, continuamos esse acervo com depoimentos de imigrantes no Brasil. *Um depoimento já editado é o de Oriana Jara. Há outros em processo de edição, resultantes de oficina e roda de conversa que organizamos para o FSMM.

Relatório em pdf para baixar:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comit%C3%AA_Migra%C3%A7%C3%B5es_e_Deslocamentos.pdf

Relatório de Atividades do Comitê Patrimônios e Museus

GESTÃO 2015 / 2016

A composição do Comitê de Patrimônios e Museus (a partir de agora, referido como CPM), visou garantir, na medida do possível, a representatividades em duas categorias: 1) relativa à distribuição pelas IES no território nacional; e 2) garantir a representatividade de algumas das mais importantes categorias de patrimônios e museus, como: patrimônios urbanos e arquitetônicos, intangíveis, arqueológicos, indígenas, relativos às culturas tradicionais e populares, além dos museus e sua relação com as cidades, as demandas por reconhecimentos de populações minoritárias e/ou vulneráveis, o direito à memória e ao estatuto de bens patrimoniais e/ou museais.

O grupo, assim composto, visou realizar algumas atividades entre 2015 e 2016, mas teve grande parte de seus planos frustrados pelos cortes de contingenciamento sofridos desde o final de 2014. À despeito deste importante impedimento, o CPM garantiu a presença da ABA em eventos, decisões, moções, notas de apoio ou repúdio, em momentos dos mais importantes para o tema dos patrimônios e/ou museus.

Seguem listadas as atividades desenvolvidas, acompanhadas de registros fotográficos.

2015

1. Entre os dias 11 e 12 agosto realizou---se na UNICAMP, o Fórum Interamericano e Caribenho de Patrimônio Cultural, cuja iniciativa foi do Departamento de Antropologia Unicamp, coordenada pelo Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes. Teve como propósito fortalecer a teoria e prática antropológicas sobre o patrimônio cultural e criar o Forum Interamericano e Caribenho de Patrimônio Cultural. Contou com apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e com a participação de representantes da American Anthropological Association (AAA), Associación Latinoamericana de Antropología (ALA), Canadian Anthropology Society/Associacion Canadiènne d'Anthropologie (CASCA), Colégio de Etnólogos y Antropólogos Sociales de México (CEAS), Society for American Archaeology (SAA), Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Departamento de Antropologia da UNICAMP e alguns colaboradores individuais. Renata de Sá Gonçalves (UFF) e Izabela Tamaso (UFG) participaram como representantes do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA (CPM / ABA) e apresentaram o estado da arte das políticas e práticas de patrimônios no Brasil. Também participou do Fórum o presidente da ABA, Antônio Carlos de Souza.

Da esquerda para a direita: Antonio Carlos de Souza Lima (Presidente da ABA), Izabela Tamaso (ABA), Renata Sá Gonçalves (ABA), Jeffrey Altschul (Ex-presidente, Society for American Archaeology), Cristina Oehmichen (Presidente, Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos y Antropólogos Sociales, México), Antonio Augusto Arantes Neto (Professor, Departamento de Antropologia, UNICAMP), Artionka Capiberibe (Unicamp), Michel Bouchard (Presidente, Canadian Anthropology Society/Société Canadienne d'Anthropologie), Marcela Bonetti (Prefeitura Campinas / USP), Claudia Marinho Wanderley (Pesquisadora, Centro de Logica, Epistemologia e História da Ciência, UNICAMP), Flávio Rizzi Calippo (Vice- Presidente, Sociedade de Arqueologia Brasileira), Teresita Majewski (Co-coordenadora, Cultural Heritage Task Force, American Anthropological Association).

2. No dia 13 de agosto, o CPM da ABA participou do Fóruns Permanente da UNICAMP: POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA PATRIMÔNIO E ESFERA PÚBLICA --- A Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – Responsabilidade conjunta do Estado e da Sociedade Civil: diálogos interculturais, interdisciplinares e institucionais, uma ação do Departamento de Antropologia da Unicamp, em comemoração aos 60 anos da ABA, que proporcionou um debate entre pesquisadores, agentes de instituições públicas culturais e patrimoniais e sociedade civil.

3. Entre os dias 19 e 21 de agosto, o CPM da ABA participou do Seminário de Brasília: ABA + 60: os antropólogos e a antropologia na esfera pública no Brasil --- cenários contemporâneos e políticas para o futuro, realizado no Instituto de Ciências Sociais da UnB, e teve por objetivo proporcionar uma comemoração dos 60 anos da ABA, pensando temas importantes para o presente e o futuro.
A mesa do CPM intitulada "Antropologia na esfera pública: patrimônios, museus, direitos e conhecimentos tradicionais", foi coordenada por Izabela Tamaso (UFG) contou com a apresentação de Letícia Costa Vianna (UnB), Marcos Alves de Souza (Minc) e Antonio Motta (UFPE) e teve como debatedora Renata de Sá Gonçalves (UFF). Um dos pontos

que destacamos como relevante para futuros encontros é a urgência em debatermos reflexiva e criticamente o papel dos antropólogos em agências do estado culturais e patrimoniais.
Informou---se ainda que ao final do Seminário, foi lida a Carta de Brasília que visa estabelecer diretrizes para pesquisas e ações de antropólogos e da ABA em áreas indígenas, quilombolas e de populações tradicionais. A Carta é resultado do encontro entre os Comitês e Comissões da ABA relativos a estes povos. Dado o fato de que o Comitê de Patrimônios e Museus não foi chamado para estes debates e uma vez que a Carta versa sobre patrimônios destas populações, o CPM sugeriu alterações no texto relativo aos patrimônios, o que fora gentilmente aceito pelo grupo que produziu a carta, especialmente na pessoa de Eliane Cantarino.

4. Entre os dias 09 e 11 de setembro o CPM participou do III Colóquio Franco---Brasileiro: saberes, práticas, transmissões. Realizado em Natal, o evento foi realizado pela UFRN, em parceria com École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), a Unidade Acteurs da Université de Monpellier, O Laboratoire d'Anthropologie Sociale da Université de Bretagne Occidentale (Brest) e com Comitê de Patrimônios e Museus da ABA.
Izabela Tamaso, Antonio Motta e Julie Cavignac representaram o Comitê durante todo o evento. Julie Cavignac (UFRN) foi uma das organizadoras. Izabela Tamaso (UFG) e Antonio Motta (UFPE) participaram da Mesa---Redonda "Práticas e conhecimentos em contextos contemporâneos".

5. No dia 20 de setembro o CPM realizou o evento "Antropologia na Esfera Pública: patrimônios e museus", na UFF, na cidade de Niterói. Organizado por Renata de Sá Gonçalves (UFF), Izabela Tamaso (UFG) e Patrícia Osório (UFMT), o evento contou com quatro mesas, além de um diálogo entre José Reginaldo Santos Gonçalves (UFRJ) e João Pacheco de Oliveira (UFRJ / Museu Nacional).

6. No dia 22 de setembro o CPM se reuniu com pesquisadores dos patrimônios e museus do Rio de Janeiro a fim de consolidar diretrizes de ação, seja para participação em eventos, ou para publicações e posicionamentos políticos.
Participaram desta reunião, que se deu no Museu do Folclore - Catete Rio de Janeiro:
Renata Gonçalves (UFF / CPM)
Izabela Tamaso (UFG / CPM)
Cláudia Márcia Ferreira (CNFCP / Museu do Folclore)
Mário Chagas (UNIRIO / Museu da República / CPM)
Regina Abreu (UNIRIO / CPM)
Patrícia Osório (UFMT / CPM)
Beth Costa (CNFCP / Museu do Folclore)
Carla Dias (UFRJ / Museu Dom João VI)
Daniel Bitter (UFF)
Nesta reunião, além dos informes sobre todas as atividades realizadas até aquela data, o grupo indicou o interesse em realizar algumas atividades.

7. Elaboração do Boletim Especial do CPM, sobre a conjuntura política no campo dos patrimônios e museus, para compor o Boletim da ABA (em anexo).

8. Por ocasião do VIII Congresso de Arqueologia Brasileira (SAB), realizado na PUC Goiás, em Goiânia, no dia 27 de setembro de 2015, o Comitê de Patrimônios e Museus , na pessoa de Izabela Tamaso, representou a ABA na Mesa de Abertura do evento.

9. Participação na ANPOCS 2015
Mesa-redonda: Museus e patrimônios: práticas narrativas e expositivas contemporâneas
Edmundo Pereira (UFRJ)
Fabíola Andréa Silva (USP)
Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto (UFF)
João Pacheco (UFRJ)

10. Participação na XI Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM
2 de dezembro de 2015, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay
MESA REDONDA intitulada "Políticas culturais, agentes e patrimônios"
Coordenação: Renata de Sá Gonçalves (UFF)
Wilson Trajano Filho (UnB)
Alícia Martin (UBA)
Monica Lacarrieu (UBA)
Nara Galvão, diretora do Instituto Ricardo Brennand e do Comitê de Coleções do ICOM.

11. Jornadas Repbulicanas no Museu da República - Rio de Janeiro
Coordenação: Mário Chagas (UNIRIO)

11.1. XXVII Jornadas Republicanas
Museus e Memórias Indígenas
Coord. Maria Chagas e Patrícia Fernandes
Dia 22 de setembro
Participantes:
Papiõn Cristiane Santos Karipuma
Denilson Baniwa
Varin Mena

11.2. XXIX Jornadas Republicanas
Territórios Negros
Coord. Mario Chagas Patrícia Fernandes
Dia 24 de novembro
Participantes:
Regina Abreu (UNIRIO)
Eliane Cantarino (UFF)
Rpberto Conduru (UFRJ)
Mariana Gino (UFJF)

2016

ATIVIDADES DURANTE 30ª. RBA – João Pessoa
03 a 06 de agosto

Dia 03 de Agosto:
PERCURSO PELO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA
Organizadores: Izabela Tamaso – UFG / Coord. Comitê de Patrimônios e Museus (ABA) Emanuel Oliveira Braga – Antropólogo do Iphan/PB / Doutorando em Antropologia pela UFPE, Renata de Sá Gonçalves – UFF / Vice-coordenadora do Comitê de Patrimônios e Museus (ABA) e Rossana Holanda – Presidenta da Associação de Mulheres do Porto do Capim

Local de início do percurso:
Praça Rio Branco, Centro, João Pessoa/PB
Saída às 8:30 h
Final do percurso: Porto do Capim, Varadouro, João Pessoa/PB.
Término às 12:30 h

O percurso foi divulgado pelas redes sociais, contendo roteiro e mapa do trecho a ser percorrido. O percurso foi uma atividade aberta aos congressistas e interessados.

Resumo do percurso:
O percurso visa proporcionar aos participantes da RBA uma aproximação com os contextos espaciais do centro histórico da cidade de João Pessoa/PB que traduzem a diversidade de usos e apropriações locais vivenciadas por moradores, comerciantes, produtores culturais e demais agentes.

Espera-se compartilhar aspectos das disputas por espaços e territorialidades comuns às áreas urbanas, sobretudo àquelas que adquirem valor imobiliário, estratégico e/ou simbólico e passam a ser visadas por intervenções urbanas dos setores privados e públicos. O percurso começará na antiga "cidade alta" e seguirá em direção à "cidade baixa", até as margens do Rio Sanhauá e o Porto do Capim, comunidade ribeirinha que historicamente tem sido alvo de projetos de remoção para dar lugar a determinados anseios de "revitalização" da área.

Detalhamento do percurso:
O "passeio" começará na antiga "cidade alta", nas proximidades da praça Rio Branco, cercada de comércios, escritórios, estacionamentos, carros e transeuntes, seguindo inicialmente para os conjuntos arquitetônicos carmelita, franciscano e beneditino. Depois tomará rumo, via a íngreme ladeira São Francisco, para a Casa da Pólvora, edificação que recentemente recebeu uma intervenção paisagística do PAC Cidades Históricas e que está sem uso definido pelos poderes públicos.

Da Casa da Pólvora já é possível visualizar certas paisagens ambientais e urbanas da antiga "cidade baixa", vislumbrando os contornos do Rio Sanhauá, braço do Rio Paraíba. Desse ponto da ladeira São Francisco, o passeio seguirá rumo à "cidade baixa", passando pela grande avenida que desce do bairro do Roger, percebendo os usos atuais de mecânicas, borracharias e lava jatos, e pela famosa Rua da Areia, há tempos "zona do meretrício" do centro e atualmente apropriada por gráficas e outros serviços comerciais.

A visita chegará, então, à praça Anthenor Navarro, espaço que, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, sofreu uma intervenção paisagística com recursos do Convênio de Cooperação Brasil/Espanha para Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, onde podemos ver algumas edificações art déco que abrigam comércios e instituições públicas como Iphan e ICMBio. Descendo mais um pouco, encontraremos o Largo de São Pedro Gonçalves, onde alguns restaurantes e equipamentos culturais buscam se consolidar precariamente no entorno do antigo e hoje abandonado/deteriorado Hotel Globo.

Avistando o Hotel Globo, percebe-se uma ladeira que leva o caminhante aos galpões, madeireiras e comércios do Porto do Capim e Vila Nassau. O passeio seguirá pela ladeira, atravessará a via férrea onde passam os trens que transportam passageiros de João Pessoa ao município de Cabedelo, e chegará à comunidade ribeirinha do Porto do Capim que habita, através de suas gerações, as margens do rio Sanhauá desde o início do século XX, período em que o projeto portuário foi abandonado pelos gestores públicos. Desde a década de 1990, a comunidade, vista como "favela", é alvo de projetos de remoção do seu lugar de origem que preveem a implantação no local de uma arena para grandes eventos e um "parque ecológico". Atualmente o projeto de remoção da comunidade está a cargo do PAC Cidades Históricas, convênio estabelecido entre Iphan/PB e Prefeitura de João Pessoa. Por meio de articulações políticas agenciadas pela Associação de Mulheres do Porto do Capim e projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba, a comunidade tem pressionado os poderes públicos, especialmente com a ajuda do Ministério Público Federal, no intuito de propor a revisão dos pressupostos técnicos de "especialistas" e o planejamento de políticas públicas que incluam os ribeirinhos no debate. Para a Associação, os ribeirinhos devem ser vistos como "verdadeiros monumentos" que compõem a diversidade cultural do centro histórico de João Pessoa.

Parte do grupo que realizou o percurso

Dia 04 de Agosto:

Horário: 08:00 às 10:00 horas
Reunião do Comitê de Patrimônios e Museus / ABA
Balanço das atividades
Nova coordenação
Outros assuntos

Por ocasião desta reunião, o grupo decidiu indicar o nome de Antonio Arantes (UNICAMP) como coordenador do CPM e Renata Sá Gonçalves (UFF), da próxima gestão 2017 / 2018.

Participaram da reunião: Izabela Tamaso (coord. CPM / ABA), Renata Sá Gonçalves (vice-coord. CPM / ABA), Antonio Augusto Arantes (membro CPM), Regina Abreu (membro CPM), Julie Cavgnac (membro CPM / ABA), Patrícia Osório (membro CPM / ABA), Rentato Athias (participante do CPM), Frei Bartolomeu Tito Figueroa (participante do CPM / ABA)

Dias 04, 05 e 06 de Agosto
Horário: 10:00 às 13:00 horas
GT 14 Antropologia dos Patrimônios e Esfera Pública
Coord. Izabela Tamaso e Renata Sá Gonçalves

Dias 04, 05 e 06 de Agosto
Horário: 10:00 às 13:00 horas
GT 22 Cultura Popular, Patrimônio e Perfomance
Coordenadoras: Julie Cavignac (UFRN) e Patricia Osorio (UFMT)
Debatedoras: Juliana Braz Dias (UnB), Thais de Brito (UFRB) e Maria Isabel Dantas (IFRN).

Dia 05 de Agosto:
Horário: das 12 às 14:00 horas
Reunião do Grupo de Trabalho do Forum Interamericano e Caribenho Sobre o Patrimônio Cultural
Coordenação: Antonio A. Arantes

Participação: Antonio Carlos de Souza Lima (ABA), Alisse Warteston (American Anthropological Association), Teresita Majewski (Society for American Archaeology), Cristina Oehmichen (Presidente, Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos y Antropólogos Sociales, México) Izabela Tamaso (ABA) e Renata de Sá Gonçalves (ABA).

O grupo de trabalho se reuniu a fim de compatibilizar a declaração aos propósitos de todas as associações partícipes. Após debate, agendou-se a reunião do dia 06 para dar continuidade aos ajustes.

Dia 05 de Agosto:
Horário: 14:30 às 18:30 horas
SE 08. Patrimônios e Museus: responsabilidades e desafios na prática antropológica
Coordenadores:
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Izabela Maria Tamaso (UFG)
Renata de Sá Gonçalves (UFF)

1ª Sessão - Forum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Antonio Carlos de Souza Lima (MUSEU NACIONAL - UFRJ)
Alisse Waterston (Presidente da American Anthropological Association – AAA)
Teresita Majewski (Society for American Archaeology - SAA)
Cristina Oehmichen (Presidente Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais do México)
Flávio Rizzi Calippo (Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira)

2ª. Sessão - Antropologias, Museus e Projetos Políticos.
Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Federal de Goiás)
Mario de Souza Chagas (Professor)
João Pacheco de Oliveira Filho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Dia 06 de Agosto:
Horário: 8:30 às 10:00 horas
Reunião do Grupo de Trabalho do Fórum Interamericano e Caribenho sobre o Patrimônio Cultural
Coordenação: Antonio A. Arantes (Unicamp / ABA)
Participantes: Antonio Carlos Souza Lima (presidente da ABA), Alisse Waterston (AAA), Teresita Majeski (SAA), Izabela Tamaso (CPM / ABA), Renata de Sá Gonçalves (CPM / ABA).

Dia 06 de Agosto:
Horário 14:30 horas
Mesa Redonda: Mundos Lusófonos e patrimônios partilhados
Coord. Regina Abreu
Participantes:
Daniel Bitter (UFF)
Daniel Reis (CNFCP)
Marluci Magno (UNIRIO)

2. Jornadas Republicanas no Museu Imperial
Coordenação: Mário Chagas

2.1 XXXVI Jornadas Republicanas - Museu da República
Quando o Patrimônio se desmancha no ar
Dia 27 de setembro
Coord. Mário Chagas e Wladimir S. Pires
Participação:
Regina Abreu - UNIRIO
Daniel Reis - CNFCP
Roberta Sampaio Guimarães - UERJ

2.2. XXXV Jornadas Republicanas - Museu da República
As artes da capoeira: de crime a patrimônio cultural da humanidade
Coord. Mário Chagas e Patrícia Fernandes
Mestre Ferradura
Mestre Curumim
Victor Lobisomem

3. Notas
Foram divulgadas em nome do CPM / ABA, moções de repúdio ou apoio à instituições, associações ou categorias profissionais ao longo de 2015/2016, além do Boletim Informativos, todos divulgados no site da ABA.

3.1 Boletim Informativo, divulgado no site da ABA, sintetizando a conjuntura no campo dos patirmônios e museus - Dezembro de 2015
3.2. Mocão de apoio ao Museu Koahi - Janeioro de 2016
3.3. Nota de apoio ao MINC - maio de 2016
3.4. Nota de apoio ao IPHAN - novembro de 2016

Relatório em pdf para baixar com todas as imagens: http://www.abant.org.br/file?id=1511

Relatório de Atividades do Comitê de Assuntos Internacionais

O principal objetivo desse Comitê foi reforçar politicamente o papel da Antropologia Brasileira a nível global, realizando a mediação entre a ABA e instituições internacionais tais como o Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA), o International Union of Antropological and Ethnological Sciences (IUAES), a Associação Latino Americana de Antropologia (ALA), a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), a Associação Americana de Antropologia (AAA), o Encontro Brasil México (EMBRA), Associação Portuguesa de Antropologia (APA).

O reconhecimento de antropologias do Sul ainda é um desafio e uma das principais constatações no período é que a representação da ABA no cenário internacional deveria ser concomitante com o reforço de suas alianças políticas na América Latina/Portugal, consolidando relações já existentes nos países de língua espanhola e portuguesa. Através desse 'falar-junto' a ABA teria sua voz ampliada ao mesmo tempo que daria voz a locais menos visíveis.

Nesse sentido, e uma vez que tínhamos um lugar no Comitê Organizador do WCAA, incrementamos o diálogo já existente entre os países da América Latina, promovendo reuniões de Presidentes de associações de antropologia, a exemplo do que ocorre durante os encontros bienais do WCAA. Promovemos um encontro no México, durante a ALA em outubro de 2015, que teve a presença de mais de dez países, e no qual entre outras conclusões, retirou-se uma moção ao WCAA para que a língua espanhola fosse aceita como 'língua oficial', liberando-a de custosas traduções para o inglês de longos documentos quando do pedido de ingresso na WCAA - o problema da tradução passando a ser de quem recebia, não de quem enviava – e abrindo mais espaço para expressão de uma antropologia que se expressa com dificuldades na língua hegemônica. Esse pedido foi discutido no WCAA, criou-se um grupo de trabalho (integrado por Gustavo Lins Ribeiro) para pensar modos de ampliar o escopo linguístico, e, embora não tenha sido aceito tal como proposto, teve ecos importantes, como o estabelecimento de um blog em outras línguas (*En sus próprios términos*) no site do WCAA e a abertura de espaços para submissão de artigos em outras línguas em revistas acadêmicas internacionais tais como *American Ethnology* e *American Anthropology.* O relatório do grupo de trabalho também deixou claro que o WCAA não tem "língua oficial" e que, sem deixar de se reconhecer a questão política por trás do assunto, o inglês

prevalece por pragmatismo da comunicação em um foro multilíngue, sem prejuízo de qualquer iniciativa viável que estimule o multilingualismo no âmbito do Conselho.

Outros encontros significativos para o reforço do diálogo político entre as antropologias latino-americanas e globalmente ocorreram durante a RAM de Montevidéu, no qual se organizou (Carmen Rial e Lia Ferrero) um simpósio de dois dias e uma reunião-almoço entre os presidentes latino-americanos, e que teve também a participação do Secretário da IUAES, Junji Koizumi, e Cornélia Eckert. Durante a 30ª RBA, em João Pessoa, contamos com a presença de Presidentes de associações da Argentina, Chile (delegado), México, Uruguai, Estados-Unidos, além de representantes do WCAA (presidente) e da IUAES (Secretário e vices-Presidentes). Estes colegas participaram em simpósio organizado pelo Presidente da ABA, Antônio Carlos de S. Lima.

A proximidade entre delegados da América Latina (e Portugal) mostrou-se eficaz na eleição que renovou o comitê organizador do WCAA, em Dubrovnik, em junho de 2016, na qual, para os 3 postos possíveis, se elegeu uma vice-Presidente do Brasil, Carmen Rial, e uma integrante do comitê organizador de Portugal, Clara Saraiva. Foi igualmente importante na indicação de uma argentina, Lia Ferreiro, como editora-adjunta da revista Déjà-lu, em substituição a Gustavo Lins Ribeiro, que passou a editor-emérito. Estavam presentes no encontro de delegados do WCAA realizado durante o intercongresso da IUAES na Croácia representantes da Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, ou seja, um número bastante superior ao do encontro anterior, em Taiwan, em 2014.

Também no encontro da Associação Europeia de Antropologia (EASA), realizado em Milão, em julho de 2016, e no da AAA, realizado em Minneapolis em novembro de 2016, o Brasil esteve presente organizando Mesas, participando em Mesas e participando de reuniões outras. Na AAA: reunião dos delegados do WCAA, de editores de revistas acadêmicas e do café da manhã dos Presidentes.

Brasileiros foram keynotes em congressos importantes como a ABA e a ALA (GLR), APA (MG) e a IUAES/Dubrovnik (Rosana Pinheiro-Machado).

Tendo em vista que os custos de deslocamentos para encontros pessoais (tão significativos) são onerosos, ganha importância a divulgação das atividades realizadas pelas Associações. Nesse sentido, criamos o Informativo/Newsletter da WCAA, que teve suas cinco primeiras edições sob a coordenação da ABA (Carmen Rial).

A união do WCAA com a IUAES tomou grande parte do trabalho dessa comissão. Na reunião do Conselho Diretor da ABA em outubro de 2014, criou-se um grupo de trabalho para analisar as propostas de união e indicar a posição da ABA sobre o tema. A comissão foi formada por Carmen Rial (Presidente), Antônio Carlos de Souza Lima, Gustavo Lins Ribeiro, Luiz Roberto Cardoso De Oliveira, Miriam Grossi e Ruben Oliven. IUAES e WCAA também criaram comissões (task force), integradas por Miriam Grossi (IUAES) e Carmen Rial (WCAA).

A Task Force propôs dois modelos de união: (a) uma aliança onde as organizações permaneceriam independentes tendo algumas ações conjuntas e (b) uma ligação mais estreita, com a criação de uma nova organização com duas câmaras. Foi

organizada uma votação por internet entre os integrantes da IUAES e as Associações que compõem a WCAA. Instruída por sua comissão, a ABA votou no modelo que mantinha as duas organizações mais independentes. Por maioria simples venceu a segunda opção. A *World Anthropological Union* (WAU) está agora em processo de estabelecimento e, para tanto, está sendo organizada uma nova Task Force que decidirá seus Estatutos, com cinco representantes da IUAES e cinco do WCAA (Carmen Rial entre eles, depois de algumas negociações). Já está decidido que a WAU terá duas câmaras que manterão os nomes das duas atuais organizações e seus atuais Estatutos (que terão de ser adaptados).

As reuniões ocorrerão por Skype, e durante os congressos internacionais previstos em 2017 (AAA, inter-congresso IUAES-Ottawa e, no congresso mundial da IUAES, em 2018, em Florianópolis). Está prevista a inauguração da WAU no congresso mundial de Florianópolis.

Outro espaço importante de atuação internacional da ABA foi a Comissão de Antropologia Mundial na AAA, onde Bela Feldman-Bianco atuou sendo em 2016 substituída por Cristiana Bastos (ICS/Lisboa).

Em termos de divulgação, a VIBRANT se manteve como nosso principal veículo de internacionalização da antropologia brasileira, editando dois números por ano, sob a direção de Peter Fry. VIBRANT sofreu nesse biênio com uma restrição orçamentária, uma vez que o CNPq alterou as regras passando a exigir além do Scielo outras indexações, retirando o financiamento da revista, apesar de um forte protesto internacional. VIBRANT sobreviveu com o apoio financeiro da ABA e da revista *Critique of Anthropology*. Na reunião do Conselho da ABA, em João Pessoa, informou-se que o editor Peter Fry dará lugar a Antonio Carlos de Sousa Lima a frente da VIBRANT, em 2017.

Prevemos que a preparação do Congresso Mundial da IUAES em Florianópolis, em julho de 2018, concentrará muitos dos esforços dessa Comissão no próximo biênio, seja qual for sua formação. Esse é um congresso que tem o potencial de proporcionar uma visibilidade grande para a antropologia brasileira e latino-americana.

Relatório em pdf para baixar:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comit%C3%AA_de_Assuntos_Internacionais.pdf

Relatório de Atividades do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Atividades de 2015

O Comitê de Ética em Pesquisa da ABA funciona em articulação estreita com o Grupo de Trabalho do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas que se ocupa desse mesmo tema.

Esse trabalho conjunto se impõe pelo fato de que a questão da ética em pesquisa vem sendo objeto de uma luta coletiva das ciências humanas e sociais (CHS) contra a subordinação indevida em que se encontram as pesquisas nessa área à normatização oriunda do Conselho Nacional de Saúde (CNS), concebida com base em premissas da bioética e construída em torno de problemáticas características da biomedicina.

Essa luta se formalizou, desde meados de 2013, em duas frentes de ação. Uma, mais estrutural, voltada para a criação de outro sistema de avaliação da ética em pesquisa nas CHS, externo ao CNS, e possivelmente abrigado no MCTI. Outra, mais conjuntural, consistente na participação de uma série de associações científicas das CHS (entre as quais a ABA) em um GT montado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep/CNS) para construir uma resolução específica para a avaliação nas CHS.

A segunda frente só foi assumida pelas associações devido às dificuldades surgidas em 2013 para a consecução da primeira, em função da incapacidade do então Ministro de CTI de enfrentar o Ministério da Saúde para a implantação desse novo sistema.

O trabalho realizado desde então, com grandes dificuldades, pelo GT da Conep culminou na elaboração de uma Minuta da nova resolução, que foi colocada em 'consulta à sociedade' entre 21 de julho e 4 de setembro de 2015(cf. http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2015/07jul21_minuta.html).

O processo de consulta foi muito bem sucedido, tendo havido 394 contribuições individuais e coletivas das mais variadas disciplinas, instituições e áreas do país, das quais 59 contribuições coletivas – com um endosso maciço às propostas da Minuta.

Também foram maciças as contribuições a três tópicos que não constavam da Minuta, mas que se relacionam com o sistema de avaliação da ética em pesquisa nas CHS. O primeiro foi o da conveniência, antes aqui mencionada, da existência de outro sistema de avaliação da ética em pesquisa nas CHS fora do MS e do CNS. A necessidade de revisão da situação da pesquisa com populações indígenas, retirando-a da categoria de área temática ou risco elevado, mereceu 244 manifestações favoráveis. Também foram endossadas as características e os níveis de risco constantes da proposta original da Minuta, que haviam sido retirados para discussão em outro GT da Conep (Acreditação e Risco), mas tinham sido amplamente divulgados pelas associações em paralelo à consulta.

Ver sobre todo esse processo o relatório mais minucioso deste GT encaminhado à ABA e ao Fórum: http://www.portal.abant.org.br/index.php/institucional/etica-em-pesquisa

A Minuta de CHS foi apresentada ao 4º Encontro Nacional de Ética em Pesquisa (Encep), que se realizou entre 15 e 16 de outubro de 2015, e se esperava que fosse submetida ao CNS, em sua reunião regular de dezembro desse ano. A ABA manifestou-se, nesse sentido, como signatária de moção apresentada à assembleia geral do 39º Encontro Anual da Anpocs no sentido de garantir que a resolução fosse aprovada pelo CNS nos termos propostos pelo GT da Conep – http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/MOCAO_etica_2015_-_ABA_e_ANPOCS.pdf

A Conep, entretanto, não digeriu bem o resultado da consulta à sociedade e se empenhou em criar novos entraves para a tramitação da minuta. Diferentemente do que se esperava, foram acolhidas as críticas à minuta surgidas no 4º. Encep e foi solicitado ao GT que as levasse em consideração. O GT decidiu não examinar essas críticas por três motivos principais: 1) o de que essa avaliação pelo Encep se dava após o encerramento da "consulta à sociedade", em que toda a população e as instituições brasileiras (e, portanto, todos os CEP e todos os seus membros em caráter individual) tinham tido ampla oportunidade de se manifestar; 2) o de que a informação que havia sido dada ao GT era a de que a minuta seria "apresentada" ao Encep e não nele discutida, com a abertura de novas sugestões; 3) o de que o conjunto de sugestões encaminhado por escrito não apresentava nenhuma novidade em relação às objeções reiteradas da Conep à minuta, exaustivamente discutidas, e nem tampouco em relação às poucas objeções trazidas à consideração do GT na consulta à sociedade.

A minuta foi afinal encaminhada pela Conep ao CNS ao final de janeiro de 2016, mas acompanhada de um parecer contrário a diversos pontos importantes do seu texto. A discussão da minuta foi pautada para a reunião do CNS de 16 de março de 2016.

Os representantes da ABA têm participado intensamente da mobilização do campo das CHS no sentido de sensibilizar o CNS para o seu pleito. Foi divulgada uma conclamação a todos os pesquisadores, disponível no site da ABA: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Conclamacao_pesquisadores_CHS_sobre_tramitacao_CNS_da_Minuta_fev_2016.pdf

Caso seja favorável à minuta a decisão do CNS, ainda haverá muito a fazer. Encontra-se em aberto a atividade em que se empenham simultaneamente dois GT da Conep (o de Acreditação e Risco e o de CHS), para a tipificação do nível de risco das pesquisas, essencial para o correto funcionamento da nova resolução. Também seria necessário retomar a elaboração do novo formulário a sustentar a nova resolução na Plataforma Brasil.

Caso a decisão seja desfavorável, será necessário que a ABA, junto às outras associações científicas que se dispuseram a aceitar o convite da Conep, se retire do processo de elaboração da resolução e impulsione, por meio do Fórum, as negociações junto ao CNPq e ao MCTI para a criação de um outro sistema de avaliação da ética em pesquisa nas CHS, externo ao CNS/Conep.

Os representantes da ABA no GT estiveram ativamente presentes em todos os momentos da luta de 2015, participando das numerosas reuniões e discussões havidas no período.

Atividades de 2016

A luta pela reformulação do sistema nacional de avaliação da ética em pesquisa no que toca as ciências humanas e sociais prosseguiu com toda intensidade ao longo do ano de 2016, com a participação constante dos membros deste Comitê da ABA, que também compuseram o Comitê de idêntico objetivo do Fórum de Associações de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

O primeiro evento marcante foi o envio à Conep de uma nota elaborada pelo GT/CHS/Conep, em sua reunião de 27/01/2016, e que foi lido na reunião ordinária daquela Comissão de 28/01/2016, reclamando sobre as interferências indevidas na Minuta de Resolução sobre as especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais,elaborada pelo GT no final de 2015, e solicitando seu encaminhamento integral ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Veja-se o texto original:

> "O GT da regulamentação da ética em pesquisa nas CHS se reuniu, como previsto, no dia 27/01/2016, para continuar trabalhando no processo relativo às pesquisas nessas áreas no âmbito da CONEP/CNS.
>
> Foi informado por sua Coordenadora, porém, de que a CONEP designou alguns membros, em sua última reunião, para apreciar as contribuições do ENCEP à minuta elaborada pelo GT, mesmo após este último ter considerado tais manifestações extemporâneas e já contempladas no processo democrático da consulta pública,em reunião de 23/11/2016.O GT CHS acredita que a consulta pública foi suficientemente ampla e generalizada para acolher as manifestações dos CEP (e, efetivamente, muitos o fizeram). Acredita ainda que os argumentos aduzidos nas poucas contribuições críticas enviadas (algumas repetidas da consulta pública) em nada diferiam das que o GT vem cuidadosamente examinando desde o início de seus trabalhos (em agosto de 2013) e acabou de discutir especifica e criteriosamente em sua análise das contribuições à consulta pública.
>
> O GT lamenta que a CONEP continue tomando decisões que expressam desconfiança e resistência em relação à minuta elaborada pelo GT, materializadas em alterações de procedimentos anteriormente acordados. O GT é composto por representantes das associações científicas de CHS, por representantes da CONEP e por representantes do Ministério da Saúde – e suas decisões sempre foram construídas coletivamente. Os representantes das CHS foram convidados pela própria CONEP/CNS enquanto responsáveis pela definição tecnicamente competente das condições em que a ética deve ser avaliada na pesquisa em CHS – e para isso têm trabalhado com afinco e profundo senso de responsabilidade. As decisões incorporadas ao texto da minuta decorrem desse conhecimento específico de que são os legítimos porta-vozes (em caráter pessoal e por força da delegação de suas associações) e visam, por outro lado, garantir que o sistema futuro venha a ser suficientemente democrático para que as decisões relativas à avaliação da ética em pesquisa nas CHS não voltem a ser ditadas pelas ciências biomédicas e pela bioética.

É nesse sentido que o GT se dirige ao plenário da CONEP solicitando que o texto encaminhado ao CNS seja o sistematizado na minuta encaminhada à CONEP no dia 18/09/2015, em respeito ao trabalho desenvolvido e à experiência específica dos seus convidados, especialistas nas CHS. O GT dispõe de argumentos sólidos e cuidadosamente elaborados para justificar todos os itens da minuta proposta, tanto no que concerne mais diretamente às condições técnicas da avaliação da ética em sua área, quanto no que concerne às condições políticas em que o seu trabalho pode vir a ser efetivo futuramente."

Em 15/02/2016, os representantes das associações de Ciências Humanas e Sociais (CHS) (e especialistas convidadas), participantes do GT (entre os quais os signatários deste relatório), encaminharam ao CNS uma moção de esclarecimento sobre a referida Minuta, defendendo seus princípios ante os ataques da Conep, e solicitando uma justa acolhida do Conselho:

"**A resolução sobre as especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais**.

Os representantes das associações de Ciências Humanas e Sociais (CHS) (e especialistas convidadas), participantes do GT constituído para a elaboração da resolução relativa às especificidades da avaliação da ética nas pesquisas nessas ciências, vêm se dirigir ao CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) em defesa dos princípios acolhidos na minuta de Resolução aprovada pelo GT e encaminhada à Conep em outubro de 2015.

O documento datado de 28/01/2016, encaminhado pela Conep a esse Conselho a respeito da minuta, contendo diversas críticas e propostas alternativas a sua redação, exige novamente nossa manifestação para esclarecer os pontos ali levantados e defender as opções ali privilegiadas.

1. A especificidade das CHS.

O GT foi constituído para atender ao previsto no item XIII.3 da Resolução 466/2012 desse Conselho, ou seja, elaborar a minuta de uma resolução que atendesse às "especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas (...), dadas suas particularidades". Esse item foi incluído nesse documento por força das vigorosas e reiteradas reclamações formais da comunidade das CHS contra o constante desrespeito a suas características pelo sistema CEP/Conep.

2. A representatividade do GT.

A minuta foi elaborada com a colaboração de 18 associações de CHS, ao lado de representações da Conep e do Ministério da Saúde, ao longo de mais de dois anos de trabalho consciencioso e constante, tendo sido apresentada para exame superior no final de 2014. Nesse período foi também adiantado o trabalho de elaboração do novo formulário de inscrição dos projetos na plataforma virtual

que deverá acompanhar os dispositivos da nova resolução, assim como a definição das características e graus de risco específicos dos projetos de CHS.

3. A legitimidade da consulta à sociedade.

Uma primeira versão da minuta foi revista à luz das contribuições surgidas no Encep extraordinário de outubro de 2014 e finalmente, em sua versão consolidada, colocada pelo CNS em "consulta à sociedade" a partir de 15/07/2015, tendo sido nela maciçamente endossadas as opções do GT na concepção do documento, tal como foi demonstrado no minucioso relatório divulgado pelo GT após a avaliação das contribuições (*Anexo 1*). O texto foi consequentemente revisto à luz das centenas de contribuições recebidas e apresentado em seu formato final.

4. A transparência e lisura dos procedimentos.

O GT contava que, a partir do resultado da consulta, a minuta subisse ao CNS para deliberação. No entanto, foi surpreendido pela apresentação do texto, para discussão, ao Encep ordinário de 2015. A Conep, no documento a que aqui reagimos, afirma que houve "negativa do referido GT em compilar e discutir as contribuições à minuta advindas dos presentes ao IV Encep". Na verdade, os representantes das CHS no GT compilaram minuciosamente essas contribuições e consideraram que não deveriam ser discutidas no plenário da reunião de 23/11/2015 por três motivos principais: 1) o de que essa avaliação pelo Encep se dava após o encerramento da "consulta à sociedade", em que toda a população e as instituições brasileiras (e, portanto, todos os CEP e todos os seus membros em caráter individual) tinham tido ampla oportunidade de se manifestar; 2) o de que a informação que havia sido dada ao GT era a de que a minuta seria "apresentada" ao Encep e não nele discutida, com a abertura de novas sugestões; 3) o de que o conjunto de sugestões encaminhado por escrito não apresentava nenhuma novidade em relação às objeções reiteradas da Conep à minuta, exaustivamente discutidas, e nem tampouco em relação às poucas objeções trazidas à consideração do GT na consulta à sociedade. A impressão que causam as alterações inesperadas nos procedimentos é a de que a Conep, por não aceitar o produto final de trabalho do GT, cria outras estratégias e tramitações para impedir o adequado juízo da minuta.

5. Uma questão política.

Os representantes das CHS no GT denunciam a transformação de uma questão ética e social de grande relevância e urgência, como é a da correta defesa dos direitos dos participantes nas pesquisas das diversas ciências, em uma situação eminentemente política, em que o sistema CEP/Conep, alimentado pela ideologia bioética e suportado por uma complexa burocracia, se comporta de forma autoritária e insensível à diversidade social e científica, como senhor de um poder que não vislumbra a possibilidade de abertura de seus muros e luta ferrenhamente para defender sua ideologia corporativa e conservar seus privilégios institucionais. Entendemos que todas as questões éticas e sociais têm

uma dimensão política; mas que esta não deve ser exercitada, no entanto, de modo unilateral e interesseiro. O GT não pode deixar de sublinhar assim que confia fortemente na tradição democrática do CNS, órgão pioneiro do controle social neste país, para que o novo formato do sistema CEP/Conep, rejuvenescido pela contribuição crítica das CHS, não seja apenas a repetição do monopólio biomédico até agora exercido com mão de ferro pela Conep. Para tanto, não basta dispor de uma resolução que acolha a especificidade das CHS. É preciso que o sistema como um todo seja constituído de tal forma que essa especificidade seja levada a sério e possa constituir uma efetiva contribuição à melhor proteção dos direitos dos participantes de pesquisa neste país (incluindo as definições da futura Resolução sobre Risco e a estrutura político-administrativa do sistema CEP/Conep).

6. A confiança na igualdade e na justiça.

Há muitas objeções sérias e juridicamente bem fundadas ao fato de estar toda a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil subordinada ao CNS, e não apenas aquela voltada para as questões de saúde. Os representantes das CHS participantes do GT aceitaram, há quase três anos atrás, o convite do CNS para esse trabalho coletivo, como manifestação de boa vontade, no sentido da construção de um compromisso conjunto e democrático, apesar de suas justas reservas em relação à competência do Conselho para tanto. Não acreditam, nesse sentido, que o CNS possa desejar manter o controle de todas as pesquisas em CHS sem lhes garantir as corretas condições de juízo e funcionamento – inclusive no que se refere à correta proteção aos participantes nesses contextos (tão diferentes dos biomédicos). Consideram, ainda, que seria inconcebível que esse alto Conselho não atentasse para o resultado límpido da consulta à sociedade, de vigoroso e amplamente majoritário endosso aos princípios e ao texto da minuta ora em consideração. De outra forma, para que teria servido convocá-la?

7. Uma oposição leal a um sistema autoritário.

É fundamental repetir, como fazem nossas associações desde o começo de nossa luta, que as objeções ao atual funcionamento do sistema CEP/Conep não podem ser confundidas com as que movem contra ele os interesses mercantis na saúde, ora cristalizados no PL 200. Sempre manifestamos nosso respeito pela importantíssima adoção de um sistema de proteção dos participantes das pesquisas biomédicas, um ganho inestimável da nação brasileira de que o CNS é o atual guardião. São justamente essas qualidades que tornam incompreensível e inaceitável o fato do sistema CEP/Conep insistir em manter as pesquisas em CHS (majoritariamente dedicadas a assuntos que nada têm a ver com a saúde) subordinadas à sua lógica e aos seus critérios de avaliação. A faceta progressista e generosa do CNS contrasta vivamente com essa outra, autoritária e corporativa, da Conep – no entanto uma de suas próprias comissões.

> Somos conscientes do fato de que a decisão do CNS deve se amparar não só nas evidências políticas do confronto em curso, mas também nos critérios técnicos que fundamentam as posições consubstanciadas na minuta e que são ignorados pela Conep. Nesse sentido, apresentamos, em continuidade a este documento, os três argumentos que se seguem, formulados em relação aos pontos centrais de nosso confronto com a Conep: 1) o estatuto da consulta pública em relação à minuta; 2) a exigência de um sistema democrático de avaliação da ética; 3) a exigência de respeito à especificidade das CHS no tocante à distinção entre aspectos éticos e científicos dos projetos.
>
> É, pois, amparados pelos mais sólidos motivos que confiamos na boa acolhida pelo CNS das justas demandas da comunidade organizada das CHS, consubstanciadas na minuta ora em exame; colocando-nos à disposição da Mesa Diretora e do Plenário para todos os esclarecimentos considerados úteis e necessários à sua decisão."

Como dissemos em nosso relatório das atividades de 2015, datado de 01/03/2016, a minuta foi afinal encaminhada pela Conep ao CNS ao final de janeiro de 2016, mas acompanhada de um parecer contrário a diversos pontos importantes do seu texto. A discussão da minuta foi pautada para a reunião do CNS de 16 de março de 2016.

Os representantes da ABA participaram intensamente da mobilização do campo das CHS no sentido de sensibilizar o CNS para o seu pleito. Foi divulgada uma conclamação a todos os pesquisadores, disponível no site da ABA: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Conclamacao_pesquisadores_CHS_sobre_tramitacao_CNS_da_Minuta_fev_2016.pdf.

Dizíamos naquela ocasião que:

> "Caso seja favorável à minuta a decisão do CNS, ainda haverá muito a fazer. Encontra-se em aberto a atividade em que se empenham simultaneamente dois GT da Conep (o de Acreditação e Risco e o de CHS), para a tipificação do nível de risco das pesquisas, essencial para o correto funcionamento da nova resolução. Também seria necessário retomar a elaboração do novo formulário a sustentar a nova resolução na Plataforma Brasil."

Em 30/03/2016, foi realizada uma reunião de representantes do GT e representantes da Conep com a Mesa Diretora do CNS, por convite deste, para discutir as diferentes posições relativas à Minuta que iria ser submetida à plenária do Conselho. Estiveram presentes, pelo GT, Luiz Fernando Dias Duarte, Ruth Bittencourt e Alessandra Ribeiro de Souza (esta última também membro do CNS), tendo sido defendida intensamente a Minuta contra as objeções da Conep.

Os representantes da ABA participaram também da ampla divulgação de um abaixo-assinado em apoio à minuta, que ficou aberto (*on line*) de 4/3 a 4/4/2016, antecedendo a avaliação do texto da Minuta pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e contou com 4.584 assinaturas, acompanhadas de 733 comentários favoráveis a seu conteúdo.

O texto da minuta da resolução relativa à avaliação da ética em pesquisa nas CHS foi aprovado finalmente em reunião plenária do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de 6 de

abril de 2016; mas com algumas modificações em relação ao texto encaminhado pelo GT das CHS à Conep (http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf).

Essas modificações foram introduzidas pela Mesa Diretora do Conselho após a reunião realizada com os representantes do GT e da Conep para discutir e esclarecer os pontos de divergência levantados pela Comissão em relação à minuta.

Naquela ocasião, divulgamos para a comunidade de CHS um texto de avaliação do significado, características e limites da Minuta finalmente aprovada:

> "A avaliação que ora fazem os representantes das associações científicas com assento no GT é a de que foi obtida uma grande vitória, após quase três anos de trabalho árduo e de luta contínua e exaustiva contra os preconceitos e vícios da Conep.
>
> São os seguintes os principais ganhos obtidos com a aprovação da minuta:
>
> . adoção de um sistema de avaliação com gradação da gravidade dos riscos (em quatro níveis), e conseqüente tramitação diferencial dos projetos no sistema (art. 21);
>
> . reconhecimento da diferença entre avaliação ética e avaliação teórica e metodológica; e conseqüente restrição da avaliação do sistema apenas às dimensões éticas dos projetos (art. 25);
>
> . exigência de composição equânime entre os dois grandes grupos de ciências nos colegiados do sistema CEP/Conep: seja na própria Conep, seja nos CEP que pretenderem avaliar projetos de CHS (art. 26 e 33);
>
> . exigência de que a relatoria de projetos de CHS nesses CEP incumba a membros com competência nessa área (art. 26);
>
> . criação de uma instância dentro da Conep dedicada à implementação da nova sistemática de avaliação nas CHS com a participação das sociedades científicas; incluindo-se aí a elaboração do novo formulário de registro na Plataforma Brasil (art. 29);
>
> . possibilidade de promover a informação sobre a proteção dos participantes por meio de um "processo de esclarecimento" que não passe necessariamente por um "termo" formal (art. 5º.);
>
> . possibilidade de comprovação do consentimento / assentimento dos participantes por outros meios que não o escrito (arts. 15 a 17);
>
> . manutenção da possibilidade de realização de "pesquisa encoberta" nos casos justificados ao sistema (art.14);
>
> . manutenção da possibilidade de realização de pesquisas sem processo prévio de autorização, nos casos justificados ao sistema (art. 16);
>
> . afastamento de uma noção reificada de "vulnerabilidade"; e conseqüente adoção de um critério de situação de vulnerabilidade (arts. 2º., 3º. e 20);
>
> . retirada do processo de registro de uma série de tipos de pesquisa (de opinião pública, censitária, decorrente de experiência profissional etc.) (art. 1º.);

. retirada do processo de registro das "etapas preliminares da pesquisa" (art. 24);

. eliminação da referência à "relevância social da pesquisa" como critério de avaliação da ética em pesquisa nas CHS;

. eliminação da referência à bioética como pertinente na avaliação da ética em pesquisa nas CHS.

O pleno sentido desta resolução só será atingido quando se vier a aprovar a resolução específica sobre gradação e avaliação dos riscos, que vem sendo negociada dentro do âmbito da Conep com os representantes das ciências biomédicas. O GT já elaborou a sua proposta relativa a esse tópico crucial e espera vê-la acolhida como um capítulo da resolução, formalizando o reconhecimento das diferenças desse tema entre os dois grandes grupos de ciências.

Mas a resolução também dependerá da aprovação e entrada em ação de um novo formulário de inscrição na Plataforma Brasil, que permitirá um encaminhamento mais claro e ágil das propostas, com bifurcações sucessivas a partir do registro como pesquisa biomédica ou social e humana. Um esboço desse formulário já foi delineado pelo GT.

Não se pode deixar neste momento, porém, de sublinhar alguns dos pontos em que esta nova resolução não avançou – ou não poderia ter avançado.

Para muitos de nós, o sistema CEP/Conep é um sistema excessivamente vasto e centralizado, com riscos muito altos de burocratização; pouco propício à necessária tarefa reflexiva e educativa que a gravidade e complexidade da matéria exigiriam continuadamente. Será necessária uma grande luta para transformar o sistema com o aporte crescente e sistemático das CHS.

De modo mais localizado, não foi possível encontrar uma fórmula adequada para o problema dos trabalhos de TCC, monografias e similares que envolvam pesquisa direta com sujeitos sociais; cujo curto prazo de realização dificilmente se pode adequar ao sistema de registro centralizado, por mais ágil que este possa vir a ser (art. 1º., VIII). Uma saída oblíqua para o problema poderá ser a do art. 27, com o registro dos projetos dos alunos, como emenda, de projeto registrado em nome do professor ou orientador.

Um desafio que se apresentará logo adiante aos representantes das CHS é o de fazer reverter a atual situação da pesquisa com indígenas, considerada liminarmente como de alto risco pelo sistema CEP/Conep, mantendo e aprofundando uma visão tutelar fartamente ultrapassada no espaço nacional. As manifestações da consulta à sociedade sobre a minuta enfatizaram com muita ênfase a necessidade de alteração dessa norma.

Certamente passará a ser uma importante tarefa das associações de CHS promover e suscitar por toda parte a criação de CEP voltados para as CHS, de modo que os princípios da nova resolução possam ser aplicados sem os ranços do sistema anterior.

> Finalmente, terão as associações que decidir como lidar com a sua disposição original e prioritária de criação de uma "via externa" ao Ministério da Saúde (possivelmente no MCTI) para a avaliação da ética em pesquisa nas CHS, nesta nova fase, de implementação dos mecanismos suplementares da resolução aprovada pelo CNS. Será possível ou conveniente se conformar com a "via interna", lutando dentro dela?".

Em 06/07/2016, em função de uma emergente manifestação pública favorável à constituição de um sistema de avaliação da ética no âmbito do MCTI, em substituição ao existente no Ministério da Saúde e CNS, foi apresentada uma moção à SBPC em apoio a essa ideia, coerente com a prioridade sempre dada pelo nosso campo à constituição de um sistema não exclusivo da área biomédica. Infelizmente essa iniciativa, como tantas outras relativas a esse objetivo, não teve sequência. Veja-se, em todo caso, o texto original da moção, que reitera os pontos fundamentais que sustentam nossa luta:

> "O Fórum das Associações de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas tomou conhecimento da fala do médico Rubens Belfort, vice-presidente da Academia Nacional de Medicina (ANM), ao participar, no dia 03/07/2016, da abertura da 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que teve lugar no campus de Porto Seguro da Universidade Federal do Sul da Bahia, e se regozija com a proposta ali apresentada de vinculação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) à estrutura ministerial da Ciência, Tecnologia e Inovação (eventualmente no CNPq).
>
> A proposta vem de encontro à reiterada posição das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas de ver a avaliação da ética em pesquisa subordinada à estrutura da ciência e tecnologia, ao invés da estrutura da saúde. Essa posição tem sido expressa em numerosos documentos do Fórum e das associações suas filiadas, por corresponder mais adequadamente às exigências de uma atenção abrangente e pluridisciplinar às condições da pesquisa realizada no território nacional, no lugar do privilégio às ciências biomédicas, inevitável no âmbito do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Ministério da Saúde (MS).
>
> Ao longo dos últimos anos, o Fórum e diversas das associações científicas aceitaram participar da discussão de uma nova resolução do CNS dedicada à avaliação da ética em pesquisa nas suas áreas disciplinares (que acabou resultando na Res. 510/16, recentemente aprovada), na medida em que tinham sido infrutíferas as negociações concretas visando a transferência do processo de avaliação para o MCTI. Mas nunca deixou de sustentar a mais alta conveniência desse deslocamento geral do sistema.
>
> Um indício da alta prioridade da proposta de saída do CNS/MS foi a inclusão, nas manifestações apresentadas à consulta à sociedade realizada entre 21 de julho e 4 de setembro de 2015 sobre a minuta da resolução específica, de numerosas menções à conveniência da existência de outro sistema de avaliação da ética em

> pesquisa fora do MS e do CNS (280 sobre 394), embora esse tópico nem constasse da consulta.
>
> Também é motivo de regozijo que o Vice-Presidente da ANM tenha manifestado o seu repúdio ao teor do PL 200, compartilhado pelo Fórum e suas associações. A preocupação com as alterações especiosas e nefastas constantes do projeto de lei poderia ser substituída pela esperança de um sistema reestruturado a partir dos órgãos gestores da pesquisa, no âmbito da ciência, tecnologia e inovação. Um novo conselho do sistema poderia ser constituído de forma interministerial, fundado na avaliação dos pares característica dessa área, e associado ao controle social.
>
> Não se pode deixar de sublinhar que a manifestação a que se associa o Fórum tenha ocorrido no âmbito de uma homenagem ao professor William Saad, um dos fundadores da Conep, que coordenou entre 1996 e 2007.
>
> Uma firme posição da SBPC de endosso a esse encaminhamento seria certamente muito oportuna, viabilizando negociações que pudessem interromper o rumo parlamentar do PL 200 e desencadear uma nova solução institucional para o permanente desafio do controle e instrução da defesa dos participantes em pesquisas científicas."

Em 21/06/2016 este Comitê do Fórum se dirigiu ao Coordenador da Conep solicitando informações sobre os passos seguintes à aprovação da Minuta, necessários para a plena reestruturação do sistema, sem ter jamais recebido qualquer resposta. Passou em seguida a se comunicar com o CNS a esse respeito, solicitando esclarecimento e providências. Eis o teor da mensagem enviada em 19/08/2016, acompanhada de um pedido telefônico de audiência com a Mesa Diretora:

> Sem que o Fórum recebesse qualquer resposta às mensagens dirigidas à Conep e ao "Venho lhe apresentar uma consulta formal do Fórum de Associações de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas sobre a continuidade dos procedimentos necessários à plena entrada em vigor da Resolução 510/2016 do CNS; dependente, para algumas de suas dimensões (cf. Art. 21 e 31), da conclusão de duas tarefas da Conep: a elaboração da minuta da resolução sobre riscos e a reformulação do sistema de inscrição dos processos na Plataforma Brasil.
>
> Embora a Resolução tenha entrado formalmente em vigor na data de sua publicação, a incompletude desses aspectos fundamentais do novo sistema de avaliação da ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais impede que renda todo o seu enorme potencial.
>
> O Fórum se dirigiu oficialmente sobre isso ao Coordenador da Conep, Dr. Jorge Venâncio, em 21 de junho último, mas não recebeu até agora qualquer resposta."

CNS, chegou aos membros do GT uma Carta-Circular do Coordenador da Conep, datada de 26/08/2016, agradecendo o trabalho desenvolvido por eles e informando as novas

diretrizes tomadas no tocante à elaboração da Resolução sobre Risco e à instalação da Instância responsável pelas CHS naquela Comissão, conforme previsto na Res. 510.

Os representantes das CHS no GT enviaram uma vigorosa mensagem de repúdio a essas novas diretrizes, já em 30/08/2016:

> "Ao recebermos sua Carta-Circular, de 26 do corrente, constatamos, com surpresa, que a Conep está propondo extinguir o GT de Ciências Humanas e Sociais antes que ele possa terminar o trabalho para o qual foi constituído pela própria Conep.
>
> O GT não atingiu ainda plenamente seus objetivos, como o senhor alega, ao ver publicada a Resolução 510/2016. Uma parte essencial da minuta original da resolução foi retirada da versão que veio a ser submetida à consulta à sociedade e aprovada pelo CNS (tipificação e especificação de critérios para avaliação de grau de risco dos projetos), num acordo estabelecido com a Conep e o GT de Acreditação e Risco que visava retomar ulteriormente o debate sobre uma Resolução sobre Risco a cargo dos dois GT.
>
> Isso se deveu, na ocasião, ao dissenso reinante sobre o formato adequado dessa futura Resolução; já havendo disponíveis, no entanto, textos cuidadosamente elaborados e discutidos.
>
> A confiança dos representantes das associações de CHS no leal cumprimento desse acordo levou, inclusive, a que não se incluísse na redação do art. 29 a complementação da Resolução sobre Risco.
>
> As associações de CHS estão prontas a colaborar na continuidade do trabalho a que se dedicaram nestes últimos anos e não aceitarão de forma alguma que essa parte essencial de sua contribuição seja subtraída extemporaneamente de sua responsabilidade.
>
> A legitimidade de todo o processo de estabelecimento de uma adequação do sistema de avaliação da ética em pesquisa às especificidades das CHS depende visceralmente da manutenção do acordo estabelecido."

Essa mensagem tampouco foi respondida pela Conep, como de hábito.

Para que não fosse perdida a oportunidade de participar da Instância, apesar do número insuficiente de representantes das associações previstos para a composição desse colegiado (apenas dois em oito; como se pôde verificar após solicitação específica de informação à Conep), foram indicados pelo Fórum, em 16/09/2016, os nomes de Selma Leitão e Ruth Bittencourt.

Mais ou menos à mesma época soube-se que, para a composição do novo GT de Risco da Conep, tinha sido indicada Sueli Dallari, uma competente e leal companheira dos trabalhos do GT extinto prematuramente pela Conep.

Tem-se também notícia de que há previsão de reunião instauradora da Instância em 13/12/2016, de que deverão participar as representantes do Fórum.

Nesse ínterim, foi recebido pelo Fórum, em 23/11/ 2016, o pedido de audiência com o CNS encaminhado em 19/08/2016, e oferecendo uma data neste mês de dezembro para a qual não havia disponibilidade de nenhum membro deste GT e nem mesmo do atual Coordenador do Fórum. Foi assim solicitada a marcação de uma nova data para a audiência no mês de janeiro, quando já se terá maior clareza sobre a gravidade das intenções da Conep de fazer reverter os ganhos obtidos a duras penas com a aprovação da Resolução 510/2016.

Link do Relatório em PDF:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Comit%C3%AA_de_%C3%89tica_em_Pesquisa_nas_Ci%C3%AAncias_Humanas_-_Relat%C3%B3rio_2015-2016.pdf

— Assessorias Especiais de Apoio à Presidência —

Laudos Periciais

Reuniões em Brasília de acompanhamento do Presidente da ABA e Comitê Quilombo:

- Reunião na 6ª Câmara/PGR (18/03/15), em Brasília/DF
- Reuniões na SEPPIR, no INCRA e na Fundação Cultural Palmares (14 e 15/04/15), em Brasília/DF
- Reunião na SEPPIR e na CONAQ (07 a 09/05/15), em Brasília/DF

Participação em Congressos e eventos:

- V REA - Reunião Equatorial de Antropologia/XIV ABANNE - Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (19 a 22 de julho/15), em Maceió/AL
- Oficina "Aditamento da Carta de Ponta da Canas" (17 e 18/08/15), em Brasília/DF
- 39º Encontro Anual da ANPOCS (26 a 30 de outubro/15), em Caxambu/MG
- XI RAM Reunião de Antropologia do Mercosul (30/11 a 04/12/15), em Montevideo/Uruguai

Produção da Resposta ao Ofício nº 165/2016 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais à Presidência da ABA.

Relatório em pdf para baixar:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Assessoria_Especial_Laudos_Periciais.pdf

Meio Ambiente

Eventos: participação e/ou organização

- Contribuição na oficina de elaboração do documento Protocolo de Brasília, agosto de 2015.
- Seminário ABA + 60, mesa redonda "Estado, Desenvolvimento e Reprodução Social da Diferença", agosto de 2015.
- V REA e XIV ABANNE. FT 07 - A produção antropológica e os desafios para a garantia de direitos étnicos, coletivos e territoriais. 2015.
- V REA e XIV ABANNE. MR 08 - Antropologia com povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais nas Américas. 2015
- Organização do Simpósio Especial 05 - Mineração, Sofrimento Social, resistências: o Brasil e o contexto latinoamericano. 2016. 30a. RBA.
- Apresentação de trabalho no Simpósio Especial 05 – *A gestão da catástrofe e a política das afetações.* 30a. RBA. 2016.
- Participação mesa redonda 014 -Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida da 30a. RBA
- Participação da Oficina 06. Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: a discussão do tema na educação básica e no ensino da antropologia nos cursos de graduação. Módulo: Direitos dos povos e comunidades tradicionais: Meio ambiente e grandes projetos no Nordeste e Sudeste do Brasil, 30a. RBA, 2016.
- 68a. Reunião Anual da SBPC. Mariana, novembro de 2015: A Genealogia Política de um Desastre (ANPUR). 2016
- 40o.Encontro Anual da ANPOCS – Organização da mesa redonda 14 - Mariana, crônica de um desastre: mineração, sofrimento social e resistência. Outubro 2016.

Elaboração de documentos/posições públicas da ABA

- Contribuições para o documento Protocolo de Brasília, agosto de 2015.
- Análise de Conjuntura pelo Comitê Povos e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos
- Nota do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA em defesa da ABA no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída em 28/10/2015 para "investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos".
- Nota da Associação Brasileira de Antropologia sobre o rompimento da barragem de rejeito em Mariana, Minas Gerais.
- Contribuição à nota das associações científicas sobre o Desastre da Samarco em Mariana-MG.
- ABA assina Nota de Repúdio ao substitutivo do Deputado Mauro Pereira ao

Projeto de Lei n.º 3.729/2004 - Licenciamento Ambiental

- Contribuição para elaboração de moções apresentadas na RBA e na ANPOCS sobre tema meio ambiente e povos tradicionais.

Publicações acadêmicas pela ABA:

- Elaboração do dossiê sobre megamineração a ser publicado pela VIBRANT em 2017. Título provisório em português: Mineração, resistências e conhecimento: um debate para a antropologia.

Relatório em pdf para baixar:
http://www.portal.abant.org.br/images/Comissoes_Comites/Assessoria_Especial_sobre_Meio_Ambiente.pdf

— REPRESENTAÇÕES DA ABA —

Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI)

• Nos dias 11 a 13 de maio de 2016 aconteceu em Brasília a 1ª Reunião da Comissão Nacional de Educação Indígena (CNEEI), na qual a ABA tem representação, juntamente com outras entidades da sociedade civil (movimento indígena) e governamental. Apesar dos contratempos gerados pela sobreposição de acontecimentos naquela semana em Brasília (13º Acampamento Terra Livre – organização dos povos indígenas; votação do impeachment e deposição da presidenta Dilma, insegurança diante da troca de governo de forma ilegítima), foi possível aprovar algumas decisões, dentre elas os principais elementos (eixos, metodologia, etc.) da II CONEEI (Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena), programada para 2017, com o tema: O Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos Povos Indígenas.

• Durante este encontro foram apresentadas algumas ações de políticas governamentais de educação escolar indígena nos últimos anos, como a implantação da Ação Saberes Indígenas na Escola, em parceria com as Universidades e Secretarias (municiais e estaduais) de educação, com o objetivo duplo de continuar o processo de formação de professores indígenas alfabetizadores bilíngue (mono ou plurilíngue) e a produção de materiais didáticos para as escolas indígenas.

• Nos dias 22 e 23 de novembro acontece em Manaus/AM, a IIª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI e a X Reunião da Comissão Organizadora Nacional da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI) para tratar de assuntos relacionados à política de educação escolar indígena e sobre o processo de organização e realização da 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Também nesta reunião a ABA se fez presente através de seu representante (prof. Dr. Antonio H. Aguilera Urquiza/UFMS).

30ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

30ª RBA 2016 Reunião Brasileira de Antropologia

Politicas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos

http://www.30rba.abant.org.br/site/capa

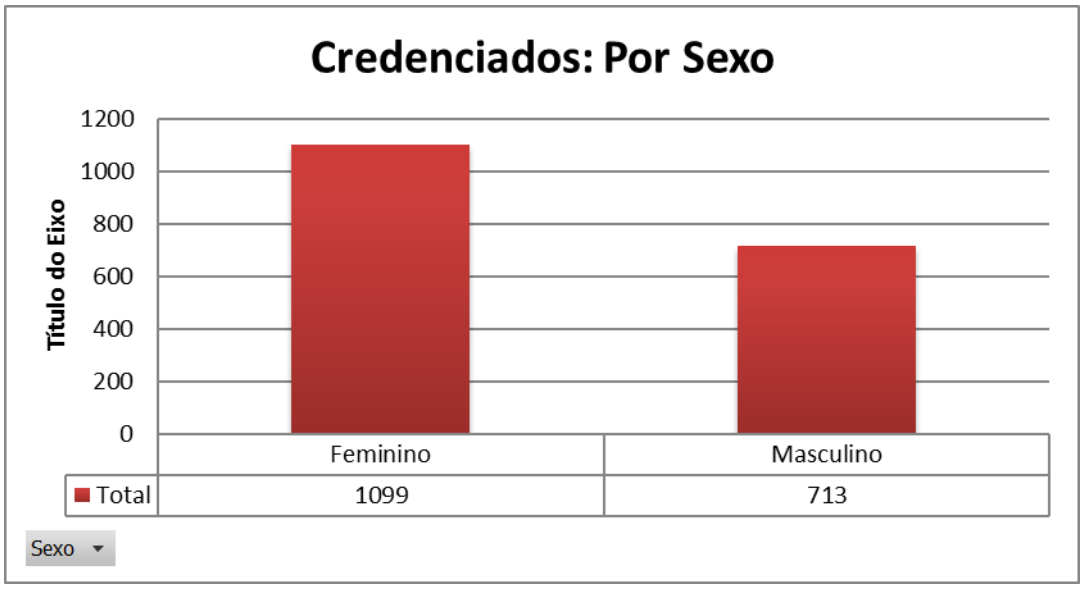
Cerimônia de Abertura:

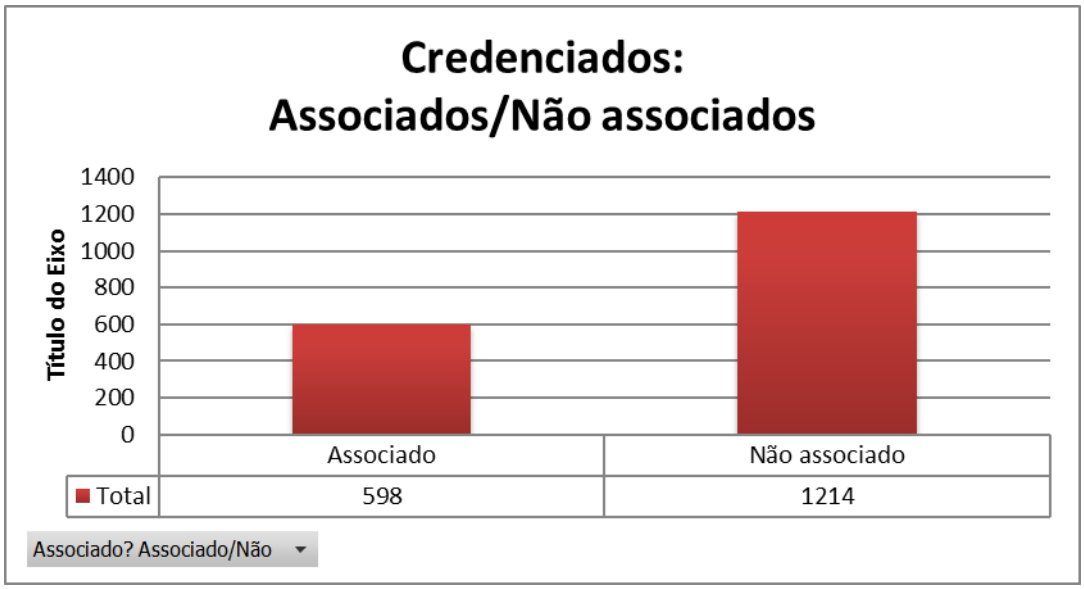
A Cerimônia de Abertura da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia ocorreu no às 18:30h no Teatro Paulo Pontes - Espaço Cultural.

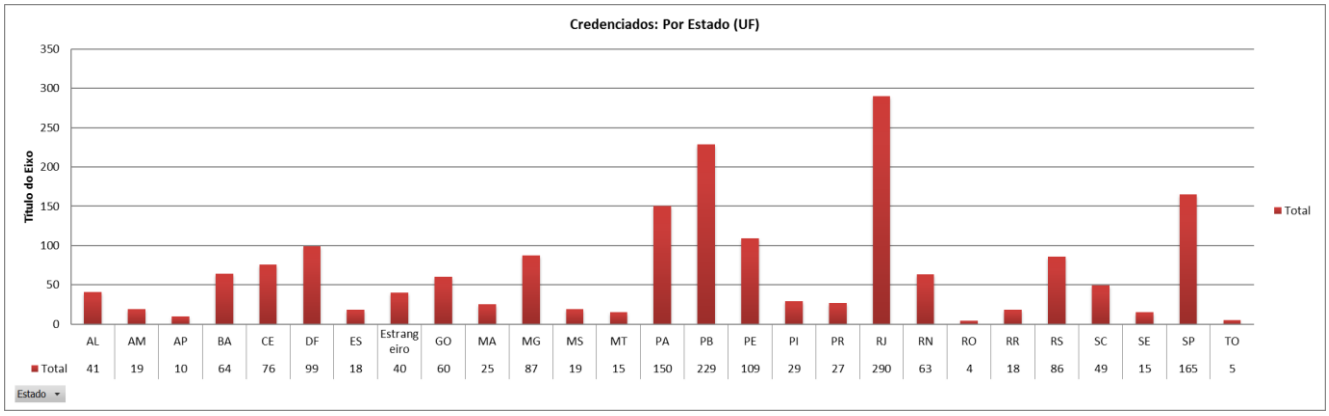
A cerimônia foi transmitida ao vivo pela TV ABA e pode ser vista pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=zKqnAYbX3gE. O discurso do Presidente da ABA pode ser acessado pelo link: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/admin/files/26_2016-11-11.pdf

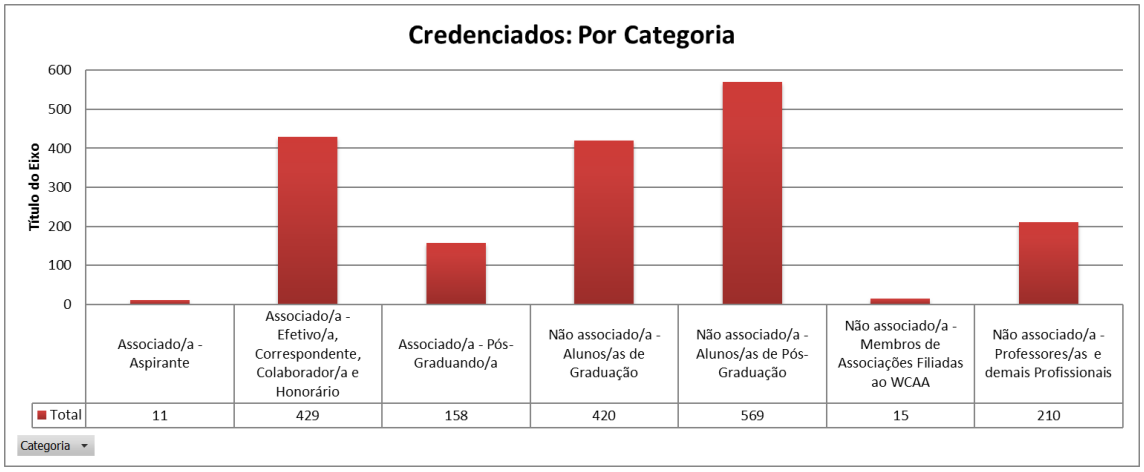
Estatísticas

Confira as estatísticas dos/as participantes credenciados. Os dados foram disponibilizados por estado, por sexo, pela condição de associados/as e não associados/as e por categoria.




Credenciados:
Associados/Não associados
Título do Eixo
1400
1200
1000
800
600
400
200
0
Associado
Não associado
Total
598
1214
Associado? Associado/Não


Credenciados: Por Estado (UF)
Título do Eixo
350
300
250
200
150
100
50
0
Total
AL AM AP BA CE DF ES Estrangeiro GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO
Total 41 19 10 64 76 99 18 40 60 25 87 19 15 150 229 109 29 27 290 63 4 18 86 49 15 165 5
Estado


Credenciados: Por Categoria
Título do Eixo
600
500
400
300
200
100
0
Associado/a - Aspirante
Associado/a - Efetivo/a, Correspondente, Colaborador/a e Honorário
Associado/a - Pós-Graduando/a
Não associado/a - Alunos/as de Graduação
Não associado/a - Alunos/as de Pós-Graduação
Não associado/a - Membros de Associações Filiadas ao WCAA
Não associado/a - Professores/as e demais Profissionais
Total
11
429
158
420
569
15
210
Categoria

Premiações ocorridas ao longo da 30ª RBA

No dia 03 de agosto, por ocasião da cerimônia de abertura da 30ª RBA, foram concedidas quatro Medalhas Roquette-Pinto, um reconhecimento de contribuição à Antropologia Brasileira.

Ao término do encontro, no dia 06 de agosto, foram anunciados os seguintes resultados de Prêmios: Lévi-Strauss / VI Edição, Modalidade A - Pôster e Modalidade B - Artigo; Pierre Verger / VIII Edição de Ensaio Fotográfico e XI Edição de Filme Etnográfico; Heloísa Alberto Torres / II Edição.

Confira os/as condecorados/as na sessão de Prêmios deste Relatório ou no site da ABA (http://www.portal.abant.org.br/index.php/23-premios/1201-premios).

Programação da Diretoria da ABA

Fórum Entre o Legislativo e o Judiciário - a política Brasileira em debate

Coordenador: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA
Participantes: Carla Costa Teixeira (Departamento de Antropologia/UnB), Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB), Marcos Otavio Bezerra (UFF), Roberto Kant de Lima (UFF), Moacir Gracindo Soares Palmeira (UFRJ)
Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=LTXhgvLKupw

Simpósio Especial Direitos Humanos e Moralidades em questão: categorias, contextos e modos de engajamento

Coordenadora: Lucia Eilbaum (UFF) – Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Patrice Schuch (UFRGS) – Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA

Sessão 1
Participantes: Fábio Alves Araújo (Instituto Federal do Rio de Janeiro), Juliana Gonçalves Melo (UFRN), Leonardo Damasceno de Sá (UFC)
Debatedor: Roberto Kant de Lima (UFF)

Sessão 2
Participantes: Leticia de Luna Freire (UERJ), Mirian Alves de Souza (UFF), Carlos Alberto Steil (UFRGS)
Debatedor: Robson Rogério Cruz (UNILAB)

Simpósio Especial Violência urbana e cidades: resistências, pacificação e mercado

Coordenadora: Patrícia Birman (UERJ)

Sessão 1
Participantes: Juliana de Farias Mello e Lima (UERJ), Paula Mendes Lacerda (UERJ), Adriana de Resende Barreto Vianna (MN/UFRJ)
Debatedor: Camilo Braz (UFG)

Sessão 2
Participantes: Carly Barboza Machado (UFRRJ), Adriana Facina Gurgel do Amaral (UFRJ), Palloma Valle Menezes (Fundação Getulio Vargas)

Debatedora: Regina Célia Reyes Novaes (CNPq -pesquisador)

Sessão 3
Participantes: Daniel Veloso Hirata (UFF), Taniele Cristina Rui (CEBRAP), Adriana dos Santos Fernandes (UERJ)
Debatedora: Márcia da Silva Pereira Leite (UERJ)

Simpósio Especial Mineração, sofrimento social e resistências: o Brasil e o contexto Latinoamericano

Coordenadora: Andrea L. M. Zhouri (UFMG) – Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA

Sessão 1
Participantes: Maristella Svampa (Universidade Nacional de La Plata/CONICET), Bruno Milanez (UFJF), Raquel Maria Rigotto (UFC)

Sessão 2
Participantes: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (UFMA), Andrea L. M. Zhouri (UFMG), Eduardo Restrepo (Universidad Javeriana)

Simpósio Especial Movimentos Sociais, Povos Tradicionais e Direitos Humanos: de insurgências e descolonização

Coordenadores: Assis da Costa Oliveira (UFPA), Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice Presidente da ABA e Ricardo Prestes Pazello (UFPR)

Sessão 1
Participantes: Erika Macedo Moreira (UFG), Katiane Silva (UFPA), Elieyd Sousa de Menezes (PPGAS/UFAM)
Debatedora: Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ)

Sessão 2
Participantes: Ricardo Prestes Pazello (UFPA), Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice Presidente da ABA, Assis da Costa Oliveira (UFPA)
Debatedor: Almires Martins Machado (UFPA)

Sessão 3
Participantes: Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PUCPR), Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ), Mariana Trotta Dallalanna Quintans (UFRJ/ Faculdade de Direito)
Debatedor: Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)

Simpósio Especial Olhares cruzados para África: trânsitos e mediações

Coordenadoras: Andréa de Souza Lobo (UnB) – Tesoureira da ABA e Laura Moutinho (USP)

Sessão 1
Participantes: Carlos Cardoso (CODESRIA), Esmeralda Mariano (Universidade Eduardo Mondlane, Mocambique), Colin Darch (UCT)

Debatedor: Wilson Trajano Filho (UnB)

Sessão 2
Participantes: Mallika Shakya (South Asian University), Wilson Trajano Filho (UnB), Juliana Braz Dias (UnB)
Debatedor: Josué Castro (UNICAMP)

Sessão 3
Participantes: Claudio Furtado (UFBA), Antonio Tomas (Stellenbosch University), Brigitte Bagnol (University of the Witwatersrand)
Debatedor: Livio Sansone (UFBA)

Simpósio Especial Patrimônios e Museus: responsabilidades e desafios na prática antropológica

Coordenadores: Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)- Membro do Comitê Patrimônio e Museus da ABA, Izabela Maria Tamaso (UFG) – Coordenadora do Comitê Patrimônio e Museus da ABA, Renata de Sá Gonçalves (UFF) – Vice Coordenadora do Comitê Patrimônio e Museus da ABA

Sessão 1
Participantes: Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional - UFRJ), Alisse Waterston (Presidente da American Anthropological Association – AAA), Teresita Majewski (Society for American Archaeology - SAA), Cristina Oehmichen (Presidente Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais do México), Flávio Rizzi Calippo (Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira)

Sessão 2
Participantes: Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Mario de Souza Chagas (Professor), João Pacheco de Oliveira Filho (UFRJ)
Debatedora: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UERJ)

Simpósio Especial Políticas da Antropologia: as perspectivas das associações de Antropologia diante de um cenário de crises globais / Politics and Policies of Anthropology: Anthropological Association perspectives towards a scenario of global crises

Coordenador: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Sessão 1
Participantes: Ruben George Oliven (UFRGS), Chandana Mathur, Junji Koizumi, Geir Thomas Hylland Eriksen, Alisse Waterston (Presidente da American Anthropological Association – AAA)

Sessão 2
Participantes: Miriam Pillar Grossi (UFSC), Cristina Oehmichen (Presidente Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais do México), Gonzalo Díaz Crovetto (Departamento de Antropologia/UCT/CHILE), Lía Mercedes Ferrero (Colegio de Graduados en

Antropología de la Rep Arg), Lydia Nina de Souza Gumiel (Asociación Uruguaya Antropología Social)

Sessão 3
Participantes: Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional - UFRJ), Gustavo Lins Ribeiro (UnB), Carmen Silvia Rial (UFSC), Cristiana Lage David Bastos (Instituto de Ciencias Sociais - Universidade de Lisboa)

Oficina História(s) na Amazônia nos "termos" dos povos indígenas
Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA
Ministrantes: Jane Felipe Beltrão (UFPA), Breno Neno Silva Cavalcante (UFPA), Edimar Antonio Fernandes (UFPA) e Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFPA)

Oficina Como ensinar e aprender História da África
Coordenador: Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFPA)
Ministrantes: Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFPA), Breno Neno Silva Cavalcante (UFPA), Edimar Antonio Fernandes (UFPA), Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Grupo de Trabalho Cultura Popular, Patrimônio e Performance
Coordenadoras: Julie Antoinette Cavignac (UFRN) – Membro do Comitê Patrimônio e Museus da ABA e Patricia Silva Osorio (UFMT) – Membro do Comitê Patrimônio e Museus da ABA

Grupo de Trabalho "Direitos Humanos": moralidades, políticas e disputas
Coordenadoras: Lúcia Eilbaum (UFF) – Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ABA e Patrice Schuch (UFRGS) – Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA
Debatedores: Thais Fernanda Salves de Brito (UFRB), Juliana Braz Dias (UnB), Maria Isabel Dantas (IFRN)

Mesa Redonda Etnografia das instituições: reflexões a partir de uma instituição de pesquisa
Coordenador: Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF)
Participantes: Carla Costa Teixeira (UnB), Andréa de Souza Lobo (UnB)

Conferências

Conferência 01: Between purity and mixing: What can anthropologists learn from the Creole world?
Geir Thomas Hylland Eriksen

Conferência 02: O preço da palavra. Capitalismo eletrônico-informático, Economia da isca e googleismo.
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Link da TV ABA: https://www.youtube.com/watch?v=CSGqOLWvv6E

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

EVENTOS REALIZADOS PELA ABA

— 2015 —

Mostra dos Ensaios Fotográficos do VII Prêmio Pierre Verger
Data: 07 de julho a 24 de novembro de 2015
Local: UFRGS, Porto Alegre - RS
Realização: ABA, NAVI, IFCH/UFRGS, UFRGS e CAPES

67ª Reunião Anual da SBPC
Data: 12 a 18 de julho de 2015
Local: São Carlos – SP

Mesa Redonda Pluralidades no Ensino: Direitos, Legislação e Histórias de Indígenas e Afrobrasileiros
Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA
Palestrantes: Cândida Soares da Costa (UFMT), Mauro Cézar Coelho (UFPA) e Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM) – Membro do Conselho Editorial da ABA

Mesa Redonda Questão Indígena no Brasil: Desafios e Impasses
Coordenador: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA
Palestrantes: Henyo Trindade Barreto Filho (IBRAM) – Membro da CAI/ABA e Assessoria Especial de apoio à Presidência na área de Meio ambiente, Carla Costa Teixeira (UnB) – Diretora Regional da ABA e Ricardo Verdum (INESC) – Membro da CAI/ABA

Mesa Redonda Povos Indígenas, Educação Superior & Ações Afirmativas: Discutindo Experiências
Coordenador: Clarice Cohn (UFSCar)
Palestrantes: Rosa Helena Dias da Silva (UFAM), Marcos Luciano Messeder (UNEB) e Luiz Henrique Eloy (Terena / Advogado)

Conferência Povos Indígenas, Desenvolvimento e Ética: Cenários Contemporâneos
Conferencista: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA
Apresentadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA

SBPC indígena

Data: 12 a 18 de julho de 2015

Local: São Carlos – SP

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA Jane Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA, Carla Costa Teixeira (UnB) – Diretora Regional da ABA, Ricardo Verdum (UFSC) e Henyo Trindade Barretto Filho (IEB) - Membros da CAI/ABA

Reunião do Grupo de Trabalho para a Criação do Fórum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural

Local: UNICAMP – SP

Data: 11 e 12 de agosto de 2015

Realização: Comitê Patrimônio e Museus/ABA e Departamento de Antropologia da UNICAMP

Encontro preparatório de organizações da sociedade civil.
Debate sobre a participação de organizações da sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
Mediadoras e relatoras Claudia Wanderley (CLE, Unicamp) e Artionka Capiberibe (DA, Unicamp),
Participantes: Alessandra Ribeiro (Jongo Dito Ribeiro), Ailton Krenak (Rede dos Povos da Floresta) e Paulo Dias (Associação Cultural Cachuêra!), além de organizações e indivíduos inscritos.

Apresentações musicais de Marlui Miranda e Ivan Vilela

Sessão em homenagem aos 60 anos da ABA
Heloísa Pontes, Chefe do Departamento de Antropologia
Antonio Carlos de Souza Lima. Presidente da ABA - Associação Brasileira de Antropologia
Antonio A. Arantes, Relator do Grupo de Trabalho Interamericano e Caribenho sobre o Patrimônio Cultural

A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
Responsabilidade conjunta do estado e da sociedade civil
Diálogos interculturais, interdisciplinares e interinstitucionais

A sociedade civil frente às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
Mediadoras e relatoras: Artionka Capiberibe (DA, Unicamp) e Claudia Wanderley (CLE, Unicamp)
Panelistas: Alessandra Ribeiro (Jongo Dito Ribeiro) / Ailton Krenak (Rede dos Povos da Floresta) / Paulo Dias (Associação Cultural Cachuêra!)

Conferência: Patrimônio cultural imaterial e resiliência
Lourdes Arizpe. Professora de Antropologia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e Diretora do Centro Regional de Investigações Interdisciplinares (CRIM/UNAM). Atuou como Presidente da União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas (IUAES), Vice-Presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), Diretora-Geral Assistente para a Cultura da UNESCO e Presidente do Conselho do Instituto das Nações Unidas para a Investigação em Desenvolvimento Social (UNRISD).

15 anos de políticas de salvaguarda em nível federal no Brasil: experiência acumulada e perspectivas.
Mediadora e relatora Silvana Barbosa Rubino (DH, Unicamp)
Painelistas: Célia Corsino (IPHAN) / Maria Laura Cavalcanti (IFCS/UFRJ) / Paulo Cesar Garcez Marins (USP)

Conferência: O acautelamento do patrimônio cultural em um mundo "onde quem polui, paga".
Jeff Altschul. SAA, Society for American Archaeology, Presidente.

Intelectuais e políticas culturais em perspectiva comparada.
Mediador e relator: Omar Ribeiro Thomaz (DA, Unicamp)
Painelistas: Wilmar D'Angelis (UNICAMP) / João Felipe Gonçalves (Tulane U.) / Peter Fry (UFRJ)

Patrimônio cultural brasileiro: interpretação performática.
Regina Muller. DACO/ Instituto de Artes, Unicamp.

Pelo fortalecimento da participação social na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
Mediador e relator: Antonio A. Arantes
Painelistas: Artionka Capiberibe (DA,), Claudia Wanderley (CLE), Silvana Barbosa Rubino (DH), Omar Ribeiro Thomaz (DA)

Oficina Protocolo de Brasília – Laudos antropológicos: Condições para o exercício de um trabalho científico

Data: 17 e 18 de agosto de 2015
Local: Brasília – DF
Realização: ABA
Link: http://portal.abant.org.br/livros/LaudosAntropologicos_CondicoesParaOExercicioDeUmTrabalhoCientifico.pdf
Participantes: Antonio Carlos de Souza Lima (Presidente da ABA), Jane Felipe Beltrão (Vice-presidente da ABA), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), Bruno Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE), Comitê Laudos, Antropológicos da ABA: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Fábio Mura (UFPB), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Comissão de Assuntos Indígenas da ABA: Henyo Trindade Barretto Filho (UnB) – Coordenador, Estêvão Palitot (UFPB), Ricardo Verdum (UFRGS), Comitê de Quilombos da ABA: Aderval Costa Filho (UFMG) – Vice Coordenador, Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Cíntia Beatriz Müller (UFBA), Comitê de Quilombos:

Ilka Boaventura Leite (UFSC), Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: Stephen Grant Baines (UnB) - Coordenador, Andréa Zhouri (UFMG) – Vice Coordenadora, Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/a: Roberto Almeida (INCRA-DF)

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

ABA+60. Os antropólogos e antropologia na esfera pública no Brasil - cenários contemporâneos e políticas para o futuro

Data: 19 a 21 de agosto de 2015
Local: UnB, Brasília – DF
Realização: ABA
Apoios: ICS, DAN, LACED-MN/UFRJ
Financiamentos: Ford Foundation, CAPES, FAPERJ e CNPq

Abertura: A antropologia e a esfera pública no Brasil: ABA+60
Coordenador: Roque de Barros Laraia (UnB e Presidente de Honra da ABA)
Expositores: Luis Roberto Cardoso de Oliveira (UnB e Ex-Presidente da ABA), Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC e Ex-Presidente da ABA), Carlos Alberto Caroso Soares (UFSB e Ex-Presidente da ABA) e Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ e Presidente atual da ABA)
Link da TV ABA: https://www.youtube.com/watch?v=ybapylCOkyc

Sessão I: A antropologia e os direitos indígenas no Brasil
Coordenador: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ e Ex-Presidente da ABA)
Expositores: Fabio Mura (UFPB e CAI/ABA), Carla Costa Teixeira (UnB e Diretora Regional da ABA) e Gersem José dos Santos Luciano Baniwa (UFAM)
Debatedora: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira (6a CCR/PGR/MPF)

Sessão II - Antropologia e questões de gênero e sexualidade no Brasil: mais além da participação observante.
Coordenador: Camilo Braz (UFG e Comitê Gênero e Sexualidade/ABA)
Expositores: Adriana Piscitelli (PAGU-UNICAMP e Comitê Gênero e Sexualidade/ ABA), Lia Zanotta Machado (UnB e Comitê Gênero e Sexualidade/ABA) e Júlio Assis Simões (USP e Diretor Regional da ABA)
Debatedor: Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN e Diretor Regional da ABA)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=Fp_XoJC6FCI&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG

Sessão III - O ensino de antropologia hoje e no futuro
Coordenadora: Andréa de Souza Lobo (UnB e Tesoureira da ABA)
Expositores: Bela Feldman-Bianco (Unicamp e Ex-Presidente da ABA), Russell Parry Scott (UFPE) e Estevão Palitot (UFPB)
Debatedora: Miriam Pillar Grossi (UFSC e Ex-Presidente da ABA)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=frHNPsypN_o&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG&index=2

Sessão IV - Quilombos, Povos Tradicionais e Territórios: Estado, desenvolvimento e reprodução social da diferença
Coordenador: Aderval Costa Filho (UFMG e Comitê Quilombos/ABA)
Expositores: Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG e Assessoria Especial de Meio Ambiente/ABA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES e Comitê Quilombos/ABA) e Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos (UnB e Comitê Quilombos/ABA)

Debatedora: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e Assessoria Especial de Laudos/ABA)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=lRC1zdw2TSs&index=3&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG

Sessão V: Terra, Território, Direitos e Mercados: movimentos sociais e modelos de desenvolvimento em transformação
Coordenador: Stephen Grant Baynes (UnB e Comitê Povos e Comunidades Tradicionais/ABA) Expositores: Dayse Amâncio dos Santos Veras Freitas (UFPE), Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG) e André Dumans Guedes (MN/UFRJ)
Debatedor: Henyo Trindade Barretto Filho (IIEB e Assessoria Especial de Meio Ambiente/ABA)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=7bZA1WcyzPE&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG&index=4

Sessão VI - Antropologia na esfera pública: patrimônios, museus, direitos e conhecimentos tradicionais.
Coordenadora: Izabela Tamaso (UFG e Conselho Fiscal da ABA)
Expositores: Marcos Alves de Sousa (MINC), Antonio Motta (UFPE e Comitê Editorial da ABA) e Letícia C. R. Vianna (INCTI/UnB/CNPq)
Debatedora: Renata de Sá Gonçalves (UFF e Conselho Fiscal da ABA)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=noMkp58ixOA&index=5&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG
https://www.youtube.com/watch?v=268os2tpXSY&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG&index=6

Sessão VII - Antropologia e Direitos Humanos no Brasil
Coordenadora: Patrice Schuch (UFRGS e Diretora Regional da ABA)
Expositores: Roberto Kant de Lima (UFF), Claudia Fonseca (UFRGS) e Ana Paula Mendes de Miranda (UFF)
Debatedor: Daniel Schroeter Simião (UnB e Comissão de Ensino/ABA)
Apresentação da Carta de Brasília Alexandra Barbosa da Silva (UFPB e Assessoria Especial de Laudos/ABA)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=qMH3_GWzKdo&index=7&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG
https://www.youtube.com/watch?v=reEHcxzOOn4&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG&index=8

Sessão VIII - A antropologia diante dos desafios da interculturalidade
Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA e Vice-Presidente da ABA)
Expositores: Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM), Florencio Almeida Vaz Filho (UFOPA) e Tonico Benites (MN/UFRJ)
Debatedora: Rita Gomes Nascimento (CGEEI/Secadi/MEC).
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=BXuCF8xLRVc&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG&index=9

Sessão IX – A presença dos antropólogos na gestão pública

Coordenador: Ricardo Verdum (PPGAS/UFSC e CAI/ABA)
Expositores: Marco Paulo Fróes Schettino (Ministério Federal), Jaime Siqueira (Funai) e Roberto Alves de Almeida (Incra)
Debatedor: Cristhian Teófilo da Silva (Ceppac/UnB)
Link da TV ABA:
https://www.youtube.com/watch?v=HejINhuBsuo&list=PLrqSUafHHXYwS6ekkXdKnjZqFhCIfk8DG&index=10

Comentários Finais: Otávio Velho (MN/UFRJ e SBPC)

Seminário Antropologia na esfera pública: patrimônios e museus

Data: 21 de setembro de 2015

Local: UFF, Rio de Janeiro - RJ

Realização: Comitê de Patrimônio e Museus da ABA, PPGA/UFF, Centro Nacional de Folclore e Cultura popular/IPHAN

Coordenação e organização: Renata de Sá Gonçalves (UFF) - Coordenadora do Comitê de Patrimônio e Museus da ABA, Izabela Tamaso (UFG) – Vice Coordenadora do Comitê de Patrimônio e Museus da ABA e Patrícia Osório (UFMT) – Membro do Comitê de Patrimônio e Museus da ABA

Abertura: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) - Presidente da ABA

Diálogos sobre Patrimônios e Museus

José Reginaldo Gonçalves (IFCS/ UFRJ) João Pacheco de Oliveira (MN / UFRJ)

Mesa 1: Museus e ações políticas

Coordenação: Izabela Tamaso (UFG)

Antropologia dos museus: balanço e perspectivas. Regina Abreu (UNIRIO)

Museus sociais e comunitários: políticas, poéticas e práticas de memória e patrimônio. Mário Chagas (UNIRIO)

"Abril indígena" no Museu Theo Brandão: diálogo e parceria com grupos indígenas de Alagoas. Wagner Chaves (IFCS/UFRJ)

Mesa 2: Processos de patrimonialização e atuação política

Coordenação: Renata de Sá Gonçalves (UFF)

O desafio dos diálogos na gestão da política para o Patrimônio Registrado - a experiência do CNFCP. Cláudia Márcia Ferreira (CNFCP/IPHAN)

Performances e patrimônios: a patrimonialização da viola de cocho. Patricia Osorio (UFMT)

Salvaguarda da Capoeira como modelo de mediação: o antropólogo, o Estado e a "esfera pública negra". Julio Cesar de Tavares (UFF)

Patrimônio, educação e turismo cultural. Lygia Segala (UFF)

Mesa 3: Patrimônios, disputas e territórios Coordenação: Daniel Bitter (UFF)

Territórios em disputa e a prática profissional do antropólogo. Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

As políticas de patrimônio na produção de espaços e memórias da região portuária (RJ) - Roberta Sampaio Guimarães (UERJ)

Políticas da memória e processo quilombola na Serra de Santana (RN). Edmundo Pereira (MN/ UFRJ)

39º Encontro Anual da ANPOCS
Data: 26 a 30 de outubro de 2015
Local: Caxambu – MG
Realização: ANPOCS

Mesa Redonda Políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre a reprodução da diversidade cultural: o caso das comunidades dos quilombos
Coordenação: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) - Assessoria Especial de Apoio à Presidência na área de Laudos Periciais e Membro do Comitê Quilombos da ABA
Participantes: Aderval Costa Filho (UFMG) – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA, Raquel Mombelli (UFSC) – Vice Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA e Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB) - Membro do Comitê Quilombos da ABA

Mesa Redonda Políticas migratórias brasileiras. Desafios e reivindicações
Coordenação: Bela Feldman-Bianco (Unicamp) – Ex-Presidente da ABA
Participantes: Giralda Seyferth (USP) – Membro do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, Igor José de Renó Machado (UFSCAR) – Membro do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, Leonardo Cavalcanti (UnB)

Mesa Redonda Perspectivas comparativas nos estudos africanos
Coordenação: Andréa de Souza Lobo (UnB) – Tesoureira da ABA
Participantes: Laura Moutinho (USP); Diego Marques (UFBA); Juliana Braz Dias (UnB)

Mesa Redonda Patrimônios Intangíveis: desafios para a Antropologia
Coordenação: Jane Beltrão (UFPA) – Vice Presidente da ABA
Participantes: Izabela Tamaso (UFG) – Coordenadora do Comitê Patrimônio e Museus da ABA; e Membros do Comitê Patrimônio e Museus da ABA: Regina Abreu (UNIRIO); Geraldo Andrello (UFSCAR) e Julie Cavignac (UFRN)

Mesa Redonda Museus e patrimônios: práticas narrativas e expositivas contemporâneas
Coordenação: Antonio Motta (UFPE) - Membro do Comitê Patrimônio e Museus da ABA
Participantes: Fabíola Andréa Silva (USP); Mario de Souza Chagas (UNIRIO) - Membro do Comitê Patrimônio e Museus da ABA; Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto (UFF)

Mesa Redonda Tensões políticas recentes e os seus efeitos sobre os impactos de projetos de desenvolvimento em povos tradicionais
Coordenação: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE e PPGA/UFPE) –

Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA
Participantes: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) – Assessoria Especial de Apoio à Presidência na área de Laudos Periciais e Membro do GT Quilombos da ABA; Stephen Grant Baines (UnB) – Vice Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Russell Parry Scott (UFPE) - Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA

Mesa Redonda Tolerância, liberdade e conservadorismo religiosos: como equacioná-los?
Coordenação: Ronaldo de Almeida (Unicamp)
Expositores: Álvaro de Vita (USP), Fábio Carvalho Leite (PUC-Rio), Ronaldo de Almeida (Unicamp)

Mesa Redonda Gênero, sexualidade e direitos: desafios políticos e intelectuais contemporâneos
Coordenação: Regina Facchini (Unicamp) – Coordenadora do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA
Participantes: Lia Zanotta Machado (UnB) – Membro do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA, Ana Paula Silva (UFF) - Membro do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA, Guilherme Almeida (UERJ) e Sérgio Carrara (UERJ) - Membro do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA

Mesa Redonda Deficiências, direitos humanos e etnografia
Coordenação: Adriana Dias (Unicamp) – Coordenadora do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA
Expositores: Patrice Schuch (UFRGS) – Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Íris Morais Araújo (USP) – Membro do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA e Éverton Luís Pereira (UnB) – Membro do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA

Fórum A expertise antropológica em debate: diálogos e tensões entre a Antropologia e o Direito
Coordenação: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Assessoria Especial de Apoio à Presidência na área de Laudos Periciais e João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ) – Coordenador da CAI/ABA

- 1ª Sessão: Produção de "verdades": reflexões da Antropologia e do Direito
Expositores: Wilson Rocha Assis (Procurador do MPF-GO), Paulo Santilli (Unesp), Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

- 2ª Sessão: Ética e metodologia na construção dos laudos antropológicos
Expositores: Marco Antônio de Almeida (Procurador do MPF-MS), Fabio Mura (UFPB), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Seminário "Relendo Thales de Azevedo"
Data: 10 e 13 de novembro de 2015
Local: Salvador – BA

Realização: ABA, Academia de Letras da Bahia, Museu de Arte da Bahia, Universidade Federal da Bahia/Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/Fundação Pedro Calmon
Representante da ABA: Maria Rosário Carvalho (UFBA)

— 2016 —

68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Data: 08 de julho de 2016

Local: Porto Seguro – BA

Realização: SBPC

Conferência "Antropologia no Brasil e a Questão Indígena"

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa-Redonda "Administração Institucional de Conflitos e Cidadania: a Antropologia e o direito em perspectiva"

Coordenador: Roberto Kant de Lima (UFF)
Participantes: Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB), Roberto Kant de Lima (UFF) e Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa-Redonda "Fronteiras internas do Brasil: índios e demarcação de terras"

Coordenador: Flávia Cristina de Mello (UESC)
Participantes: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Luiz Henrique Eloy Amado (UFRJ) e Cacique Zeca (Liderança Indigena)

Seminário Antropologia e Direitos Humanos: reflexões etnográficas e a retórica da "crise"

Data: 14 e 15 de julho de 2016

Local: UFF, Niterói – RJ

Realização: UFF, ABA, MEC, CNPQ, INCT InEAC.

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Lucía Eilbaum (UFF) – Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Lúcia Eilbaum (UFF), Gisele Fonseca Chagas (UFF) - Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Robson Cruz (Unilab) - Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Haydée Caruso (UnB) - Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Patrice Schuch (UFRGS) - Diretora Regional da ABA e Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA.

Demais Palestrantes: Roberto Kant de Lima (UFF), Carolina Grillo (USP), Flavia Medeiros (UFF), Taniele Rui (CEBRAP), Deborah Bronz (UFF), Adriana Viana (MN/UFRJ), Ronaldo Lobão (Faculdade de Direito UFF), Tonico Benites (PPGAS-MN-UFRJ, FAPERJ, Aty

Guasu), Soraya Silveira Simões (IPPUR-UFRJ), Paulo Gabriel Pinto (NEOM/PPGA/UFF), Ronaldo Almeida (Unicamp), Sonia Hamid (INB/DF), Letícia Luna (UERJ), Lenin Pires (UFF), Mariana Cavalcanti (IESP/RJ), , Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS), Frederico Policarpo (UFF Angra dos Reis), Diogo Lyra (IFSC/UFRJ), Ana Paula Mendes de Miranda (UFF)

Seminário Processos de territorialização e modos de protagonismo indígena - etnografia e debate sobre duas situações extremas de conflito

Data: 10 a 12 de novembro de 2016

Local: Museu Nacional, Rio de Janeiro – RJ

Realização: CAI/ABA – Projeto ABA/Ford

Sessão 1 - Sul da Bahia

Abertura: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ) e Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Parte 1 - Casos Pataxó e Pataxó Hãhãhãi

Francisco Eduardo Torres Cancela (UFSB)

Juari Braz Bomfim (Superintendente de Assuntos Indígenas de Porto Seguro)

Debate Ayalla Oliveira Silva (UFRRJ)

Jurema Machado de Andrade Souza (ANAI-BA, UnB e UFRB)

Patrícia Rodrigues dos Santos (advogada Pataxó Hãhãhãi)

Parte 2 - Caso Tupinambá

Teresinha Marcis (UESC)

Daniela Fernandes Alarcon (PPGAS-MN-UFRJ)

Glicéria Jesus da Silva (IFBA, Aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença) –

Helen Catalina Ubinger (PNCSA-UFAM)

Jaborandy Tupinambá (Terra Indígena Tupinambá de Olivença)

Sessão 2 - Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo

Parte 1 - Contexto geral, casos Guarani, Kaiowá e Terena

Graciela Chamorro (UFGD)
Pablo Barbosa (PPGAS-MN-UFRJ; FAPERJ)
Andrey Ferreira (CPDA-UFRRJ)
Luiz Henrique Eloy Amado (PPGAS-MN-UFRJ)
Rubem Thomaz de Almeida (Consultor-pesquisador GeoPovos, IM-UFFRJ)

Parte 2 - Casos Guarani e Kaiowá, Novo Constitucionalismo Latinoamericano e o bem viver
Fabio Mura (UFPB)
Alexandra Barbosa (UFPB)
Tonico Benites (PPGAS-MN-UFRJ, FAPERJ, Aty Guasu)
Neimar Machado de Souza (FAIND-UFGD)
Fernando Antonio de Carvalho Dantas (UFG)
Pablo Quintero (UFRGS)

Sessão 3 - Biografias e Memórias Indígenas
Glicéria Tupinambá (IFBA, Aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença)
Juari Pataxó (Superintendente de Assuntos Indígenas de Porto Seguro)
Jorge Eremites (UFPel)
Neimar Machado de Souza (FAIND-UFGD)
Lygia Segala (PPGA/UFF)
Pablo Quintero (UFRGS)
Ana Paula Silva (UERJ)

Exposição itinerante Prêmio Pierre Verger – Ensaios fotográficos da ABA
Data: 18 de novembro a 20 de dezembro de 2016
Local: João Pessoa – PB
Realização: ABA, Arandu, AVAEDOC, PPGA, LEPPAIS, Estação Cabo Branco.

EVENTOS APOIADOS PELA ABA

— 2015 —

XIII Semana de Antropologia UFRN
Data: 02 a 05 de março de 2015
Local: UFRN, Natal-RN
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA
Informações: http://antropologiaufrn2015.blogspot.com.br

Mesa Redonda "Políticas afirmativas no Amazonas: notas para um debate"
Data: 10 de abril de 2015
Local: UFAM, Manaus - AM
Organização: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFAM
Apoio: ABA
Participantes: Jane Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA, Gersem José dos Santos Luciano (PROEXTI/UFAM), Dimas Fonseca Pereira (Representante Discente do Colegiado Indígena/PPGAS), José Jorge Carvalho (UnB).
Coordenação da Mesa: Maria Helena Ortolan (PPGAS/UFAM)

Abril Indígena - Acampamento Terra Livre 2015
Data: 13 a 17 de abril de 2015
Local: Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF
Apoio: ABA
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Ato Público em Defesa da Democracia na UERJ
Data: 10 de junho de 2015
Local: UERJ, Rio de Janeiro – RJ
Realização: Asduerj

Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Seminário Quilombos, estudos antropológicos e regularização territorial
Data: 18 de junho de 2015
Local: UFPE, Recife – PE
Realização: Nepe/PPGA
Apoio: ABA, Propesq, CNPq e Capes.

Estudos e Processos de regularização de territórios quilombolas em Pernambuco e Alagoas
Coordenação: Lara Erendira Almeida de Andrade (NEPE)
Palestrantes:
- Quilombos no sertão do São Francisco e a presença indígena na formação social, histórica e epistemológica de territórios plurais: desafios para a pesquisa antropológica. Caroline Leal Mendonça (NEPE)
- Quilombos no agreste de Pernambuco: reflexões antropológicas a partir do chão de trabalho e vida. Helena Maria Tenderini (INSTITUTO PAPIRO)
- Etnografias quilombolas: poder e agência na realização de relatórios antropológicos em Alagoas. Ana Cláudia Rodrigues (DAM/UFPE)

Debate
Moderador: Johnny Cantarelli (Incra)

O papel da antropologia no atual contexto de ameaças aos territórios quilombolas.
Coordenação: Renato Athias (NEPE/PPGA)
Palestrantes:
- Os direitos dos quilombos e as ações da ABA no Brasil. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) – Vice- coordenador do Comitê de Quilombos da ABA
- Estudos Antropológicos e o Estado na regularização Territorial Quilombola. Vânia Fialho (UPE) – Coordenadora do Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA
- Quilombos, Laudos e Estudos Antropológicos – Temas e Problemas. José Augusto Laranjeiras Sampaio (UNEB/ANAÍ)

Debate:
Moderador: Edwin Reesink (NEPE/PPGA)

"Benditos, Linhas de Toré e Gira"
Roda de Diálogo, Mostra de Documentos Sonoros,
Exposição de Fotografias do Projeto

"Do Buraco ao Mundo: segredos, rituais e patrimônio de um quilombo-indígena"
Coordenação: Aleckssandra Sá (Tiririca dos Crioulos), Larissa Isidoro Serradela (PPGA-UFPB), Nivaldo A. Léo Neto (PPGCB-UFPB)
Representantes da ABA: Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) - Vice coordenador do comitê de Quilombos da ABA, Vânia Rocha Fialho (UPE) - coordenadora do Comitê de Povos Tradicionais da ABA

V REA – Reunião Equatorial de Antropologia e XIV ABANNE – Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste

Data: 19 a 22 de julho de 2015
Local: UNIT, Maceió – AL
Realização: Unit e UFAL
Apoio: ABA, CAPES, CNPQ, Edufal, Casal. ICS, FAPEAL, UNEAL, PROEX, COACH, Seta

Mesa Redonda Povos Indígenas e Ensino Superior no Norte/Nordeste

Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima
Coordenador: Antônio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA
Debatedora: Rita Gomes do Nascimento (Liderança Potiguara)
Expositores: Gersem dos Santos Luciano (Liderança Baniwa/UFAM), Rosani de Fatima Fernandes (Educadora Kaingang/PPGA-UFPA) e Florêncio Almeida Vaz Filho (Liderança Matapu/PAA-UFOPA)

Mesa redonda Políticas da diversidade na Universidade: experiências e resultados

Coordenadora: Andréa Martini (UFAC)
Debatedora: Senilde Alcantara Guanaes (UNILA)
Expositores: Antônio Liberac Cardoso Simões Pires (UFRB), Raquel Wiggers (UFAM), Alexsara de Souza Maciel (UNIPA) e Lady Selma Ferreira Albernaz (UFPE)

Mesa redonda Antropologia com povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais nas Américas

Coordenador: Stephen Grant Baines (UnB)
Debatedora: Eliane CantarinoO'Dwyer (UFF)
Expositores: ElianeCantarinoO'Dwyer (UFF), Edna Castro (UFPA), Andrea Zhoury (UFMG) e Stephen Grant Baines (UnB)

Mesa Redonda Direitos Humanos na Amazônia: violação e agência

Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA
Expositores: Assis da Costa Oliveira (UFPA), José Miguel Nieto Olivar (UNICAMP) e William César Lopes Domingues (XaKriabá/UFPA)

Mesa Redonda Mobilização Social na Amazônia e no Nordeste: propostas de conexões e diálogos

Coordenadora: Paula Mendes Lacerda (UFRJ)
Debatedora: Thereza Menezes (UFAM)
Expositores: Bruno Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Vânia Fialho (UPE/UFPE) – Coordenadora do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Katiane Silva (UFRJ)

Minicurso A antropologia e a administração pública: problemas teóricos e questões práticas

Coordenadores: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dweyer (PPGA/ICHF/UFF/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), Nina Paiva Almeida (CGDI/DPT/Funai/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ)

Fórum Temático A produção antropológica e os desafios para a garantia de direitos étnicos, coletivos e territoriais

Coordenadores: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) – Assessoria Especial de Apoio à Presidência da ABA na área de Laudos Periciais e Raquel Mombelli (UFSC) – Vice Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA

- Produção antropológica e decisões judiciais: conflito de saberes e de poderes

Expositores: Andrea Zhouri (UFMG), Edviges Ioris (UFSC), Fabio Mura (UFPB)

- As condições de produção do antropólogo como expert em face das iniciativas de reformulação da regulamentação dos direitos territoriais (ADIN do Decreto 4887/2003, PEC 215, etc.)

Expositores: Eliane C. O'Dwyer (UFF), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Raquel Mombelli (NEPI/UFSC), João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)

Grupo de Trabalho Direitos Quilombolas, Políticas Públicas e Movimentos Sociais: desafios e perspectivas

Representantes da ABA: Aderval Costa Filho (UFMG) – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA e Cíntia Beatriz Müller (UFBA) – Membro do Comitê Quilombos da ABA

Conferência de encerramento: Indígenas e Quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados?

Conferencista: Jane Felipe Beltrão (UFPA), Vice-presidente da ABA
Link: https://www.youtube.com/watch?v=08CRrV9xLG8

TV ABA na REA/ABANNE

Mesa de Abertura e Conferência de Juan Pedro Viqueira Albán (Centro de Estudios Históricos de El Colegio de México), intitulada "Memorias historicas e identidades contrapuestas: el caso de la rebelión de 1712 en Chiapas"
Link: https://www.youtube.com/watch?v=1gk6Ce_MEI4

Conferência de Nuno Porto (Museum of Anthropology, University of British Columbia, Canadá), intitulada "Para uma museologia do Sul global: multidiversidade, descolonização e indigenização dos museus"
Link: https://www.youtube.com/watch?v=W0DMmWKfImg

Conferência de Adriana Piscitelli (UNICAMP), intitulada "Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade"
https://www.youtube.com/watch?v=SXvXVN9u14M

Pronunciamento do Presidente da ABA na abertura da VREA/XIV ABANNE
https://www.youtube.com/watch?v=WsneUd3UfmI

Seminário Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais
Data: 3 e 4 de agosto de 2015
Local: UFMG, Belo Horizonte – MG
Realização: GESTA/UFMG, NINJA, NIISA, GEDMMA e PoEMAS
Apoio: ABA, UFMG, FAPEMIG, PROEX, CELA, CNPQ e CAPES
Representante da ABA: Andrea Zhouri (UFMG).

Sessão de homenagem aos 60 anos da ABA, durante as atividades preparatórias do Fórum Pensamento Estratégico da Unicamp (PENSES) "A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial - responsabilidade conjunta do estado e da sociedade civil" - Em comemoração aos 60 anos da ABA
Data: 11 a 13 de agosto de 2015
Local: Unicamp, Campinas – SP
Realização: Unicamp
Apoio: ABA, BCCL, FAEPEX e Prefeitura de Campinas
Documento de Referência do Encontro:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/CHWG_1_final-001.pdf
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

VIII Seminário de Demografia dos Povos Indígenas: Saúde, Território e Ambiente
Conferência Povos indígenas, estatísticas nacionais e políticas públicas no Brasil
Data: 26 a 28 de agosto de 2015
Local: IBGE, Rio de Janeiro - RJ
Realização: Abep
Apoio: ABA, IBGE, GT de Saúde Indígena da ABRASCO, Faperj
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Lançamento do Plano de Ação para Promoção da Efetivação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Jovens Indígenas junto ao seu povo no Cone Sul do Mato Grosso do Sul
Data: 11 de setembro de 2015
Local: CONANDA, Brasília - DF
Representantes da ABA: Stephen Grant Baines (UnB) – Vice Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Cristhian Teófilo (UnB) – Membro da CAI

Cerimônia de abertura do IX Congresso da RELAJU
Data: 29 de setembro a 2 de outubro de 2015
Local: Pirenópolis – GO
Realização: Rede Latinoamericana de Antropologia Jurídica – RELAJU
Apoio: ABA, CONPEDI, ANPOCS, CES-AL e Prefeitura Municipal de Pirenópolis
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa de abertura do Fórum Pensamento Estratégico da UNICAMP (PENSES) "Laicidade e intolerância" - evento parte das comemorações dos 60 anos ABA

Data: 19 de outubro de 2015

Local: Campinas – SP

Realização: Unicamp e PENSES

Apoio: ABA e IFCH/Unicamp

Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

XI Reunião de Antropologia do Mercosul

Data: 30 de novembro a 04 de dezembro de 2015

Local: Montevideu, Uruguai

Simpósio Antropologías en el Mercosur y en el mundo, organizado na

Coordenadora: Carmen Rial (ABA/WCAA), Lía Ferrero (CGA, Argentina); Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ) - Presidente da ABA

Junji Kuozumi (Sec.IUAES), Antonio Carlos de Souza Lima (Presidente ABA), Carmen Rial, Lía Ferrero, Lydia de Souza (vide-Pres da AUAS), Nicolas Guigou (Presidente da RAM), Eduardo Restropo (Presidente da ALA), Betty França (Presidente da UAUAS), Rodrigo Sepúlveda (Presidente CAC) e Cornélia Eckert (ex-Presidente da RAM).

Sessão 1: Antropologías locales y sus asociaciones: entre los contextos nacionales y la internacionalización de la disciplina.

Coordenadoras: Carmen Rial (ABA/WCAA) e Lía Ferrero (CGA, Argentina)

Participantes: Pablo Perazzi (ICA-UBA, CONICET – Argentina), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ) - Presidente da ABA, Rodrigo Sepúlveda Presidente (Colegio de Antropólogos de Chile) e Lydia de Souza (Vicepresidenta AUAS – Uruguay)

Sessão 2: Política global e antropologias no mundo. (Simposio organizado pela International Union of Anthropological and Ethnological Studies – IUAES

Participantes: Faye Harrison (Presidente IUAES – Urbana Champain University USA), Junji Kossumi (Secretário IUAES - Japão), Miriam Grossi (Vice-presidente IUAES – UFSC)

Simpósio Direitos humanos: moralidades, políticas e ativismos

Coordenadora: Patrice Schuch (UFRGS)

Sessão 1: Direitos Humanos: moralidades, políticas e ativismos.
Coordenadora: Patrice Schuch (UFRGS)
Participantes: Adriana Vianna (MN/UFRJ), Maria Gabriela Lugones (U. de Cordoba – Argentina), Paula Lacerda (PPCIS/UERJ), Susana Rostagnol (U. de la República – Uruguay)

Sessão 2: Direitos Humanos: moralidades, políticas e ativismos.
Coordenadora: Claudia Fonseca (UFRGS)
Participantes: Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS), Pilar Uriarte (U. de la República – Uruguay), Carla Villalta (U. de Buenos Aires – Argentina)

Simpósio Direitos indígenas: respeito ou violação?
Sessão única. Coordenação: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA
Participantes: Fernando Garcia (FLACSO – Equador), Diana Bocarejo (Colômbia) Moira Ivana Millan (Marcha de Mujeres Originarias por el Buen Vivir), Gersem dos Santos Luciano (Lider Baniwa/Docente da UFAM), Rosani de Fatima Fernandes (Lider Kaingag/Doutoranda em Antropologia)

Mesa Redonda Políticas Culturais, Agentes e Patrimônios
Coordenação: Renata Sá Gonçalves (UFF) e Izabela Tamaso (UFG)
Debatedora: o Patrícia Osório - UFMT
Participantes: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ), Alícia Martin (UBA – Argentina), Izabela Tamaso (UFG), Monica Lacarrieu (UBA/CONICET – Argentina) e Antonio Motta (UFPE)

Mesa Redonda Antropologia das Práticas de Poder
Coordenação: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA e Carla Costa Teixeira (UnB) – Diretora Regional da ABA
Participantes: Carla Costa Teixeira (UnB), Gustavo Blázquez (Instituto de Humanidades - Conicet/Universidad Nacional de Córdoba), Andréa Lobo (UnB) – Secretária Geral da ABA, Cristina Dias da Silva (UFJF), Laura Navallo (Conicet-Cepiha - Universidad Nacional de Salta), Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF)

Mesa Redonda Terra, Territórios e Recursos Naturais: Políticas, práticas e os direitos dos povos indígenas no Mercosul
Coordenação: Ricardo Verdum (UFSC)
Debatedor: Claudio Espinoza Araya (Universidad Academia de Humanismo Cristiano - Chile)
Participantes: Edviges Marta Ioris (UFSC), Florencia Trentini (CONICET/Instituto de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología – IESCT e Universidad Nacional de Quilmes - Argentina), Luis Campos Muñoz (Institución: Universidad

Academia de Humanismo Cristiano – Chile), Ricardo Verdum (UFSC) e Sarela Patiño Paz (Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático – Bolívia)

Mesa Redonda Projetos de Modernização do Estado-Nação e os Direitos Culturais e Territoriais em contextos Latino-Americano

Coordenação: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Comentarista: Andréa Zhouri (UFMG)

Participantes/expositores: Javier Taks (Universidade de la Republica – Uruguay), Aderval Costa Filho (UFMG) Stephen Grant Baines (UnB), Luis Eugenio Campos (Universidade Nacional de Chile)

Grupo de Trabalho Direitos Humanos, Mobilização Social e Práticas Estatais

Coordenação: Pilar Uriarte (Universidad de la República), Patrice Schuch (UFRGS) e Paula Lacerda (UERJ)

Palestra 70 Anos da morte de Curt Nimuendajú

Data: 10 de dezembro de 2015

Local: MAST, Rio de Janeiro – RJ

Realização: MAST

Apoio: ABA, FACEPE, NEPE, UFPE, Editora UFPE, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

REPRESENTAÇÃO DA ABA EM EVENTOS

— 2015 —

Nacionais

Cerimônia de Posse de Jurema Machado como Presidente do IPHAN,
Data: 06 de março de 2015
Local: Brasília – DF
Representantes da ABA: Roque de Barros Laraia (UnB) e Manuel Ferreira Lima Filho (UFGO)

Conferência "Estado e políticas públicas para a promoção da diversidade"
Data: 11 de maio de 2015
Local: Florianópolis - SC
Realização: UFSC, NAVI, NIGS e NEPI
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Encontro Nacional de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas
Data: 13 e 14 de maio de 2015
Local: Rio de Janeiro – RJ
Realização: INCRA
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA e Eliane Cantarino O'dwyer (UFF) - Assessoria Especial de Apoio à Presidência na área de Laudos Periciais e Membro do GT Quilombos da ABA

Audiência Plenária denominada "Ameaças aos direitos fundamentais e PEC 215: democracia, povos indígenas e meio ambiente

Data: 19 de maio de 2015

Local: Câmara dos Deputados, Brasília – DF

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Stephen Grant Baines - Vice-Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA e Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos (UnB) - membro do Comitê Quilombos da ABA

Palestra Estado e Políticas Públicas para a promoção da diversidade

Data: 16 de junho de 2015

Local: Universidade Federal de Pelotas

Realização: PPGAnt-ICH/UFPel

Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Bate-Papo Online "Atuação Interdisciplinar dos Profissionais do SUAS"

Data: 18 de setembro de 2015

Local: Brasília – DF

Realização: CONPAS/CFP

Representantes da ABA: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)

XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - "Arqueologia para Quem?" celebrando os 35 anos de fundação da SAB

Data: 27 de setembro e 02 de outubro de 2015

Local: Goiânia-GO

Realização: SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira e PUC Goiás

Representante da ABA: Izabela Tamaso (UFGO) – Comitê Patrimônio e Museus

Debate Encruzilhadas do desenvolvimento: que desenvolvimento queremos?

Data: 09 de outubro de 2015

Local: UFRJ, Rio de Janeiro – RJ
Organização: Instituto de Economia Ufrj, Colégio Brasileiro de Altos Estudos - UFRJ Instituto de Estudos de Saúde Coletiva – UFRJ, Plataforma Política Social
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa de abertura e "Desafios e avanços" - Etapa Regional da Bahia da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista
Data: 6 a 8 de outubro de 2015
Local: Salvador, BA
Realização: Ministério da Justiça e Fundação Nacional do Índio
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

39º Encontro Anual da ANPOCS
Data: 26 a 30 de outubro de 2015
Local: Caxambu – MG
Realização: ANPOCS

> **Simpósio de Conjuntura**
> **1ª sessão: Conjuntura social**
> Coordenação da mesa: Antonio Carlos Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA
> Expositores: Antonio Carlos Souza Lima (ABA-MN/UFRJ), José Mauricio Domingues (Iesp-Uerj), Marta Arretche (USP)

XXII Congresso Brasileiro de Magistrados - "O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia: O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea"
Painel Desafios na efetivação dos Direitos Humanos: "Direitos Humanos e Etnias"
Data: 29 a 31 de outubro de 2015, e terá como tema
Local: Rio Quente – GO
Realização: AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros
Representante da ABA: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA

Seminário Ações afirmativas no PPGAS/UFRGS: diálogos com experiências de inclusão e permanência de estudantes indígenas, negros e de pessoas com deficiência na Universidade brasileira
Data: 09 a 10 de novembro de 2015
Local: UFRGS, Porto Alegre – RS
Realização: PPGAS/UFRGS
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa em Audiência pública sobre a PEC 215
Data: 26 de novembro de 2015
Local: PGR, Brasília – DF
Realização: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - PGR

Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa em Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal
Tema: *A situação das comunidades quilombolas e indígenas*
Data: 03 de dezembro de 2015
Local: Senado Federal, Brasília – DF
Representante da ABA: Henyo Trindade Barretto Filho (IEB) – Membro da CAI/ABA

1ª Conferência Nacional de Política Indigenista
Mesa – "Política Indigenista Hoje"
Data: 14 a 17 de dezembro de 2015
Local: Brasília - DF
Realização: Funai, MJ e CNPI
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

INTERNACIONAIS

Sessão Entre Antropologias Mundiais e uma Antropologia Mundial: para uma crítica reflexiva dos processos de mediação - 114ª Reunião Anual da Associação Americana de Antropologia
Data: 18 a 22 de novembro de 2015
Local: Denver, Colorado, EUA
Realização: AAA
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

III Encuentro de Antropologia México-Brasil
Data: 01 e 03 de outubro de 2015
Local: Guadalajara, México
Organização: CIESAS Ocidente e UnB
Representantes da ABA: Jane Felipe Beltrão (UFPA) - Vice-Presidente, Carla Costa Teixeira (UnB) - Diretora Regional e Andréa Lobo (UnB) –Tesoureira da ABA

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

— 2016 —

NACIONAIS

12º Congresso Internacional da Rede Unida – Roda de Conversa Perspectivas e desafios na Educação Indígena no Brasil – 1º Seminário Internacional de Saúde dos Povos Indígenas
Data: 21 a 24 de março de 2016
Local: Campo Grande – MS
Realização: Rede Unida
Apoio: OMS, CNS, UFMS, UFRGS, UCDB, Fiocruz
Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

O ensino e a pesquisa em Antropologia na Zona da Mata mineira
Data: 27 a 29 de abril de 2016
Local: Viçosa – MG
Realização: Departamento de Ciências Sociais/UFV
Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Antropologia, Poder, e Direitos Tradicionais: A CPI que investiga a FUNAI e o INCRA
Data: 07 e 08 de abril de 2016
Local: UFSC
Promoção: PPGAS/UFSC
Apoio: Instituto Brasil Plural (IBP)/CFH/MArquE/UFSC
Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA e Raquel Mombelli (UFSC) – Vice Coordenadora do GT Quilombos da ABA

Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - Ciclo de Debates Fica MCTI Democracia, Ciência e Tecnologia
Data: 29 de julho de 2016
Local: MAST, Rio de Janeiro-RJ
Apoio: ASCON Rio de Janeiro, ANPesq, AdUFRJ, Redelivre e Ciência pela Democracia
Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Apresentação e debate sobre o documentário "Guerra sem fim Resistência e Luta do Povo Krenak"
Data: 05 de outubro de 2016
Local: PGR, Brasília - DF
Realização: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - PGR
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa redonda Pertencimentos, territórios e repercussões na saúde: a luta por direitos de populações indígena, sem terra e quilombola - 7º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Data: 09 a 12 de outubro de 2016
Local: UFMT, Cuiabá - MT
Realização: ABRASCO
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Audiência Pública Situação Povos Indígenas no Brasil – Recomendações da ONU

Data: 10 de novembro de 2016
Local: PGR, Brasília – DF
Realização: MPF
Representante da ABA: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA
Link: http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/recomendacoes-da-onu-para-povos-indigenas-confira-programacao-da-audiencia-publica

Mesa de abertura, encerramento e Mesa Diversidade étnica-racial, ações afirmativas e perspectivas atuais - III Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais – "Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, diálogos de saberes e emancipação"

Data: 24 a 26 de novembro de 2016
Local: UFBA, Salvador – BA
Realização: UFBA
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Audiência Pública sobre o Povo Tapeba

Data: 28 e 29 de novembro de 2016
Local: Auditório da Seção Judiciária do Ceará
Realização: Justiça Federal de Primeira Instância
Representante da ABA: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA

Aula pública "A Antropologia no Brasil e os direitos dos Povos Indígenas e quilombolas à terra: do cenário constituinte aos dias de hoje". Seminário comemorativo dos 40 anos do PPGA/UFPE.

Data: 30 de novembro de 2016
Local: UFPE, Recife – PE
Realização: UFPE
Palestrante: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

INTERNACIONAIS

Brazil after the worker's parties: legacies of growth? – Painel na 115ª Reunião Anual da Associação Americana de Antropologia

Data: 16 a 20 de novembro de 2016
Local: Minneapolis, USA.
Realização: American Anthropological Association
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Mesa Redonda de Encerramento do VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia

Data: 02 a 04 de junho de 2016
Local: Coimbra, Portugal
Realização: Associação Portuguesa de Antropologia
Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

REPRESENTAÇÃO EM REUNIÕES DE TRABALHO

— 2015 —

Reunião do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

Local: UFRJ

Data: 11 de fevereiro de 2015

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Luis Fernando Dias Duarte (UFRJ) - Coordenador da Comissão de Ética da ABA, Cynthia Sarti (UNIFESP) - Co-Coordenadora da Comissão de Ética da ABA

Reunião na 6ª Câmara/PGR para tratar sobre as estratégias conjuntas a serem adotadas face ao cenário de mudanças na política de demarcação de terras e a parceria para um curso a ser realizado na Escola Nacional da Magistratura

Data: 18 de março de 2015

Participantes: Drª Debora Duprat, Coordenadora e Subprocuradora Geral da República, Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) - Presidente da ABA, Fabio Mura (UFPB) – membro da CAI, Henyo Trindade Barreto Filho (IEB) - Assessoria Especial de apoio à Presidência da ABA na área de Meio ambiente e Membro da CAI/ABA e Eliane Cantarino O'Dwyer –Assessoria Especial de apoio à Presidência da ABA na área de Laudos Periciais e Membro do Comitê Quilombos da ABA

Reunião do MPF com lideranças dos Povos Indígenas da área de Santarém e adjacências

Data: 26 de março de 2015

Local: Santarém, Pará

Representante da ABA: Jane Felipe Beltrão (UFPA) – Vice-Presidente da ABA

Reunião do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA) com o GT CNPq

Data: 9 de abril de 2015

Local: São Paulo - SP

Representante da ABA: Bela Feldman Bianco (Unicamp) - ex-Presidente da ABA

Reunião com o INCRA para tratar do termo de cooperação técnica Incra/ABA

Data: 14 de abril de 2015

Local: Brasília - DF

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Eliane Cantarino Odwyer (UFF) – Assessoria Especial de apoio à Presidência da ABA e Membro do Comitê Quilombos da ABA, Aderval Costa Filho (UFMG) - Coordenador do Comitê Quilombos da ABA

Encontro com a Ministra da SEPPIR para apresentação da nova Presidência da ABA e para tratar das ações desenvolvidas pela Associação no campo da diversidade étnica e racial e dos direitos diferenciados de cidadania

Data: 14 de abril de 2015

Loca: Brasília - DF

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA, Eliane Cantarino Odwyer (UFF) – Assessoria Especial de apoio à Presidência da ABA e Membro do Comitê Quilombos da ABA, Aderval Costa Filho (UFMG) - Coordenador do Comitê Quilombos da ABA

90ª Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena/CISI

Data: 23 e 24 de abril de 2015

Local: Brasília – DF

Representante da ABA: Carla Costa Teixeira (UnB) - Representante da ABA na CISI e Diretora Regional da ABA

Reunião da Presidência da ABA com o presidente da Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo

Data: 07 de maio de 2015

Local: Brasília – DF

Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA e Ricardo Verdum (UFSC) – Membro da CAI/ABA

Reunião com a Reitoria da UFSC para tratar dos encaminhamentos visando o Congresso da IUAES em 2018

Data: 11 de maio de 2015

Local: Florianópolis - SC

Representante da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

91ª Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde indígena (CISI)

Data: 01 a 02 de setembro de 2015

Local: Brasília – DF

Representantes da ABA: Carla Costa Teixeira (UnB) – Diretora Regional da ABA e representante da ABA na CISI

Lançamento do Plano de Ação para Promoção da Efetivação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Jovens Indígenas junto ao seu povo no Cone Sul do Mato Grosso do Sul

Data: 11 de setembro de 2015

Local: Brasília - DF

Representantes da ABA: Stephen Grant Baines (UnB) e Cristhian Teófilo da Silva (UnB) – Membro da CAI/ABA

— 2016 —

Reunião de Trabalho para atualização das ações do Plano de Ação sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária – DCFC na região do Cone Sul

Data: 24 de março de 2016
Local: FUNAI, Brasília – DF
Realização: DPDS/FUNAI/MJ
Representante da ABA: Cristhian Teófilo da Silva (UnB) – Membro da CAI/ABA

Reunião preparatória para Audiência pública no Tribunal Regional Federal 2 (TRF) para discutir a argüição de constitucionalidade do Decreto 4887 (terras quilombolas)

Data: 11 de maio de 2016
Local: Fundação Ford, Rio de Janeiro – RJ
Realização: Fundação Ford, Clinica de Direitos Humanos da UERJ, CONAQ e AQILERJ
Representantes da ABA: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) – Presidente da ABA

Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas da Região Sul

Data: 12 de agosto de 2016
Local: SEDH, Brasília – DF
Realização: SEI/CNDH/GM
Representante da ABA: Cristhian Teófilo da Silva (UnB) – Membro da CAI/ABA

FÓRUM DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS - FCHSSA

Durante o período de janeiro de 2015 até agosto de 2016, a Presidência da Aba, juntamente com a presidência da ANPOCS, exerceu a coordenação do Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, com intenso trabalho seja de reivindicação no tocante a políticas científicas, seja na frente da discussão de ética em pesquisa. A partida constatação de que a atividade de coordenação do FCHSSA demandava maior dedicação que aquela que era possível a presidentes de associações científicas diante da conjuntura política instalada desde 2015, durante a 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Porto Seguro, Elegeu-se Luciano Mendes de Farias Filho, e Selma Leitão, que com o suporte da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) passaram a coordenar o Fórum. Um blog do Fórum foi constituído e passou a centralizar as informações relativas ao mesmo, antes armazenadas no portal da ABA (ver em https://blogfchssa.wordpress.com/).

Link do site da ABA de notícias sobre o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas – FCHSSA: http://www.portal.abant.org.br/index.php/22-quem-somos/1085-noticias-da-aba-sobre-o-forum-de-ciencias-humanas-sociais-e-sociais-aplicadas-fchssa

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

— 2015 —

Nota da CAI/ABA sobre a sentença judicial que nega a condição de indígenas ao povo Borari e Arapium - ***janeiro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_sobre_senten%C3%A7a_%C3%ADndios_borari_arapium_dez_2014.pdf

Carta aos candidatos à Presidência da Câmara dos Deputados, em apoio aos povos indígenas do Brasil. Assinatura da ABA em conjunto com ONGs e organizações de movimentos sociais - ***30 de janeiro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/CARTA_P%C3%9ABLICA_AOS_CANDIDATOS_%C3%80_PRESID%C3%8ANCIA_DA_C%C3%82MARA_DOS_DEPUTADOS.pdf

Nota contrária ao Projeto de Lei nº. 3282/2014 da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ***10 de fevereiro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%C3%ADcio_n%C2%BA_009_-_Encaminhamento_da_Nota_contraria_ao_Projeto_de_lei_FAPERJ.pdf

Nota ao Governador do Estado do Amazonas e ao Presidente da Assembleia Legislativa do estado do Amazonas - ALEAM lamentando a extinção da Secretaria de Ciências, Tecnologia & Inovação (SECTI) por intermédio do Projeto de Lei nº. 43/2015 - ***06 de março de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%C3%ADcio_n%C2%BA_014_-_Nota_ao_Governador_do_Estado_do_Amazonas.pdf

Nota ao Presidente da Câmara dos Deputados para retirada de pauta do Projeto de Lei no 1057/2007 de autoria do deputado Henrique Afonso, que pretende legislar sobre a suposta existência de práticas de infanticídio entre os povos indígenas - ***06 de março de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_013_-_Sobre_infantic%C3%ADdio_para_C%C3%A2mara_dos_Deptados.pdf

Nota do Comitê de Quilombos da ABA, intitulada Direito quilombola de volta na pauta do Supremo Tribunal Federal, sobre a ADI 3239 que discute a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/2003 - ***17 de março de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_Comit%C3%AA_Quilombos_sobre_ADI_3239.pdf

Carta manifesto do Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Imigrantes no Brasil ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego do Brasil referente à urgência da emissão de uma nova Portaria que conceda a emissão

da Carteira de Trabalho e Previdência Social a todos os imigrantes. Assinatura da ABA - ***10 de abril de 2015***

http://www.aba.abant.org.br/files/20171004_59d508cf22466.pdf

http://www.aba.abant.org.br/files/20171004_59d508c2cb2d7.pdf

Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA e do Fórum de Direitos Humanos e Integração dos Imigrantes no Brasil sobre o substitutivo do projeto de Lei das Migrações (PL 288) aprovado no Senado Federal - ***01 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/RELATORIO_PLS_288_2013-_VERSAO_FINALISSIMA_2.pdf

Ofício da ABA à Presidente da República frente às restrições orçamentárias para as pastas da Educação e da Ciência e Tecnologia - ***15 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_026_-_Sobre_as_restri%C3%A7%C3%B5es_or%C3%A7ament%C3%A1rias_das_pastas_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%AAncia_e_Tecnologia.pdf

Nota do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA sobre a supressão de "gênero" e "orientação sexual" nos planos municipais, estaduais e nacional de educação - ***18 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_028_-_Nota_sobre_a_supress%C3%A3o_de_g%C3%AAnero_e_orienta%C3%A7%C3%A3o_sexual_nos_planos_municipais_estaduais_e_nacional_de_educa%C3%A7%C3%A3o.pdf

Nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos da ABA aos atos de violência contra adeptos das religiões afro-brasileiras - ***20 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_029_-_Nota_intoler%C3%A2ncia_religiosa.pdf

Nota da CAI/ABA intitulada A violência sobre os Kaiowa de Kurusu Amba (MS) e a responsabilidade do Estado Brasileiro - ***27 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_033.2_-_Nota_acerca_da_viol%C3%AAncia_sobre_os_Kaiowa_de_Kurusu_Amba_MS_-_Corrigido_Presidente_FUNAI_1.pdf

Nota da Comissão de Direitos Humanos da ABA contrária à redução da maioridade penal - ***27 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Oficio_n%C2%BA_032_-_Nota_contr%C3%A1ria_%C3%A0_redu%C3%A7%C3%A3o_da_maioridade_penal.pdf

Carta da SALSA sobre a construção de uma rede ferroviária transcontinental ligando a costa do Pacífico do Peru com a costa Atlântica do Brasil. Apoiada pela ABA - ***29 de junho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Carta_da_SALSA_protocolada.pdf

Carta aberta coletiva em repúdio à intolerância religiosa (ABA, ABHR, ACSRM, ANPTECRE, ANPUH, GTHRR/ANPUH, ISER e SOTER) - ***julho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_sobre_Guerra_e_Pacifica%C3%A7%C3%A3o.pdf

Nota pública do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas sobre o atraso e a redução dos recursos aos Programas de Pós-Graduação Brasileiros. Assinatura da ABA - ***14 de julho de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/NOTA_DO_fCHSA_SOBRE_OS_CORTES_DA_CAPES__F-1.pdf

Nota Técnica do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA de repúdio aos vetos da Presidência da Republica à Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - ***17 de julho de 2015***

http://www.abant.org.br/file?id=1432

Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos, intitulada Guerra e Pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo - ***26 de agosto de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_sobre_Guerra_e_Pacifica%C3%A7%C3%A3o.pdf

Nota informativa da Comissão de Direitos Humanos da ABA sobre a assinatura da petição proposta pela Anistia Internacional intitulada "Diga não à execução!" que repudia as ações violentas e ilegais da Polícia Militar do Rio de Janeiro - ***2 de setembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%C3%ADcio_n%C2%BA_037_-_Nota_informativa_da_CDH_sobre_assinatura_da_peti%C3%A7%C3%A3o_Diga_n%C3%A3o_%C3%A0_execu%C3%A7%C3%A3o.pdf

Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA e do Grupo de Trabajo Migraciones, Cultura y Políticas de CLACSO, intitulada ***!No más deportaciones de colombianos migrantes en la frontera colombo-venezolana! -*** ***3 de setembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Pronunciamiento_sobre_deportaciones_colombianos_3-9-15-1.pdf

Documento de considerações da ABA acerca das contribuições da Antropologia para Base Nacional Comum Curricular - ***11 de setembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Base_Nacional_Comum_Curricular._ABA-1.pdf

Nota Comitê Gênero e Sexualidade da ABA sobre o Projeto de Lei nº. 6.583/2013, que propõe a criação do Estatuto da Família - ***18 de setembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2_Nota_sobre_o_PL_6.583-2013_que_prop%C3%B5e_a_cria%C3%A7%C3%A3o_do_Estatuto_da_Fam%C3%ADlia.pdf

Nota do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo e do CLADEM - Comitê Latino Americano para Defesa dos Direitos da Mulher. Endossada pela ABA - ***23 de setembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_de_rep%C3%BAdio_ao_PL_5069.pdf

Nota Comitê Gênero e Sexualidade da ABA sobre o Projeto de Lei nº. 5069/2013 - ***27 de setembro de 2015***

http://www.abant.org.br/file?id=1449

Documento destinado a Presidente da República, elaborado pelo Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, contra a Fusão Capes-CNPQ. Assinatura da ABA - ***28 de setembro de 2015***

http://www.abant.org.br/file?id=1443

Nota da CAI/ABA intitulada Situação dos Guarani Kaiowa e Ñandéva no Mato Grosso do Sul: ação imediata ou genocídio consentido pelo Estado Brasileiro - ***05 de outubro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%C3%ADcio_n%C2%BA_041-_Nota_ABA_Situa%C3%A7%C3%A3o_Guarani_no_MS.pdf

Manifestação das Entidades Socioambientais, Sindicais e Acadêmicas sobre o Projeto de Lei nº 2.946-2015. Assinatura da ABA - ***04 de novembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/NOTA_da_Frente_Contra_o_PL_2946-2015_FINAL_26out2015_81_ongs__3_apoiadores.pdf

Nota do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA sobre o rompimento das Barragens de rejeito em Mariana, Minas Gerais - ***17 de novembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2015_NOTA_ABA__barragens_MG.pdf

Nota da CAI e do Comitê de Quilombos da ABA à Câmara dos Deputados sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para investigar a atuação da Funai e do Incra - ***17 de novembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/3_Nota_CPI_para_plen%C3%A1rio_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados.pdf

Carta aberta da ABA, ANPOCS, ABCP e SBS sobre os critérios Scielo - ***dezembro de 2015***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Carta_Aberta_da_ANPOCS_ao_SciELO_Dezembro_2015.pdf

— 2016 e 2017 —

Carta aberta da Vibrant ao CNPq - Saberia a burocracia avaliar as consequências de suas decisões? - ***Janeiro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/carta_aberta_cnpq.pdf

Manifestação da ABA de indignação com o cruel assassinato de Vítor Pinto, criança Kaingang de dois anos de idade – ***05 de janeiro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_do_CIMI.pdf

Nota da ABA sobre o veto presidencial ao Projeto de Lei nº. 5.954 de 2013, que "altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre a avaliação na educação indígena" - ***15 de janeiro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/1_Nota_sobre_o_veto_presidencial_ao_Projeto_de_Lei_no._5.954_de_2013.pdf

Declaração sobre a necessidade de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural nas Américas e no Caribe. Assinatura da ABA - ***15 de janeiro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/declara%C3%A7ao_final_portugues_atualizado.pdf

Nota da ABA sobre os acontecimentos na Terra Indígena Comexatiba - ***21 de janeiro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Not%C3%ADcias/4_Nota_ABA_-_Terra_Ind%C3%ADgena_Comexatiba.pdf

Manifesto em apoio às vítimas da tragédia provocada pela Samarco. Assinatura da ABA - ***01 de fevereiro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Trag%C3%A9dia_Samarco_1%C2%BA_02_16-1.pdf

Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras. Assinatura da ABA - ***março de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf

Nota da ABA expressa desacordo à 4a edição do Prêmio VALE-CAPES de Ciência e Sustentabilidade - ***02 de março de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/38_Nota_relativa_a_4a_edi%C3%A7%C3%A3o_do_Pr%C3%AAmio_VALE-CAPES_de_Ci%C3%AAncia_e_Sustentabilidade-1.pdf

A ABA assinou carta conjunta aos senadores sobre a violência e discriminação baseadas em gênero - ***08 de março de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/39_Carta_conjunta_aos_senadores_sobre_a_viol%C3%AAncia_e_discrimina%C3%A7%C3%A3o_baseadas_em_g%C3%AAnero.pdf

Nota da Diretoria da ABA em defesa do Estado de Direito e da Democracia - ***20 de março de 2016***

http://portal.abant.org.br/images/Noticias/40_NOTA_DA_DIRETORIA_DA_ABA_EM_DEFESA_DA_DEMOCRACIA_E_DO_ESTADO_DE_DIREITO.pdf

Manifesto pela Ética qualidade técnica e participação social no licenciamento ambiental brasileiro. Assinatura da ABA juntamente com 340 entidades - ***05 de abril de 2016***

http://www.proam.org.br/acontecimento.asp?ID=127

Nota informativa da Comissão de Direitos Humanos da ABA contra o uso abusivo da força pela PM em protestos - ***07 de abril de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/4_Nota_informativa_da_CDH_contra_O_uso_abusivo_da_for%C3%A7a_pela_PM_em_protestos.pdf

Carta da ABA ao Ministro de Justiça sobre a prisão das lideranças Tupinambá Rosivaldo Ferreira da Silva (cacique Babau) e José Aelson Ferreira da Silva - ***11 de abril de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Carta_Ministro_da_Justi%C3%A7a_sobre_a_Pris%C3%A3o_do_Cacique_Babau.pdf

Manifestação da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espirito Santo (APOINME) por justiça para com a tentativa de homicídio contra o líder Indígena Ailson dos Santos (Yssô) da etnia Truka. Assinatura da ABA - ***16 de abril de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/NOTA_DE_SOLIDAREIDADE_E_PEDIDO_DE_JUSTI%C3%87A_1.pdf

Carta do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA ao prefeito de Caxias do Sul sobre as declarações do prefeito em relação aos contingentes de imigrantes provenientes do Caribe e da África – ***12 de maio de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/36_Carta_ao_prefeito_de_Caxias_do_Sul.pdf

Nota conjunta da ABA, ANPOCS, SBS e ABC em defesa da Educação e da Ciência como Políticas de Estado - ***13 de maio de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_da_SBS_da_ABA_e_da_ANPOCS.pdf

Nota da ABA sobre a extinção do MCTIC - ***17 de maio de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/NOTA_DA_ABA_SOBRE_EXTIN%C3%87%C3%83O_DO_MCTI.pdf

Nota do Comitê Patrimônio e Museus da ABA em desagravo à extinção do MINC - ***18 de maio de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2_Nota_da_ABA_sobre_a_extin%C3%A7%C3%A3o_do_MINC.pdf

Ofício do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA sobre inquérito que recorre à atual lei de imigração para investigar a ação política de uma italiana, no Ministério da Justiça - ***19 de maio de 2016***

http://www.abant.org.br/file?id=1478

Manifestação do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA contra os ataques às políticas destinadas às populações tradicionais - ***31 de maio de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2_Nota_Comit%C3%AA_PTMAGP_sobre_medidas_do_Governo_interino.pdf

Nota do Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA sobre os recentes casos de estupro coletivo - ***31 de maio de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/4_Nota_da_ABA_e_de_seu_Comit%C3%AA_de_G%C3%AAnero_e_Sexualidade_sobre_os_recentes_casos_de_estupro_coletivo.pdf

Manifesto "Violência e Direito à Moradia no Rio Olímpico Apoio à Resistência da Vila Autódromo". Assinatura da ABA - ***junho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/index.php/22-quem-somos/631-gt-tecnico-profissional-do-plano-popular-da-vila-autodromo

Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA em repúdio aos atos de violência sofridos pelo estudante haitiano Getho Mondesir – ***13 de junho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/3_Nota_Caso_Xenofobia_haiti_UNILA.pdf

Nota do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA pela manutenção do IPHAN - ***15 de junho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/3_Nota_sobre_o_IPHAN.pdf

Nota da CAI/ABA sobre assassinato aos Guarani Kayowa no Mato Grosso do Sul - ***30 de junho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_assassinatos_Guarani_2016.pdf

Nota da ABA em apoio à comunidade UERJ - ***05 de julho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/50_Nota_em_apoio_a_comunidade_UERJ.pdf

Manifestação do Conselho Diretor da ABA sobre decisão da CPI do INCRA e da FUNAI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da ABA - ***12 de julho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/51_Manifesta%C3%A7%C3%A3o_do_Cons._Diretor_da_ABA_sobre_CPI_DO_INCRA_E_DA_FUNAI.pdf

Nota do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA em defesa da Associação em relação à decisão da CPI do INCRA e da FUNAI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da ABA - ***17 de julho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/3_Nota_do_Comit%C3%AA_PTMAGP_sobre_decis%C3%A3o_da_CPI_INCRA_e_FUNAI.pdf

Nota da Comissão de Direitos Humanos da ABA em repúdio à decisão da CPI do INCRA e da FUNAI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da ABA - ***19 de julho de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/5_Nota_da_CDH_sobre_decis%C3%A3o_da_CPI_INCRA_e_FUNAI.pdf

Nota do Comitê Inserção Profissional do Antropólogo (a) da ABA e do Coletivo de Profissionais em Antropologia (aPROA) de repúdio ao contexto de ameaças e constrangimentos ao exercício profissional antropológico - ***06 de agosto de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Not%C3%ADcias/54_Nota_do_Comit%C3%AA_Inser%C3%A7%C3%A3o_Profissional_do_Antrop%C3%B3logode_em_rep%C3%BAdio_ao_contexto_de_amea%C3%A7as_e_constrangimentos.pdf

Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA sobre a versão aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, responsável pela análise do projeto que cria a nova Lei das migrações (PL 2516/15) - ***08 de setembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/4_Nota_sobre_a_vers%C3%A3o_aprovada_da_nova_lei_das_migra%C3%A7%C3%B5es_-_PL_251615.pdf

Nota da ABA em Repúdio à Orientação Normativa nº 3, de 1º de agosto de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contra o Programa de Promoção da Igualdade Racial - ***11 de setembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/68_Nota_Diretoria_ABA_Igualdade_Racial.pdf

Manifestação da ABA sobre Direito de Consulta correspondente ao artigo 6º da Convenção Nº 169 da OIT - ***23 de setembro de 2016***

www.abant.org.br/file?id=1495

Nota do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA em apoio aos direitos das prostitutas - ***28 de setembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/5_Nota_da_ABA_e_seu_Comit%C3%AA_G%C3%AAnero_e_Sexualidade_Prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf

Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA sobre a reforma do ensino médio - ***26 de outubro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2_Nota_da_ABA_e_sua_Comiss%C3%A3o_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%AAncia_e_Tecnologia_sobre_a_reforma_do_ensino_m%C3%A9dio.pdf

Nota da ABA sobre a mudança da estrutura organizacional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aprovada pelo decreto n. 8.877, de 18 de outubro de 2016 – ***27 de outubro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/3_Nota_da_ABA_sobre_a_mudan%C3%A7a_da_estrutura_organizacional_do_MCTIC.pdf

Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA sobre recursos para Educação, Ciência e Tecnologia - ***01 de novembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/4_Nota_da_ABA_sobre_recursos_para_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%AAncia_e_Tecnologia-2.pdf

Nota da ABA sobre a judicialização e criminalização de movimentos sociais e civis - ***10 de novembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/6_Nota_da_ABA_sobre_a_judicializa%C3%A7%C3%A3o_e_criminaliza%C3%A7%C3%A3o_de_movimentos_sociais_e_civis.pdf

Nota do Comitê Patrimônios e Museus da ABA em apoio ao IPHAN no que se refere ao embargo do projeto imobiliário "La Vue Ladeira da Barra" - ***25 de novembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/NOTA_DO_CONSELHO_CONSULTIVO_DO_PATRIMONIO_CULTURAL_24.11.pdf

Nota de repúdio à proposta do governo Temer para retirar direitos dos povos indígenas sobre suas terras. Assinatura da ABA – ***13 de dezembro de 2016***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/NOTA_DE_REP%C3%9ADIO_%C3%80_PROPOSTA_DO_GOVERNO_TEMER_PARA_RETIRAR_DIREITOS_DOS_POVOS_IND%C3%8DGENAS_SOBRE_SUAS_TERRAS.pdf

Nota de Repúdio ao substitutivo do Deputado Mauro Pereira ao Projeto de Lei n.º 3.729/2004 - Licenciamento Ambiental. Assinatura da ABA - ***15 de dezembro de 2016***

https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-Rep%C3%BAdio.pdf

Nota de repúdio aos atos de violência contra a comunidade acadêmica do CFCH/UFPE e em solidariedade aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - ***12 de janeiro de 2017***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/78_Nota_de_rep%C3%BAdio_aos_atos_de_viol%C3%AAncia_contra_a_comunidade_acad%C3%AAmica_do_CFCH-UFPE.pdf

Nota de Repúdio à redução das representações nas universidades no CONDEPHAAT ***– 13 de janeiro de 2017***

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/79_Nota_de_Rep%C3%BAdio_%C3%A0_redu%C3%A7%C3%A3o_das_representa%C3%A7%C3%B5es_das_universidades_no_CONDEPHAAT_1.pdf

INFORMAÇÕES E MANIFESTAÇÕES SOBRE A CPI

Manifesto do Comitê quilombos da ABA de repúdio ao Relatório Final da CPI FUNAI-INCRA 2 e de apoio aos indiciados

O Comitê Quilombos da ABA manifesta o seu repúdio à publicação do Relatório Final produzido no âmbito da CPI FUNAI INCRA 2 no dia 30 de maio de 2017 e ao indiciamento de antropólogos, lideranças de movimentos sociais indígenas e quilombolas e de outros profissionais que atuam na defesa dessas populações.

A CPI FUNAI INCRA foi criada em 11 de novembro de 2015 sem objeto definido, demonstrando desde início a clara determinação política de atender a interesses da bancada ruralista. A meta é única: desvalidar direitos de comunidades etnicamente diferenciadas constitucionais constituídos pela CF de 1988, criminalizando movimentos sociais e profissionais que atuam no cumprimento de sua profissão. Durante os dois anos de trabalho a CPI revelou e reiterou sistematicamente uma intolerância extrema com os direitos quilombolas e indígenas.

O indiciamento dos colegas antropólogos a partir desse Relatório ocorre a partir de argumentos pífios e totalmente infundados. Pior, foram apresentados sem resguardar sequer o direito ao contraditório e à ampla defesa dos acusados. Revela, portanto, sua unilateralidade, seu caráter inquisitorial nesse contexto, onde os ataques pessoais são

parte do questionamento dos direitos das comunidades quilombolas ao acesso à terra. O trabalho antropológico realizado no âmbito dos processos de regularização fundiária de terras quilombolas e indígenas resulta em estudos produzidos com rigor teórico-metodológico científico, seguindo o código de ética profissional da ABA, e são peças essenciais para assegurar o acesso a direitos socioculturais que se encontram no diálogo com esferas da administração pública.

Leia a íntegra do Manifesto:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Comite_Quilombos_ABA_apoio_aos_indiciados.pdf

Informativo sobre a CPI FUNAI e INCRA
A reunião da CPI prevista para hoje dia 23 de maio, as 10:00hs foi cancelada as 11:22hs. Já havia quórum dos deputados, esperava-se o início. A Presidência da ABA estava presente.

Não compareceu o Presidente da CPI e o Relator em seu nome, anunciou que a reunião estava cancelada.
Uma das hipóteses que se levanta é a de estar sendo negociado um acordo com a oposição, onde o capítulo dos indiciamentos não faria mais parte do Relatório. Contudo, a reunião pode ser remarcada, com ou sem esse acordo. Pode também ocorrer mais um pedido de prorrogação pois a data final desta CPI é 26 de maio de 2017.

Assim, as entidades em conjunto: ABA, ISA, CIMI, CTI e APIB solicitaram audiência com o Presidente da Câmara, autoridade que deverá encaminhar os resultados da CPI. Esperamos que os indiciamentos não tenham encaminhamento. E que as proposições de lei e políticas, caso aprovadas, não se efetivem, pois, atingem diretamente os direitos constitucionais de indígenas, de quilombolas, de minorias no campo e os direitos do livre exercício da profissão de antropólogo e de sua função cientifica especializada de elaborar estudos e relatórios técnicos e laudos periciais.

Diretoria da ABA
Gestão 2017/2018

Informativo e Nota da ABA em repúdio ao relatório da CPI FUNAI/INCRA 2
A ABA expressa sua profunda indignação e preocupação com acontecimentos recentes e futuros que antecedem, se instalam e podem suceder à constituição da CPI FUNAI/INCRA 2.

Foi ontem votado e aprovado o Relatório tal como proposto pelo relator Deputado Nilson Leitão, do PSDB e Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida como a Bancada Ruralista.

Contudo, dois importantes destaques propostos pela oposição, não foram ainda votados. Um destaque se refere às proposições. O outro aos indiciamentos. Importantes textos conclusivos do Relatório, em tese, podem ainda ser modificados.

Ao encerrar a sessão, em função da abertura da ordem do dia no plenário da Câmara, o Presidente da CPI deputado Alceu Moreira do PMDB e também membro da FPA informou que a reunião para a votação dos destaques estava convocada para terça-feira dia 23 de maio. Declarou que estava adiando a votação, tendo em vista "acordo com a oposição".

Íntegra do documento:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/7._Informativo_e_Nota_da_ABA_em_rep%C3%BAdio_ao_relat%C3%B3rio_da_CPI_FUNAI-INCRA_2.pdf

Manifestação de repúdio da ABA, SALSA e GITPA à conjuntura de ataque aos direitos indígenas no Brasil
Manifestação com 1.521 adesões:
http://www.portaladm.abant.org.br/informativo/files/00147_51730.pdf

Moção da ABA aprovada por unanimidade na assembleia da IUAES e do WCAA
A Moção contra a tentativa da CPI Funai/Incra 2 de criminalização de indígenas, antropólogos, servidores da Funai e do Incra e missionários, com o objetivo de paralisar a demarcação de terras indígenas e quilombolas previstas na constituição foi apresentada pela Presidente da ABA, Profª Lia Zanotta Machado, na assembleia da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences) e do WCAA (World Council of Anthropological Associations), ocorrida no Congresso CASCA/IUAES em Ottawa/Canada.

Vídeo da apresentação no link: https://youtu.be/jN7aiXHTO0M
Moção:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/7._Mo%C3%A7%C3%A3o_aprovada_na_assembleia_conjunta_da_IUAES_e_WCAA.pdf

Nota de repúdio da ABA sobre a solicitação de indiciamento de profissionais ligados a defesa dos direitos fundamentais dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
A Presidência e a Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia - ABA manifestam indignação sobre a trágica solicitação de indiciamento de indígenas e de quem em diferentes funções contribui para a defesa dos direitos de indígenas e quilombolas, por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI FUNAI/INCRA 2 que se faz em nome de interesses de setores políticos e grupos econômicos.
No relatório da CPI a ser apreciado em reunião marcada para hoje, há solicitação de indiciamento de indígenas, de antropólogos/as, de procuradores/as federais e estaduais, de servidores/as públicos da FUNAI, do INCRA e de outras instituições públicas, e de missionários/as.
A ABA está alerta e acompanhando a reunião da CPI e o seu desenrolar.
Associação Brasileira de Antropologia em 03/05/17.

Nota em PDF: http://www.portaladm.abant.org.br/informativo/files/00146_12947.pdf

Abaixo-assinado "Comissão Parlamentar de Inquérito FUNAI e INCRA 2: Stop the criminalization of the Brazilian Anthropological Association"
Abaixo assinado que contou com 1.633 assinaturas:
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Abaixo_assinado_1633_assinaturas.pdf

Comentários: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Abaixo_assinado_1633_assinaturas_-_Coment%C3%A1rios.pdf .

Carta de pedido de apoio e Nota informativa sobre o Requerimento nº 86/2016 do Deputado Nilson Leitão e sobre a iminente sessão da CPI que possa vir a votar e decidir

Esta nota é para informar que a ABA, bem como sua presidência, tornaram-se novamente objeto de pedido de "afastamento do sigilo fiscal e bancário de todos os bens, direitos e valores mantidos em instituições financeiras no período de 01/01/2004 até 05/12/2016".

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/3._Nota_informativa_ABA_quebra_sigilo_cpi_2_para_associacoes_cientificas.pdf

Manifestação do Conselho Diretor da ABA sobre CPI INCRA E FUNAI

O Conselho Diretor da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem manifestar publicamente sua mais grave preocupação com os rumos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída em 28/10/2015 para "investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos".

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2._Manifesta%C3%A7%C3%A3o_do_Cons._Diretor_da_ABA_sobre_CPI_DO_INCRA_E_DA_FUNAI_-_Portugu%C3%AAs.pdf

Nota da ABA à Câmara dos Deputados sobre a CPI instalada para investigar a atuação da FUNAI e do INCRA

A Associação Brasileira de Antropologia vem publicamente manifestar sua perplexidade e indignação diante do avanço de medidas contrárias ao reconhecimento dos direitos de populações tradicionais, notadamente dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, inscritos desde a Constituição de 1988 e em legislação pertinente ao tema, no que vem sendo uma avalanche orquestrada de proposições legislativas, atos administrativos e omissões judiciárias.

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/1._Nota_CPI_para_plen%C3%A1rio_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados.pdf

Nota informativa da ABA sobre o Requerimento nº 86/2016 do Deputado Nilson Leitão (PSDB) no âmbito da CPI FUNAI e INCRA 2 e sobre a iminente sessão da CPI que possa vir a votar e decidir

Esta nota é para informar que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), bem como sua presidência, tornaram-se novamente objeto de pedido de "afastamento do sigilo fiscal e bancário de todos os bens, direitos e valores mantidos em instituições financeiras no período de 01/01/2004 até 05/12/2016" no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) FUNAI e INCRA 2.

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/2_Nota_informativa_ABA_quebra_sigilo_cpi_2_para_associacoes_cientificas.pdf

Nota da ABA e seu Comitê Quilombos em repúdio à publicação da Portaria INCRA/P/N 116

O Comitê Quilombos da ABA vem a público manifestar seu repúdio à publicação da Portaria INCRA/P/N 116, de 20 de fevereiro de 2017, que instituiu Comissão de Sindicância Investigatória para apurar denúncia emanada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) INCRA e FUNAI 2, acerca do procedimento de regularização fundiária do território quilombola de Morro Alto, estado do Rio Grande do Sul. A publicação fere os princípios democráticos assegurados na Constituição Federal de 1988, à medida que visa impedir um procedimento administrativo ainda em trâmite

institucional, sem que todas as etapas do processo técnico estejam finalizadas. Ademais, o processo de regularização do território de Morro Alto segue institucionalmente amparado pelo rigor das normativas que regem a regularização fundiária dos territórios quilombolas no Brasil. Os documentos e relatórios produzidos nesse processo, passaram e passam por várias instâncias de análise e decisão, incluindo espaços de defesa de interesses contraditórios ou de contestações, sendo que não há margens para arbitrariedades, abusos, ideologias, violação de registros públicos e/ou de direitos no trabalho desenvolvido. Assim colocamos em questionamento as condições e capacidade técnica-científica de uma Comissão de Sindicância, de analisar e avaliar estudos e trabalhos técnicos ainda em curso, que estão aguardando pela etapa prevista dentro do mesmo processo, para as devidas contestações de terceiros, assegurando amplo direito do contraditório, o que demonstra que a medida desconhece a seriedade e os procedimentos administrativos do INCRA, bem como a competência de gestores e equipes multidisciplinares daquele instituto, que obedecem à legislação específica.
Íntegra da Nota:

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/1._Nota_P%C3%BAblica_Comit%C3%AA_Quilombos_rep%C3%BAdio_%C3%A0_publica%C3%A7%C3%A3o_da_Portaria_INCRA.pdf

Nota do Comitê Inserção Profissional do/a antropólogo/a da ABA e aPROA – Rede de Profissionais de Antropologia sobre a Portaria INCRA/P/N 116
É de conhecimento da sociedade brasileira o empenho de parlamentares ligados ao agronegócio, articulados em torno da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para restringir os direitos territoriais e culturais de indígenas, quilombolas e outras minorias, esculpidos na Constituição Federal de 1988. Há anos tentando alterar a Constituição e as leis que regulamentam esses direitos, felizmente sem êxito, lograram, esses parlamentares, criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sob o argumento de investigar supostas irregularidades na atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas que, em realidade, pretende inviabilizar a regularização fundiária das terras indígenas e quilombolas.
Íntegra da Nota:

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/1._Nota_P%C3%BAblica_aPROA_e_Comit%C3%AA_Inser%C3%A7%C3%A3o_Profissional_do_Antrop%C3%B3logo_-_Portaria_116-2017.pdf

MOÇÕES

— APROVADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NA 30ª RBA —

http://www.portal.abant.org.br/index.php/imprensa/outros

Pela garantia dos direitos assegurados aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Contra o desmonte do aparato de governo que assegura a proteção aos Povos Indígenas, às Comunidades dos Quilombos e aos Povos e Comunidades Tradicionais e seus modos de vida

Pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam

Contra a CPI FUNAI e INCRA e pelo reconhecimento e respeito às contribuições do Antropólogo e da Antropologia

Em repúdio à ineficácia do Estado em proteger a população e seu meio ambiente após o desastre ambiental Mariana

Repúdio ao contexto de ameaças e constrangimentos ao exercício profissional antropológico

Apoio ao retorno imediato do MCTI e pela Ética na Ciência na construção da democracia

Repúdio ao projeto Escola sem Partido

Repúdio à Lei n.º 16.260

Repúdio ao nepotismo e o uso de critérios exclusivamente políticos para a alocação de cargos

Ao CNPq em defesa da manutenção das bolsas de Produtividade

Em defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito no Brasil

— Aprovadas na 67ª. Reunião Anual da SBPC —

A ABA assinou a Proposta de Moção do Fórum de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sobre o atraso e a redução dos recursos aos Programas de Pós-Graduação Brasileiros

— Aprovadas no 39º Encontro Anual da ANPOCS —

http://www.portal.abant.org.br/index.php/19-documentos/1193-mocoes

Situação alarmante dos Guarani Kaiowa e Guarani Ñandéva, no estado do Mato Grosso do Sul

Preocupação com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

215/2000

Sobre o Projeto de Lei 6.583/2013, que propõe a criação do Estatuto da Família

Sobre o Projeto de Lei 5.069/2013, que restringe a abrangência do serviço das mulheres vítimas de violência sexual, entre outras reformulações

Em Defesa dos Direitos e da Laicidade do Estado - Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Ciência Política e Sociedade Brasileira de Sociologia

Recomendação aos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais para o estabelecimento de cotas para pessoas com deficiência

A Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

— OUTRAS —

Apoio ao Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque
Data: 14 de janeiro de 2016
http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/1_Mo%C3%A7%C3%A3o_de_apoio_ao_Museu_Kuah%C3%AD.pdf

Moção de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, em tramitação na Câmara dos Deputados no âmbito de uma comissão especial
Data: 11 de junho de 2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00097

INTERNET E REDES SOCIAIS

ABA no Facebook

https://www.facebook.com/ABA.antropologia

INFORMATIVOS

Durante a gestão, a ABA lançou 26 Informativos durante o ano de 2016, sendo 18 regulares e 8 especiais. Durante o ano de 2015 foram 24 Informativos, sendo 17 regulares e 7 especiais.

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

— 2015 —

Informativo especial nº 01/2015 | 30/01/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00086
Informativo nº 02/2015 | 05/02/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00087
Informativo nº 03/2015 | 26/02/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00088
Informativo nº 04/2015 | 12/03/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00089
Informativo nº 05/2015 | 26/03/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00090
Informativo especial nº 06/2015 | 01/04/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00091
Informativo nº 07/2015 | 13/04/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00092
Informativo nº 08/2015 | 27/04/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00093
Informativo especial nº 09/2015 | 06/05/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00094
Informativo nº 10/2015 | 15/05/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00095
Informativo nº 11/2015 | 01/06/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00096
Informativo nº 12/2015 | 22/06/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00097
Informativo especial nº 13/2015 | 29/06/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00098
Informativo nº 14/2015 | 03/07/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00099
Informativo especial nº 15/2015 | 14/07/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00100
Informativo especial nº 16/2015 | 17/07/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00101
Informativo nº 17/2015 | 30/07/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00102
Informativo nº 18/2015 | 01/09/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00103
Informativo nº 19/2015 | 18/09/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00104
Informativo nº 20/2015 | 02/10/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00105
Informativo nº 21/2015 | 19/10/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00106
Informativo nº 22/2015 | 17/11/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00107
Informativo especial nº 23/2015 | 23/11/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00108
Informativo nº 24/2015 | 18/12/2015
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00109

Informativo especial nº 001/2016 | 13/01/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00110
Informativo nº 02/2016 | 15/01/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00111
Informativo nº 03/2016 | 29/01/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00112
Informativo nº 04/2016 | 18/02/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00114
Informativo especial - conjuntura nº 01/2016 | 25/02/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00115
Informativo nº 05/2016 | 03/03/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00116
Informativo nº 06/2016 | 23/03/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00117
Informativo nº 07/2016 | 01/04/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00118
Informativo nº 08/2016 | 15/04/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00119
Informativo nº 09/2016 | 29/04/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00120
Informativo nº 10/2016 | 13/05/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00121
Informativo especial nº 11/2016 | 25/05/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00122
Informativo especial nº 12/2016 | 06/06/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00123
Informativo nº 13/2016 | 13/06/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00124
Informativo nº 14/2016 | 30/06/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00126
Informativo especial nº 15/2016 | 13/07/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00127
Informativo especial nº 16/2016 | 14/07/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00128
Informativo especial nº 17/2016 | 29/07/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00129
Informativo especial nº 18/2016 | 24/08/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00130
Informativo nº 19/2016 | 25/08/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00131
Informativo nº 20/2016 | 13/09/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00132
Informativo nº 21/2016 | 30/09/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00133
Informativo nº 22/2016 | 14/10/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00134
Informativo nº 23/2016 | 09/11/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00135
Informativo nº 24/2016 | 23/11/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00136
Informativo nº 25/2016 | 09/12/2016
http://www.aba.abant.org.br/administrator/informativo/informativo.php?inf=00137

ENTREVISTAS

— 2015 —

"Falsa Ameaça", artigo de Regina Facchini, Coordenadora do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA

http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,falsa-ameaca,1727566

Coordenadora do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, Bela Feldman-Bianco (UNICAMP) e Vice-Coordenador, Igor Machado (UFSCar) falam sobre a nova Lei da Migração, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). http://jornalggn.com.br/noticia/a-criminalizacao-do-estrangeiro-na-nova-lei-da-migracao

A coordenadora do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), participou de debate na Cátedra Unesco Memorial da América Latina. Nesta ocasião, a pesquisadora discutiu o tema das políticas públicas e o cenário de isolamento, seja político, social, econômico ou cultural, dos imigrantes pelo mundo. Migração não pode ser caso de polícia, diz pesquisadora. http://jornalggn.com.br/noticia/%E2%80%9Cimigrante-tem-direitos-a-ser-humano%E2%80%9D-diz-bela-fedlman-bianco

— 2016 —

Entrevista do Presidente da ABA para o programa CBN Cotidiano

O professor universitário e presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Antonio Carlos de Souza Lima, foi entrevistado nesta segunda-feira (1º), no programa CBN Cotidiano. O convidado é professor de Etnologia, no Museu Nacional no Rio de Janeiro, pesquisador no campo da política, da política étnica no Brasil e da administração pública. Ele visita a Paraíba para participar do maior encontro de Antropologia da América Latina que acontecerá este ano em João Pessoa. http://cbnjoaopessoa.com.br/jp-sedia-o-maior-evento-de-antropologia-da-america-latina/

PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

http://www.portal.abant.org.br/index.php/23-premios/1201-premios

MEDALHA ROQUETTE PINTO 2016

Carlos Alberto Caroso Soares
Carmen Silvia de Moraes Rial
Eliane Cantarino O'Dwyer
Roberto Kant de Lima

RESULTADO DO PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 2016 - VII EDIÇÃO

Categoria Doutorado

1º Lugar
Tiago Lemões da Silva (PPGAS/UFRGS) / Orientadora: Patrice Schuch (UFRGS)
Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela "verdade" sobre a "violência estatal"

Menção Honrosa
Flavia Medeiros Santos (PPGA/UFF) / Orientador: Roberto Kant de Lima (UFF)
"De criminosa a vítima": aborto, polícia e direitos humanos na região metropolitana do Rio de Janeiro

Comissão de Avaliação
Coordenação: Gisele Fonseca Chagas
Membros: Ana Paula Mendes de Miranda, Claudia Fonseca, Juliana Mello, Kelly da Silva e Ângela Facundo.

Categoria Mestrado

1º Lugar
Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa (PPGAS/UFSCAR) / Orientadora: Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCAR)
"Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta quilombola em Brejo dos Crioulos (MG)"

Menção Honrosa
Lise Vogt Flores (PPGA/UFPR) / Orientadora: Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR)

"Na minha mão não morre": uma etnografia das ações judiciais de medicamentos

Comissão de Avaliação
Coordenação: Patrice Schuch
Membros: Haydée Caruso, Paula Lacerda, Fernanda Bittencourt Ribeiro, Cristina Patriota

Categoria Graduação

1º Lugar
Miguel Antônio dos Santos Filho (UnB) / Orientador: Daniel Schroeter Simião (UnB)
"O combate à violensia domestika na FOKUPERS: práticas de mediação e de transposição da modernidade em Timor-Leste"

Menção Honrosa
Luciana da Silva Sales Ferreira (UFMG) / Orientadora: Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
"Conflito, mobilização e violações de direitos: atingidos pela mineração e a luta por justiça nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) em Conceição do Mato Dentro/MG"

Comissão de Avaliação
Coordenação: Lucía Eilbaum
Membros: Robson Cruz e Deborah Bronz

RESULTADO DO PRÊMIO LÉVI-STRAUSS 2016 - VI EDIÇÃO

Modalidade A - Pôster
1º Lugar
Andreza Azevedo Cunha (UFF)
Orientadora: Lucía Eilbaum (UFF)
"Representações, Moralidades e Conflitos nos casos de Violência Sexual contra as Mulheres: uma análise sobre os discursos"

2º Lugar
Caio Nobre Lisboa (UFPB)
Co autores/as: Geraldo de França Alves Júnior (UFPB)
Orientador: João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)
"Importância social e performance dos músicos no contexto do desfile cívico em Rio Tinto - PB: um estudo de caso"

3º Lugar
Evelyn Talisa Abreu de Oliveira (UFPA)
Co autores/as: Débora Monteiro dos Santos (UFPA), Dyenne Héllen do Rêgo Santiago (UFPA), Élida Nascimento Monteiro (UFPA)

Orientadora: Edna Ferreira Alencar (UFPA)
"Os Pequenos Fios de "Itancoã-Miri""

4º Lugar
Caroline Silveira Sarmento (UFRGS)
Co autores/as: Patrice Schuch (UFRGS)
Orientadora: Patrice Schuch (UFRGS)
"Mulheres na rua: experiências, práticas e desafios"

5º Lugar
Delza da Hora Souza (UFSC)
Orientadora: Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino (UFSC)
"O papel do Grêmio Estudantil nas discussões de Gênero e Sexualidades nas escolas"

Modalidade B - Artigo
1º Lugar
Diana Patricia Mendes (UFMA)
Orientador: Benedito Souza Filho (UFMA)
"NEM SOJA, NEM GAÚCHO: autonomia camponesa e governança ambiental na Resex Chapada Limpa/MA"

2º Lugar
Camille Gouveia Castelo Branco Barata (UFPA)
Orientadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)
"Cuidar, Curar, resistir: corporeidade entre mulheres Tembé-Tenetehara (Santa Maria/PA)"

3º Lugar
Mayara Ferreira Mattos (UFMG)
Orientador: Aderval Costa Filho (UFMG)
"Mapeando as famílias circenses em Minas Gerais: diálogos sobre reconhecimento identitário e luta por direitos a um modo de reprodução sociocultural em uma comunidade tradicional"

Menção honrosa
Arthur Dias Costa (UFJF)
Orientadora: Cristina Dias da Silva (UFJF)
"Quando a rua vira um lar: autonomia e subjetividade entre moradores de rua de Juiz de Fora"

Menção honrosa
Nathália Dothling Reis (UFSC)
Orientadora: Miriam Pillar Grossi (UFSC)

"Trajetórias e subjetividade: etnografia da Marcha das Vadias de Florianópolis/SC em 2014"

Menção honrosa
Nathan Lima Virgílio (UnB)
Orientadora: Antonádia Monteiro Borges (UnB)
"É muito bicho pra perseguir. Peleja e comunicação entre criaturas no Góes-CE"

RESULTADO DO PRÊMIO PIERRE VERGER 2016

VIII Edição de Ensaio Fotográfico

1º Lugar
Bruno José de Araújo Florêncio
"Homens de couro"

2º Lugar
Gustavo Hamilton de Sousa Menezes
"Libertando Raxayõma: o Ritual da Fartura entre os Yanomami de Ariabú, Região de Maturacá/AM"

Menção honrosa
Rodrigo de Azeredo Grünewald
"Na Casa de Gentio"

XI Edição de Filme Etnográfico

1º Lugar
Daniel Simião
"Pás Ho Dame"

2º Lugar
Marco Antonio Teixeira Gonçalves e Eliska Altmann
"Das nuvens pra baixo"

Menção honrosa
Alexandre Fleming Câmara Vale
"O Voo da Beleza"

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

RESULTADO DO PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES 2016 - II EDIÇÃO

1º Lugar
Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes (UnB)
Orientadora: Kelly Cristiane da Silva (UnB)
"O periódico Seara no Timor Português (1949-1973): práticas de mediação e integração institucional pela imprensa católica"
Veja o artigo publicado em: https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/47124/23405

Menção honrosa
Magda Luiza Mascarello (UFPR)
Orientadora: Sandra Jacqueline Stoll (UFPR)
"O TERRENO E O BARRACÃO Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba/PR"

V PRÊMIO PATRÍCIA ACIOLI DE DIREITOS HUMANOS

No dia 07/11, Lucía Eilbaum, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ABA, e Flávia Medeiros dos Santos, do PPGA/UFF, receberam o segundo lugar do V Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, organizado pela Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), na categoria trabalhos acadêmicos. A edição do prêmio contou com 169 inscritos. O trabalho premiado intitula-se "Violência policial" contra quem? – direitos, moralidades e ordem pública, no Rio de Janeiro (http://amaerj.org.br/premio/wp-content/themes/premio_patricia/inscricoes/310816_023749)

ASSOCIADOS

Durante a Gestão, a ABA deu as boas-vindas aos/as 250 novos/as associados/as e parabenizou os/as 90 que mudaram de categoria.

1ª CHAMADA 2015

36 Novos/as associados/as e 13 mudanças de categoria sendo 15 novos/as associados/as efetivos/as, 01 colaborador, 18 pós-graduandos/as, 02 aspirantes.

Efetivos/as – Anselmo do Amaral Paes, Bruno Pacheco de Oliveira, Bruno Ronald Andrade da Silva, Caio Gonçalves Dias, Caroline Farias Leal Mendonça, Denise Machado Cardoso, Francisco Paolo Vieira Miguel, Helen Sabrina Gledhill, Inara do Nascimento Tavares, Ivanise Rodrigues dos Santos, Lara Erendira Almeida de Andrade, Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, Paride Bollettin, Poliana Nascimento e Rosilene Fonseca Pereira;

Colaborador - Ronaldo de Oliveira Corrêa;

Pós-graduandos/as - Alire Cristina Cavalcante Modesto da Silva, Alysson de Paula Cavalcante Fraga, Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias, Caroline Leal Dantas do Nascimento, Claudiane de Fatima Melo de Souza, Dilma Lopes da Silva Ribeiro, Géssia Cristina dos Santos, Izabel Saenger Nunez, Lilian Débora Lima de Oliveira, Lillyane Priscila Silva de Farias, Lucas Coelho Pereira, Manuela Schillaci, Marcos Rezende Silva, Mariana Teixeira Guimarães, Messias Moreira Basques Junior, Poliana Jacqueline Oliveira Queiroz, Raquel Souza da Silva e Samantha dos Santos Gaspar;

Aspirantes - Cássio Raniere Ribeiro da Silva e Jean Souza Dos Anjos;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) - Abda de Souza Medeiros, Daniele Ellery Mourão, Erisvelton Sávio Silva de Melo, Gabriel Banaggia, José Henrique Prado, Luis Felipe Kojima Hirano, Marina Bay Frydberg, Raphael Bispo dos Santos, Ricardo Bruno Cunha Campos e Siloé Soares de Amorim;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Edivânia Freitas de Jesús, Fernando Monteiro Camargo e Jose Luis Abalos Junior.

2ª CHAMADA 2015

87 Novos/as associados/as e 34 mudanças de categoria, sendo 37 efetivos/as, 02 colaboradores, 42 pós-graduandos, 06 aspirantes.

Efetivos/as – Aina Guimarães Azevedo, Alcides Fernando Gussi, Alessandro Ricardo Pinto Campos, Alessandro Roberto de Oliveira, Allan Rodrigo Arantes Monteiro, Ana Paula da Silva, Ana Paula Ratto de Lima Rodgers, André Luis Campanha Demarchi, Beatriz Rodrigues Kanaan, Carolina Perini de Almeida, Daniel Roberto dos Reis Silva, David Rodgers, Edilson Márcio Almeida da Silva, Edilson Sandro Pereira, Eliana Teles

Rodrigues, Fanny Longa Romero, Flávio Bezerra Barros, Gisele Fonseca Chagas, Haydée Glória Cruz Caruso, Jesus Marmanillo Pereira, Joanice Santos Conceição, Laura Lowenkron, Liliana Lopes Sanjurjo, Manuela Souza Siqueira Cordeiro, Marcondes de Araujo Secundino, Maria Paula Prates, Maria Raquel Passos Lima, Marilande Martins Abreu, Mirian Alves de Souza, Nina Paiva Almeida, Oswaldo Giovannini Junior, Pedro Rabello Paes de Andrade, Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato, Sara Santos Morais, Suzel Ana Reily, Thiago Zanotti Carminati e Viviane Coneglian Carrilho de Vasconcelos;

Colaboradoras – Ana Laura Lobato Pinheiro e Cristiane Gusmão Nery;

Pós-graduandos/as – Alda Lúcia Monteiro de Souza, António Domingos Braço, Bianca Alves Silveira, Bruna Santos de Andrade, Bruno Leipner Mibielli, Camile Tejada Vergara, Daniela Feriani, Daniela Fernandes Alarcon, Daniela Sales de Souza Leao, Deyse de Fátima do Amarante Brandão, Eduardo Faria da Silva, Eulália Bezerra Araújo, Felipe Munhoz Martins Fernandes, Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego, Iacy Pissolato Silvera, Igor Dreidy de Sousa Moraes, Jailma Maria Oliveira, Jamerson Bezerra Lucena, Jamile Borges da Silva, Judit Gomes da Silva, Juliana Rosalen, Juliane Bazzo, Larissa Yelena Carvalho Fontes, Lays Matias Mazoti Corrêa, Leonildo Nazareno do Amaral Guedes, Lidia Neira Alves Lacerda, Lino Gabriel Nascimento dos Santos, Lohaine Jardim Barbosa, Louise Scoz Pasteur de Faria, Luana Machado de Almeida, Manoel Cláudio Mendes Gonçalves da Rocha, Martiniano Neto, Michele Escoura Bueno, Michelle Carlesso Mariano, Pâmela Laurentina Sampaio Reis, Patrícia Postali Cruz, Rachel Salgueiro Rizério, Rafael Leal Matos, Tarsila Chiara Albino da Silva Santana, Thiago de Lima Oliveira, Thiago Santos da Silva e Vítor Lopes Andrade;

Aspirantes – Clarice Wilke, Igor Erick da Silva, Nathália Dothling Reis, Raysa Martins do Nascimento, Romário Vieira Nelvo e Washington Luiz dos Santos Assis;

Mudanças de categoria (aspirantes p/ pós-graduandos/as) – Alessandra Caroline Ghiorzi, Sonia Rocha Lucas e Tiago Figueredo;

Mudanças de categoria (aspirante p/ efetiva) – Stefany Ferreira Feniman;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as p/ efetivos/as) – Ana Cláudia Rodrigues da Silva, Ana Elisa de Castro Freitas, Ana Letícia Aires Ribeiro Ricco, **Anaxsuell Fernando da Silva**, Andreia Vicente da Silva, Camila Alves Machado Sampaio, Camila Sissa Antunes, Carla Fabiana Costa Calarge, Carlos Eduardo Pinto Procópio, Eliane Anselmo da Silva, Fernanda Cruz Rifiotis, Flávio Rodrigo Freire Ferreira, Gustavo Santa Roza Saggese, Iris Morais Araujo, Janaina Damaceno Gomes, Jaques Xavier Jacomini, José Henrique Prado, Karina Biondi, Luís Roberto de Paula, Magdalena Sophia Ribeiro de Toledo, Maria do Socorro Rayol Amoras Sanches, Mariana Ramos de Morais, Olavo Marques, Raiana Mendes Ferrugem, Rosangela Marques de Brito, Rubens Elias da Silva, Valéria Cristina de Paula Martins, Viviane Kraieski de Assunção e Wallace Ferreira de Souza;

Mudanças de categoria (colaboradora p/ efetiva) - Rosamaria Giatti Carneiro.

1ª CHAMADA 2016

72 Novos/as associados/as e 23 mudanças de categoria, sendo 24 novos/as associados/as efetivos/as, 07 colaboradores/as, 30 pós-graduandos/as, 02 correspondentes, 09 aspirantes.

Efetivos/as – Allan de Paula Oliveira, Ana Cristina Rodrigues Guimaraes, Antonio Giovanni Boaes Gonçalves, Breno Trindade da Silva, Carlos Abraão Moura Valpassos, Danilo Paiva Ramos, Emilene Leite de Sousa, Franciele Lisboa de Almeida, Graziella Reis de Sant'Ana, João Batista de Menezes Bittencourt, José Miguel Nieto Olivar, Joseph Handerson, Katiane Silva, Lidia Marcelle Arnaud Aires, Marcos de Miranda Ramires, Marina Pereira de Almeida Mello, Michelangelo Giampaoli, Michelle Lima Domingues, Sandra Carolina Portela Garcia, Sandro Martins de Almeida Santos, Simone da C. Silva, Suzana Ramos Coutinho, Tiago Borba e Zuleica Dantas Pereira Campos;

Colaboradores/as - Assis da Costa Oliveira, Dilaine Soares Sampaio, Fábio Fonseca de Castro, Loredana Marise Ricardo Ribeiro, Manuela Vieira Blanc, Maria Cristina Rocha Barreto e Maria Marce Moliani;

Pós-graduandos/as - Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes, Ana Luisa Lisboa Nobre Pereira, Andressa Szekut, Camila Marques Maton, Eliane Miranda Costa, Francisco Alves Gomes, Gabriel Calil Maia Tardelli, Gerliani de Oliveira Mendes, Gicele Brito Ferreira, Gimerson Roque Prado Oliveira, Gláucia Santos de Maria, Jeanneth Alexandra Yépez Montúfar, José Maria Ferreira Costa Júnior, José Rondinelle Lima Coelho, Júnior José da Silva, Kátia Solange do Nascimento Demeda, Luiz Henrique Eloy Amado, Marcus Antonio Schifino Wittmann, Marina Ramos Neves de Castro, Michel Ribeiro de Melo e Silva, Natalia Ribas Guerrero, Pedro Henrique Galdino Souto Alvares, Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares, Rafael Moura de Andrade, Susana Sandim Borges, Tania Milene Nugoli, Thais Dias Luz Borges Santos, Thayanne Tavares Freitas, William de Almeida Corbo e Yolanda Gaffrée Ribeiro;

Correspondentes – Luis Eugenio Campos e Sebastián Valverde;

Aspirantes – Ana Carolina Ramos de Oliveira, Arildo Ferreira Hostalacio, Diego Henrique Nascimento Santos, Heráclito dos Santos Barbosa, Leonardo Yamamura Bueno, Thaysa Motta Teixeira da Silva, Vinícius Venancio de Sousa, Wemerson Ferreira da Silva e Yann Almeida Belmont Paula;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Alex Giuliano Vailati, Carlos Eduardo Henning, Clark Mangabeira Macedo, Clarice Monteiro Machado Rios, Claudia Wolff Swatowiski, Fabio Araújo Fernandes, Hugo Menezes Neto, João Frederico Rickli, Kelly Emanuelly de Oliveira, Luciane Patrício Barbosa Martins, Lucieni de Menezes Simão, Márcia Leila de Castro Pereira, Mirella Alves de Brito, Nina Pinheiro Bitar, Pâmela Laurentina Sampaio Reis, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento, Renata Curcio Valente, Rodrigo Toniol, Suzana Cavalheiro de Jesus, Valéria Mendonça de Macedo e Verone Cristina da Silva;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Ianne Paulo Macêdo e Marina Sousa Lima.

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

2ª CHAMADA 2016

55 Novos/as associados/as e 20 mudanças de categoria, sendo 26 novos/as associados/as efetivos/as, 02 colaboradores/as, 25 pós-graduandos/as, 02 aspirantes.

Efetivos/as – Adriana dos Santos Fernandes, Amanda Gomes Pereira, Ana Luisa Borba Gediel, André Dumans Guedes, Andréa Carolina Schvartz Peres, Angela Mercedes Facundo Navia, Antonio George Lopes Paulino, Eliana Santos Junqueira Creado, Elisa Munhoz Cazorla, Erica Giesbrecht, Flávia Cristina de Mello, Jeremy Paul Jean Loup Deturche, João Paulo Lima Barreto, Josemar de Campos Maciel, Kleyton Rattes Goncalves, Louise Prado Alfonso, Luciana Schleder Almeida, Natália Corazza Padovani, Olivia von der Weid, Pedro Henrique Simonard Santos, Roberta Aguiar Cerri Reis, Ronaldo de Queiroz Lima, Thiago Arruda Ribeiro dos Santos, Valdonilson Barbosa dos Santos, Vicente Cretton Pereira e Virgílio Bomfim Neto;
Colaboradores/as - Antonio Cristian Saraiva Paiva e Patrícia dos Santos Pinheiro;

Pós-graduandos/as - Adiles Savoldi, Alef de Oliveira Lima, Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte, Carolyna Kyze Silva Bezerra de Melo, Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro, Eveline Maria Amorim Bezerra, Gudrun Klein, Guillermo Stefano Rosa Gómez, Jaqueline Vilas Boas Talga, Jéssica Maciel de Souza, Jorge Mauricio Herrera Acuna, Larissa Isidoro Serradela, Leandro Marques Durazzo, Lucas Neiva Peregrino, Lucielma Lobato Silva, Marcos de Almeida Matos, Maria José Villares Barral Villas Boas, Mariana Gravina Prates Junqueira, Nina Vincent Lannes, Rafael Franklin Almeida Bezzon, Rafael Rondis Nunes de Abreu, Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira, Rudney Avelino de Castro, Thiago Silva de Castro e Vonínio Brito de Castro;

Aspirantes – Antonio Carlos Mendonça Viana e Débora Wobeto;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Alice Martins Villela Pinto, Amalle Catarina Ribeiro Pereira, Carlos Aldemir Farias da Silva, Claudina Azevedo Maximiano, Cristina Rodrigues da Silva, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Franklin Plessmann de Carvalho, Igor Thiago Silva de Sousa, Jamerson Bezerra Lucena, Ligia Raquel Rodrigues Soares, Lucas Graeff, Luis Junior Costa Saraiva, Paulo Sergio Delgado, Ricardo José de Oliveira Barbieri, Rosiane Ferreira Martins e Thiago Mota Cardoso;

Mudanças de categoria (pós-graduanda para colaboradora) - Raquel Oliveira Santos Teixeira;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Cássio Raniere Ribeiro da Silva, Izabelle Aline Donato Braz e Raysa Martins do Nascimento.

MUDANÇAS NO ESTATUTO

Durante a Assembleia Geral Extraordinária da ABA, realizada no dia 22 de julho de 2015, por ocasião da V REA / XIV ABANNE foi aprovada a inserção do Artigo 3º do estatuto. O novo texto prevê a possibilidade da ABA fazer doações e apoios financeiros em programas de bolsas de estudo para a consecução dos seus objetivos e/ou execução de projetos.

Leia o novo estatuto da ABA: http://www.portal.abant.org.br/index.php/estatuto

Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

PUBLICAÇÕES ABA

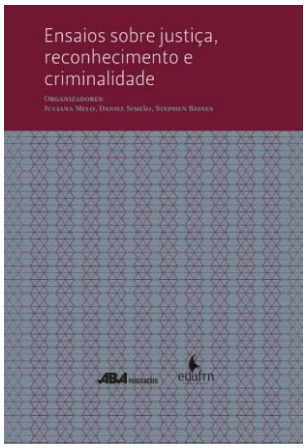
— E-BOOKS —

e-books

Ensaios sobre justiça, reconhecimento e criminalidade

http://www.portal.abant.org.br/livros/EnsaiosSobreJustica.pdf

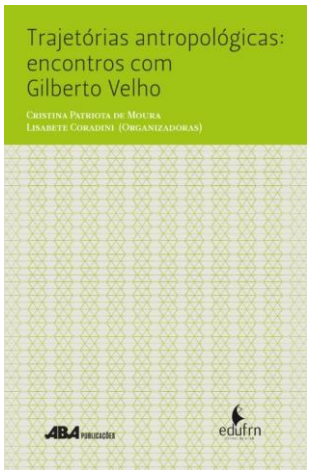
Organizadores: Juliana Melo, Daniel Simião e Stephen Baines



Trajetórias antropológicas: encontros com Gilberto Velho

http://www.portal.abant.org.br/livros/TrajetooriasAntropologicasEncontrosComGilbertoVelho.pdf

Organizadoras: Cristina Patriota de Moura e Lisabete Coradini

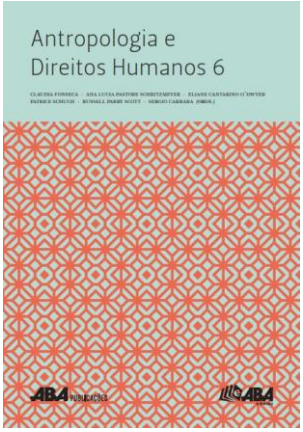


Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Antropologia e Direitos Humanos 6

http://www.portal.abant.org.br/livros/AntropologiaDireitosHumanos6.pdf

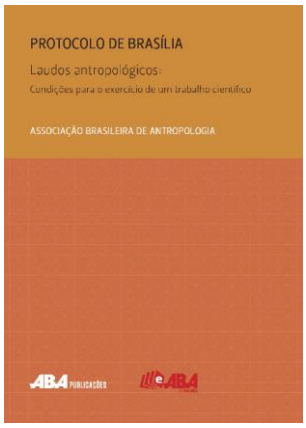
Organizadores/as: Claudia Fonseca, Ana Lucia Pastore Schritzmeyer, Eliane Cantarino O'Dwyer, Patrice Schuch, Russell Parry Scott e Sergio Carrara



Protocolo de Brasília / Laudos antropológicos: Condições para o exercício de um trabalho científico

http://www.portal.abant.org.br/livros/LaudosAntropologicos_CondicoesParaOExercicioDeUmTrabalhoCientifico.pdf

Organização: ABA – Associação Brasileira de Antropologia

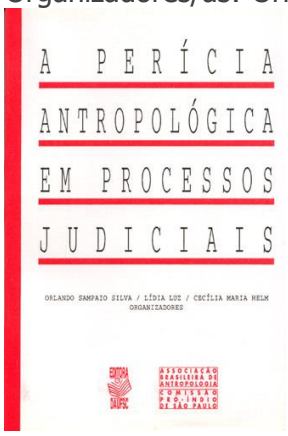


Saúde Indígena: Políticas Comparadas na América Latina

http://www.portal.abant.org.br/livros/SaudeIndigena.pdf

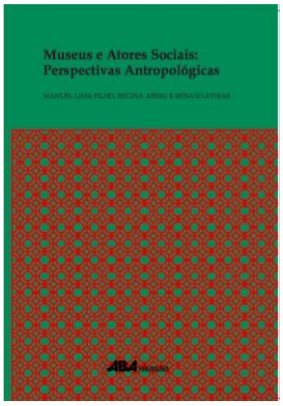
Organizadoras: Esther Jean Langdon e Marina D. Cardoso

A Perícia Antropológica em Processos Judiciais
http://www.portal.abant.org.br/livros/A_Per%C3%ADcia_Antropol%C3%B3gica_em_Processos_Judiciais.pdf
Organizadores/as: Orlando Sampaio da Silva, Lídia Luz e Cecília Maria Helm

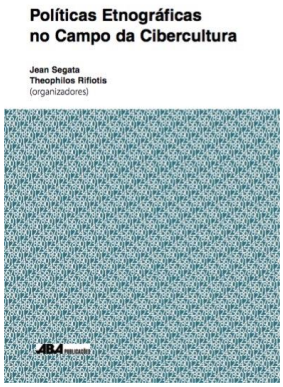


— LIVROS IMPRESSOS —

Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas
Organizadores: Manuel Lima Filho, Regina Abreu e Renato Athias



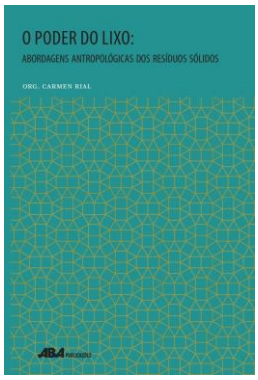
Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura
Organizadores: Jean Segata e Theophilos Rifiotis



Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

O Poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos

Organizadora: Carmen Rial

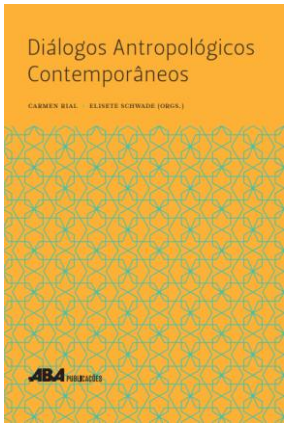


Corpo e Saúde na Mira da Antropologia: ontologias, práticas, traduções

Organizadoras: Cecilia Anne McCallum e Fabíola Rohden

Diálogos Antropológicos Contemporâneos

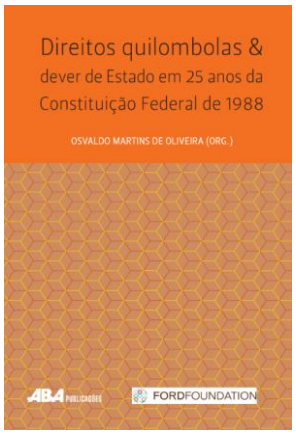
Organizadoras: Carmen Rial e Elisete Schwade



Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

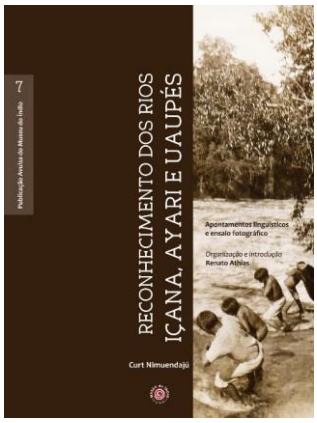
Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988

Organizador: Osvaldo Martins de Oliveira



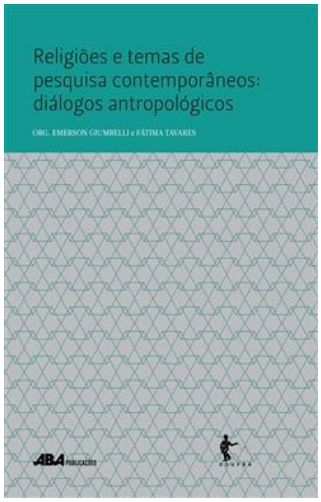
Reconhecimento dos Rios Içana, Ayari e Uaupés

Organizador: Renato Athias



Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos

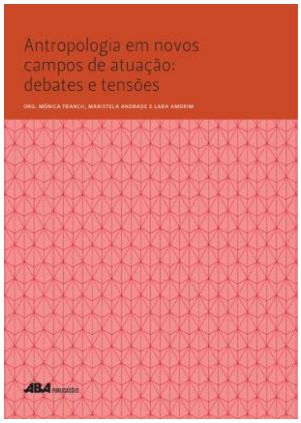
Organizadores: Fátima Tavares e Emerson Giumbelli



Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

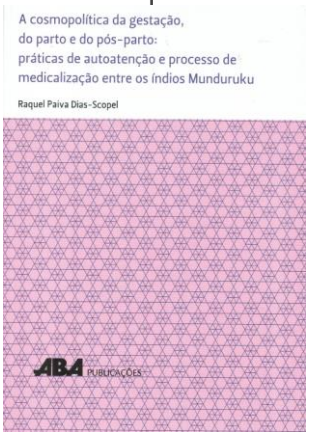
Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões

Organizadores: Mónica Franch, Maristela Andrade e Lara Amorim



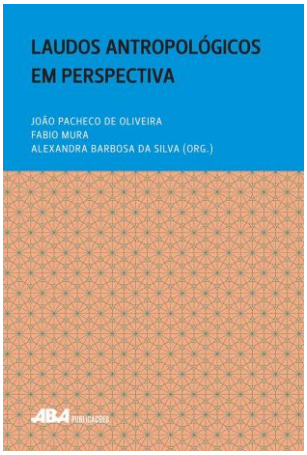
A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processos de medicalização entre os índios Mundukuru

Autora: Raquel Paiva Dias-Scopel



Laudos Antropológicos em perspectiva

Organizadores: João Pacheco de Oliveira, Fabio Mura e Alexandra Barbosa da Silva



Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva e coleções etnográficas

Organizadoras: Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert

— PUBLICAÇÕES EM PDF PARA DOWNLOAD —

A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva e coleções etnográficas

http://www.portal.abant.org.br/livros/Preemine_ncia_da_imagem_e_do_imagina_rio.pdf

Organizadoras: Ana Luiza Carvalho da Rocha; Cornelia Eckert

La Antropología Brasileña Contemporánea: contribuciones para un diálogo latino-americano

http://www.portal.abant.org.br/livros/La_Antropologia_Brasilenna_Contemporanea.pdf

Organizadores: Alejandro Grimson; Gustavo Lins Ribeiro; Pablo Semán

Prêmio ABA/MDA - Território Quilombolas

http://www.portal.abant.org.br/livros/Premio_Territorios_Quilombolas%20-%202_edicao.pdf

Organizador: Associação Brasileira de Antropologia

Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional

http://www.portal.abant.org.br/livros/Lugares_Pessoas_e_Grupos_2%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o_X.pdf

Organizador: Wilson Trajano Filho

Antropologia e Direito - Temas Antropológicos para Estudos Jurídicos

http://www.portal.abant.org.br/livros/Antropologia_e_Direito.pdf

Coordenação Geral: Antonio Carlos de Souza Lima

Cultura, Percepção e Ambiente - Diálogos com Tim Ingold

http://www.portal.abant.org.br/livros/Cultura_Percepcao_e_Ambiente.pdf

Organizadores: Carlos Alberto Steil; Isabel Cristina de Moura Carvalho

Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no Baixo Teles Pires

http://www.portal.abant.org.br/livros/QuandoResistir_e_Habitar.pdf

Autor: Frederico César Barbosa de Oliveira

Um povo sábio, um povo aconselhado. Ritual e política entre os Uitoto-murui

http://www.portal.abant.org.br/livros/Um_Povo_sabio_um_povo_aconselhado.pdf

Autor: Edmundo Marcelo Mendes Pereira

Constituições Nacionais e Povos Indígenas

http://www.portal.abant.org.br/livros/Constituicoes_Nacionais_e_Povos_Indigenas.pdf

Organizadora: Alcida Rita Ramos

Os "piaçabeiros" no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais

http://www.portal.abant.org.br/livros/Os%20_piaccabeiros.pdf

Autora: Elieyd Sousa de Menezes

Laboratório na floresta. Os Baniwa, os peixes e a piscicultura no alto rio Negro

http://www.portal.abant.org.br/livros/Laboratorio_na_Floresta.pdf

Autora: Milena Estorniolo

Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas Disciplinares

Organizadores: Parry Scott; Roberta Bivar C. Campos; Fabiana Pereira

http://www.portal.abant.org.br/livros/Rumos_da_Antropologia_no_Brasil_e_no_Mundo.pdf

René Ribeiro e a Antropologia dos Cultos Afro-Brasileiros

http://www.portal.abant.org.br/livros/Rene_Ribeiro_e_a_Antropologia_dos_Cultos%20Afro-Brasileiros.pdf

Organizadora: Celina Ribeiro Hutzler

A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os índios Munduruku

http://www.portal.abant.org.br/livros/A_Cosmopolitica.pdf

Autora: Raquel Paiva Dias-Scopel

— Série Paradidáticos —

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) há algum tempo formulou proposta para produzir uma coleção de paradidáticos, afinal a produção antropológica, no Brasil, fica demasiadamente encerrada nas Universidades. Detectou-se a importância de atender a demanda de professores da rede pública por material acessível aos profissionais que se dedicam a formação em nível fundamental e médio, considerando que as políticas públicas nem sempre contemplam a diversidade presente no território nacional e, quando se trata de Amazônia, as dificuldades de considerar as especificidades relativas a direitos étnica e racialmente diferenciados se avolumam.

Para atender tão importante solicitação contamos com a cooperação de associados que, habilitados ao diálogo, sobretudo na Amazônia, apresentaram a ABA sua proposta de prestação de contas e respeito com a diversidade e plural, no Brasil.

Foi assim que o conselho editorial da ABA reuniu autores/as que pelos trabalhos que desenvolvem podem dizer as diversidades e dos marcadores sociais da diferença que integram politicamente o contexto do país.

O primeiro paradidático foi Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidade e adversidades. E no momento encontra-se em preparo a Coleção Lideranças Tradicionais que abre espaço para os nossos interlocutores.

— Série Laudos —

A ABA em seu papel de divulgar o trabalho dos antropólogos em diferentes esferas de atuação no Brasil, e com o fim de contribuir para formar profissionais capacitados num cenário de crescente expansão do número de graduados e pós-graduados, inaugurou também a série Laudos, dedicada à divulgação de laudos periciais antropológicos. O primeiro volume da série é de autoria da Professora Maristela de Paula Andrade, da UFMA.

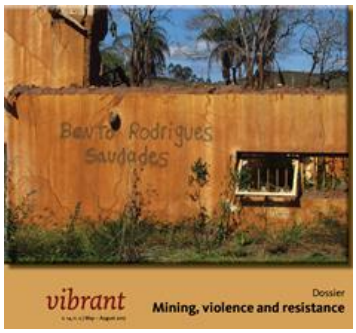
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

— VIBRANT —

Vibrant Volume 13, Number 2 – Animals in anthropology

http://vibrant.org.br/downloads/v14n2/Vibrant14n2.pdf

Editor: Antonio Carlos de Souza Lima



Vibrant Volume 13, Number 1 – Ageing and Anthropology

http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-13-n-1-01-062016/

Editor: Peter Fry

Co Editora: Carmen Rial

Vibrant Volume 12, Number 2 – Anthropology and education

http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-12-n-2-07-122015/

Editor: Peter Fry

Editores do Dossiê: Yvonne Maggie, Helena Sampaio e Ana Pires do Prado

Vibrant Volume 12, Number 1 – Health/illness, biosocialities and culture
http://www.vibrant.org.br/issues/vibrant-v-12-n-1-01-062015/
Editor: Peter Fry
Editores do Dossiê: Carlos Guilherme do Valle e Sahra Gibbon

— ANAIS DA 30ª RBA —

Os anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia estão disponíveis no link a seguir:
http://www.30rba.abant.org.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=12

ELEIÇÕES

O sistema de votação on-line no site da ABA foi aprimorado durante a gestão e possibilitou aos associados/as uma redução considerável de cliques no momento da votação.
Durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia foi eleita a única chapa inscrita para a Diretoria, intitulada Direitos Humanos e Antropologia em Ação. Registraram-se 12 votos em branco, totalizando a votação para Diretoria com 247 votos.

Diretoria eleita para o biênio 2017-2018
Lia Zanotta Machado (UnB) – Presidente
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE) - Vice-Presidente
Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB) – Secretário
Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) - Secretária Adjunta
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (DAN/UnB) – Tesoureiro
Rozeli Maria Porto (UFRN) - Tesoureira Adjunta
Claudia Turra Magni (UFPEL) – Diretora
Fabio Mura (UFPB) – Diretor
Regina Facchini (Unicamp) – Diretora
Lorenzo Macagno (UFPR) - Diretor

Os candidatos inscritos para compor as três vagas do Conselho Fiscal foram:
José do Nascimento Junior (Museu do Meio Ambiente/JBRJ)
Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR)
Maria Filomena Gregori (Unicamp)
Renata de Castro Menezes (MN/UFRJ)
Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

Os três associados eleitos para o Conselho Fiscal foram:
Maria Filomena Gregori (Unicamp), com 182 votos;
Renata de Castro Menezes (MN/UFRJ), com 174 votos e
Rita de Cássia Maria Neves (UFRN), com 173 votos.

A posição de votos dos demais candidatos foi a seguinte: José do Nascimento Junior (Museu do Meio Ambiente/JBRJ), com 65 votos e Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR), com 63 votos. Registraram-se ainda 69 votos em branco.

Os candidatos inscritos para compor as cinco vagas renováveis do Conselho Científico foram:
Aderval Costa Filho (UFMG)
Beatriz Maria Alasia de Heredia (IFCS/UFRJ)
Camilo Braz (UFG)

Denise Fagundes Jardim (UFRGS)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR)
Patricia Birman (UERJ)
Raymundo Heraldo Maués (UFPA)
Silvana de Souza Nascimento (USP)
Wagner Xavier de Camargo (UFSCar)

Os cinco associados eleitos para o Conselho Científico foram:
Patricia Birman (UERJ), com 178 votos;
Denise Fagundes Jardim (UFRGS), com 154 votos;
Beatriz Maria Alasia de Heredia (IFCS/UFRJ), com 147 votos;
Raymundo Heraldo Maués (UFPA), com 133 votos e
Silvana de Souza Nascimento (USP), com 124 votos.

A posição de votos dos demais candidatos foi a seguinte: Camilo Braz (UFG), com 120 votos; Aderval Costa Filho (UFMG), com 83 votos; Estevão Rafael Fernandes (UNIR), com 64 votos, Wagner Xavier de Camargo (UFSCar), com 60 votos. Registraram-se ainda 117 votos em branco.